

2016



POSTALIS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR

Relatório
ANUAL DE INFORMAÇÕES

2016



Sumário

■ Abertura

Introdução	06
Mensagem da Diretoria	07
Retrospectiva 2016	08

Institucional

O Instituto	13
Órgãos Estatutários	15
Postalis em Números	16

Investimentos

Demonstrativo de Investimentos	21
Resultados de investimentos e enquadramentos	38
Síntese da Política de Investimentos para 2016	41

Resultados

Demonstrações Contábeis	44
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	56

Pareceres e Relatórios

Pareceres e Relatórios	95
Parecer Atuarial	101
Pareceres Atuariais	108
Parecer nº 05/2017 do Conselho Fiscal do Postalis	116
Manifestação do Conselho Deliberativo	117

Expediente

122

Introdução

Apresentamos o Relatório Anual de Informações do Postalis que traz as principais realizações e indicadores do Instituto em 2016.

Este documento é uma fundamental ferramenta de comunicação entre o Postalis e seus participantes ativos e assistidos. É a prestação de contas da organização perante a sociedade, apresentando os resultados alcançados e os desafios enfrentados ao longo do ano.

Como o conteúdo é formado por inúmeros quadros, gráficos, tabelas e termos técnicos da seara financeira e contábil, a consulta à revista em quadrinhos "*Entendendo as demonstrações contábeis do seu plano de aposentadoria*", disponibilizada no site do Postalis (www.postalis.org.br/wp-content/uploads/2013/10/gibi_completo.pdf) facilitará o seu entendimento. O gibi apresenta por meio da conversa entre dois personagens, termos técnicos geralmente usados nas demonstrações contábeis e que são abordados de maneira simples e didática.

Mensagem da Diretoria

Há alguns anos, a Diretoria vem trabalhando na construção de um Instituto mais transparente e com uma boa governança. O ano de 2016 foi marcado por mais conquistas nesse sentido, como a criação da Gerência de Controles Internos, a aprovação do novo Código de Conduta e Ética e a eleição para a escolha do primeiro representante dos participantes na Diretoria Executiva.

Apesar da conjuntura econômica desafiadora, o Plano PostalPrev encerrou o ano superavitário em R\$ 84,7 milhões e obteve o 2º melhor resultado dentre os maiores planos de contribuição variável do Brasil, no ranking da Previc. Isso demonstra que as estratégias adotadas de alocação dos recursos estão se mostrando acertadas.

Já o Plano BD, encontra-se em uma situação mais delicada, apresentando a necessidade de um novo equacionamento do déficit de 2015, já aprovado, de 2,73%. No entanto, o plano vem mostrando uma linha ascendente de rentabilidade, indicando uma inversão de tendência, e obteve uma rentabilidade de 10,50%, bem próxima da sua meta de 12,34%.

A Diretoria do Postalis continua atuando firmemente no sentido de recuperar o Plano BD. As principais ações têm sido voltadas para a recuperação de valores de ativos inadimplentes; a continuidade nas diligências com relação ao BNY Mellon, por meio de cobranças judiciais, tentativas de acordo e atuação em outras esferas, no Brasil e nos EUA; e as negociações com os Correios, para a retomada do pagamento dos valores relativos à RTSA – Reserva Técnica de Serviço Anterior.

Quanto a primeira medida, o Postalis realizou uma grande operação para recuperação das carteiras, através da execução judicial de todas as garantias de investimentos, com a constituição dos Fundos de Investimento em Direitos Credítórios Não-Padrão (FIDIC-NP). Resultados positivos dessa estratégia adotada já começam a surtir efeitos, haja vista o impacto positivo nos resultados dos planos, reduzindo a possibilidade da ocorrência de equacionamento em 2016.

Um grande investimento foi feito na melhoria dos serviços prestados aos participantes, com a implantação de um novo sistema eletrônico de

ERP (sigla em inglês que significa Planejamento de Recursos Empresariais), específico para a Gestão Administrativo-Financeira e de Empréstimos. O objetivo maior da mudança foi a modernização de controles e automatização de rotinas, antes manualmente realizadas.

No início foi difícil, pois a implantação de quase todos os projetos de substituição de Sistemas de Gestão Integrados enfrentam necessidade de ajustes. Além disso, o sistema anterior estava em uso há mais de 15 anos dificultando as integrações. Apesar disso, as dificuldades iniciais estão sendo superadas. O módulo de empréstimos voltou a ter boa performance para concessões e outras operações de quitação, renegociações e emissão de boletos. Já os módulos financeiros estão sendo configurados para simplificar processos, dar maior transparéncia e controle aos usuários, além de reduzir esforços e recursos envolvidos.

Tivemos ainda o lançamento do novo Postalis Online, com um painel moderno e fácil de utilizar. Nessa plataforma é possível o participante escolher como quer se comunicar com o Instituto, verificar como está o seu saldo de contas, fazer simulações, conhecer qual será o valor estimado de sua aposentadoria, emitir boletos e muito mais.

Esse caminho de construção de um Postalis melhor vem sendo trilhado em meio a muitos percalços e embates importantes. Atualmente, sabemos o quanto difícil é recuperar a credibilidade, considerando tudo o que aconteceu no passado e que tem trazido reflexos no presente. Contudo, seguiremos com o nosso trabalho de melhoria na governança, de busca por uma maior eficiência operacional e de bons resultados para os planos.

Reafirmamos o nosso compromisso de permanecer focados no bom desempenho dos planos, em decisões prudentes de gerenciamento de investimentos e riscos, na luta incessante para a recuperação do dinheiro que permita, num futuro próximo, reduzir as contribuições extraordinárias referentes aos equacionamentos dos déficits. Tudo isso com um olhar voltado para o nosso maior ativo: o participante.

Diretoria Executiva

Retrospectiva 2016

Receita Federal altera o cálculo do IOF dos empréstimos

Em janeiro, a Receita Federal editou a Instrução Normativa Nº 1609, de 19/01/2016, publicada no Diário Oficial da União, que alterou o cálculo do IOF - Imposto sobre Operações Financeiras para contratos com prazo superior a 365 dias.

Com a nova instrução, o IOF que antes incidia sobre o valor total do empréstimo, passou a ser cobrado apenas sobre o valor adicional que for contratado, em caso de renovação. A regra já estava em vigor desde 20/1/2016 e é válida para todos os empréstimos com prazo de pagamento superior a um ano.

Empréstimos BD e PostalPrev reabrem com novas regras

O Postalis reabriu a concessão de empréstimos nos Planos PostalPrev e BD Saldado. A carteira do PostalPrev reabriu após um bloqueio de 25 dias para a implantação de um novo sistema de gestão e alterações no Regulamento. Já a carteira do BD, reabriu após 1 ano e meio sem conceder novos empréstimos em razão do volume de concessões ter se aproximado do limite legal de 15% do patrimônio do plano. A Diretoria Financeira decidiu reabrir a carteira do Plano BD após um amplo estudo envolvendo pesquisa quanto à forma de trabalho de outras entidades, taxa de juros praticada por instituições financeiras, análise do fluxo de recursos disponíveis, propostas de novas regras para minimizar os efeitos da inadimplência e algumas alterações no Regulamento.



Autorizada a dedução da contribuição ao Postalis da base de cálculo do imposto mensal de aposentadorias e pensões

A Lei 13.202, de 08/12/2015, alterou a redação do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 9.250/1995, permitindo a dedução das contribuições a entidades de previdência privada da base de cálculo do imposto mensal, incidente sobre proventos de aposentados e pensionistas, quando a fonte pagadora for responsável pelo desconto e respectivo pagamento das contribuições previdenciárias.

Dessa forma, a partir da folha de pagamentos de benefícios do mês de dezembro de 2015, o Postalis voltou a praticar a dedução das contribuições na apuração da base de cálculo do IRRF mensal.

EMPRÉSTIMO: Postalis suspende envio de boletos bancários

A partir da folha de pagamento de salários e de benefícios do mês de Março/2016, o Postalis suspendeu o envio dos boletos bancários para cobrança das parcelas de empréstimo não descontadas em Folha de Pagamento, considerando os altos custos envolvidos neste processo. Os boletos bancários dos participantes Auto-patrocinados e em Manutenção Contributiva permaneceram sendo encaminhados.

Correios e DEST aprovam Plano de Equacionamento BD

Em março, o Plano de Equacionamento do déficit do Plano BD saldado foi apresentado na reunião de Diretoria dos Correios – REDIR e, em seguida, ao Conselho de Administração – CA. Nas duas ocasiões o plano foi aprovado pelos colegiados.

O Plano de Equacionamento referente aos exercícios 2013 e 2014 instituiu nova contribuição

extraordinária equivalente a 13,98% do Benefício Proporcional Saldado dos participantes ativos e, em igual proporção, sobre o valor do benefício de aposentadoria dos assistidos. A contribuição extraordinária de 3,94% em vigor, referente aos exercícios de 2011 e 2012, permaneceu sendo praticada. Dessa forma, o percentual total das duas contribuições extraordinárias passou a ser de 17,92%.

No dia 05/05, o Postalis recebeu carta da Patrocinadora, comunicando a aprovação pelo DEST-Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. A aprovação foi formalizada por meio do Ofício nº 23299/2016-MP, de 28/04/16.

O DEST foi o último órgão oficial a aprovar o plano de equacionamento, consoante com a legislação vigente (Resolução CNPC 22/2015).

Campanha de permanência no PBD Saldado é lançada

No dia 19 de abril foi iniciada a campanha de esclarecimento aos participantes ativos do plano BD Saldado, visando provocar a reflexão sobre as vantagens de se permanecer no plano mesmo após a instituição da cobrança de nova contribuição extraordinária para equacionamento do déficit.

A campanha visou alertar os associados para não adotarem atitudes precipitadas de desfiliação, uma vez que o Plano BD não tem previsão de reingresso.



Diretor Administrativo-Financeiro do Postalis é eleito

A apuração dos votos que elegeu o primeiro Diretor Administrativo-Financeiro do Postalis escolhido pelos participantes ocorreu no dia 27/05. O candidato Luiz Alberto Menezes Barreto foi eleito com 8.476 votos. Ao todo, participaram 16.171 votantes. Este número representou 12,29% dos eleitores cadastrados.

Primeiro diretor eleito toma posse

Primeiro diretor eleito pelos participantes, Luiz Alberto Menezes Barreto tomou posse como Diretor Administrativo-Financeiro no dia 14/06. Participaram da cerimônia, representantes de várias entidades de empregados e aposentados dos Correios e empregados do Postalis. A Diretoria Executiva dos Correios foi representada pelo vice-presidente de Gestão de Pessoas, Heli Siqueira.

Presidente da ADCAP Nacional (Associação dos Profissionais dos Correios) até a eleição, Luiz Alberto deixou a entidade para se dedicar à Diretoria do Instituto. Ele agradeceu aos eleitores e aos demais integrantes da ADCAP pelos 8.476 votos recebidos.



Mudança na Diretoria do Postalis

Em reunião ocorrida no dia 29/06, o Conselho Deliberativo do Postalis destituiu, a pedido dos Correios, o Presidente e o Diretor de Investimentos, Paulo Eduardo Cabral Furtado e Humberto José Teófilo Magalhães, respectivamente. Paulo Fernando Moura Sá, Diretor de Benefícios, assumiu interinamente e cumulativamente os cargos de Presidente e Diretor de Investimentos.

Investimentos do Postalis até o mês de março. Schneider, nos últimos 3 anos, ocupou a Presidência da Sercomtel S.A. Telecomunicações, no Paraná.

Os dois novos membros da Diretoria Executiva do Postalis receberam da Previc (Órgão Regulador dos Fundos de Pensão) atestados de Habilidade de Dirigente de EFPC, conforme prevê a nova legislação em vigor.

Benefícios do Plano PostalPrev reajustados em Julho

O Instituto aplicou o percentual de reajuste anual previsto no regulamento, visando à preservação do valor real dos benefícios. Os aposentados e pensionistas do Plano PostalPrev tiveram seus benefícios reajustados a partir do mês de Julho de 2016.



Postalis dá posse aos novos presidente e diretor de Investimentos

Em solenidade realizada no dia 26/07, em Brasília, o Postalis empossou os novos Presidente e Diretor de Investimentos do Instituto, André Luiz Carvalho da Motta e Silva e Christian Perillier Schneider, respectivamente.

A cerimônia contou com a presença do Presidente dos Correios, Guilherme Campos; dos Vice-Presidentes de Logística e de Negócio Postal dos Correios, José Furian e Rodolfo Catão; de integrantes de entidades representativas de participantes; de membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do Postalis, além de colaboradores do Instituto.

André Motta já havia ocupado a Diretoria de Benefícios e esteve à frente da Diretoria de

Postalis aprimora Governança Corporativa

Em agosto, o Conselho Deliberativo – COD aprovou medida para aprimorar a governança e a transparéncia na condução dos negócios e dos processos do Instituto. A medida foi apresentada pela Diretoria Executiva e aprovada pelo COD na 12ª. Reunião Extraordinária, realizada em 26/07.

A novidade foi a conversão da Gerência de Qualidade em Gerência de Controles Internos, voltada para monitorar o cumprimento dos processos financeiros, tecnológicos, de investimentos e contábeis do Instituto, bem como os riscos de "não-conformidades". O intuito da mudança é minimizar os riscos do não-atingimento de objetivos estratégicos, de falhas operacionais ou de sistemas, erros, perdas ou fraudes.

Benefícios do BD reajustados em agosto

Conforme Art. 98 do Regulamento do Plano de Benefício Definido – BD Saldado, os benefícios de aposentadoria e pensão foram reajustados em agosto.

O reajuste anual é calculado mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado desde o último reajuste ocorrido em agosto de 2015.



Suspensão atendimento 0800

O serviço de atendimento pelo número 0800 607 4444 foi interrompido no dia 22/08. A Central atendia os Núcleos Regionais Postalis dos estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Região Noroeste (Acre e Rondônia). A partir daquela data, os participantes passaram a ser atendidos diretamente nos respectivos Núcleos.

Jornal do Postalis somente digital

A partir da edição N°80 – Agosto/16, o Jornal do Postalis passou a ter sua divulgação exclusivamente em formato digital, por meio do site do Instituto. A medida visou reduzir despesas, tendo em vista o alto custo da produção gráfica, além dos custos com embalagem e envio pelo Correio.

Sempre que uma nova edição for publicada, o Instituto enviará mensagem SMS e e-mail aos participantes que fizeram a opção no cadastro

Postalis INFORMA, contendo o link de acesso à publicação, como já vinha ocorrendo com as notícias institucionais.

JORNAL DO POSTALIS

Agosto 2016 • Número 80

NOVOS DIRIGENTES TOMAM POSSE

Solenidades de posse foram prestigiadas pela Patrocinadora

ENCONTRO DE COORDENADORES DOS NÚCLEOS REGIONAIS

Pag. 4

EMPRÉSTIMOS DO PLANO BD TEM PRAZO FLEXIBILIZADO

Pag. 7

CANAL DE VÍDEO "DESCOMPLICA POSTALIS" É LANÇADO

Pag. 6

RECADASTRAMENTO DE APOSENTADOS ATÉ DIA 30 DE SETEMBRO

Pag. 6

Educação financeira: organize os seus gastos

Pag. 7

Postalis apresenta cases de sucesso no 37º CBFP

"Inovações simples, baseadas em Tecnologia, que podem ajudar sua entidade a racionalizar custos". Este foi o tema da apresentação técnica que o gerente de Tecnologia, Glauco Milhomem Balthar, realizou na 37º edição do maior Congresso sobre Previdência Complementar Fechada da América Latina. Glauco também é membro da Comissão Técnica Nacional de Tecnologia da Abrapp.

Mudança na regra do PostalPrev aguarda aprovação da patrocinadora

No primeiro semestre do ano, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou alteração nos artigos 26 e 28 do Regulamento do plano PostalPrev.

Os artigos citados dispõem sobre as alterações dos percentuais contributivos das parcelas P, K e V, que, na regra atual, somente podem ocorrer no mês de aniversário do participante. A proposta é para que as alterações passem a ocorrer a qualquer tempo, respeitando-se uma carência de 180 dias.

A mudança no Regulamento foi encaminhada, no mês de junho, para análise da patrocínadora, e, caso fosse aprovada, seguiria para o DEST – Departamento de Comunicação e Governança das Estatais e, finalmente, para a Previc (órgão regulador dos fundos de pensão). A nova regra passaria a valer somente após a aprovação daquele órgão, o que não ocorreu até o encerramento do exercício.

Consulta ao SPC/Serasa não é mais exigência para empréstimo de Ativos e Aposentados

A Diretoria aprovou alterações nas regras para as operações de empréstimo do Instituto. As mudanças visaram facilitar o processo de concessão aos participantes.

A principal novidade foi que os participantes ativos ou aposentados poderão contrair empréstimo sem a necessidade de consulta aos órgãos de proteção ao crédito SPC e Serasa. A mudança permitiu a concessão de crédito ao participante-contratante destas categorias, resguardando como principal garantia da operação a reserva do seu saldo de contas.

Novo Código de Ética do Postalis é publicado

Em dezembro, o novo Código de Conduta e Ética foi apresentado e aprovado pelo Conselho Deliberativo do Postalis na 9ª Reunião Ordinária de 2016. A primeira versão do Código datava de março de 2004.

O documento é composto por 14 capítulos e um amplo glossário. Ele tem o objetivo de estabelecer o conjunto dos valores, dos princípios éticos, dos padrões de conduta e das responsabilidades que norteiam o comportamento dos membros dos órgãos colegiados e dos empregados do Postalis, visando uniformidade na condução dos processos e do atendimento.



O Instituto

O Postalis - Instituto de Previdência Complementar é uma entidade fechada de previdência, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e um futuro mais tranquilo para os trabalhadores e suas famílias.

O Postalis está entre os 15 maiores fundos de pensão do Brasil em volume de recursos administrados e é o terceiro do Brasil em número de participantes.

Os recursos do Postalis são provenientes das contribuições dos empregados e da patrocina-

dora. Esses recursos são aplicados e o resultado dos investimentos é que garantirá o pagamento dos benefícios aos participantes.

Comprometido com a qualidade de vida e o bem estar de seus participantes, o Instituto oferece ainda serviço de Empréstimos e a possibilidade de aderir a um seguro de vida em grupo.

Visão

Ser reconhecido pelos participantes como uma instituição transparente, confiável e sustentável.

Missão

Administrar planos de benefícios de forma transparente e sustentável, contribuindo para a segurança financeira e previdenciária dos participantes.



Valores

Ética: É o conjunto dos valores, dos princípios éticos, dos padrões de conduta e das responsabilidades que norteiam o comportamento dos membros dos órgãos colegiados e dos empregados do POSTALIS.

Inovação: Significa a necessidade de criar caminhos ou estratégias diferentes aos habituais meios para atingir determinado objetivo. Inovar é inventar ideias, processos, ferramentas ou serviços.

Valorização de pessoas: Compreende a atribuição de relevância aos clientes, internos e externos, à meritocracia, à capacitação e ao bem-estar de colaboradores, participantes e assistidos.

Transparência: Consiste na disponibilização de acesso das informações aos interessados, internos ou externos, de forma precisa e tempestiva, com o objetivo de assegurar confiança e tranquilidade.

Comprometimento: Consiste no envolvimento pleno com a missão, a visão, os valores e políticas do Instituto, enxergando-se como parte integrante e relevante no sucesso da estratégia organizacional.

Sustentabilidade: Trata-se da consciência sobre a relevância das questões de preservação e sustentação nas dimensões ambiental, social e financeira, que deve ser incorporada por todos e orientar as ações pessoais e funcionais, garantindo competitividade e perenidade.

Órgãos Estatutários

São Órgãos Estatutários do Postalis: A Diretoria Executiva; O Conselho Deliberativo; O Conselho Fiscal.

Diretoria Executiva

Responsável por administrar o Postalis de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva é integrada por quatro membros, sendo 2 indicados pelos Correios (Presidente e Diretor de Investimentos) e 2 eleitos pelos participantes (Diretor Administrativo-Financeiro e o Diretor de Benefícios), nomeados pelo Conselho Deliberativo, para um mandato de 3 anos.

Conselho Deliberativo

É o órgão máximo do Postalis, responsável pela definição da política geral de administração do Instituto e de seus planos de benefícios. Integrado por 6 membros efetivos e respectivos suplentes, sendo 3 nomeados pela patrocinadora e 3 eleitos pelos participantes, para um mandato de 4 anos.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno da instituição, composto por quatro membros efetivos e respectivos suplentes, sendo 2 representantes da patrocinadora e 2 eleitos pelos participantes, com mandatos de 4 anos.

O que é a Patrocinadora

É a empresa ou órgão público que cria ou participa de um fundo de pensão com o objetivo de oferecer um plano de previdência complementar para seus empregados ou servidores. Exemplo: Correios – Patrocinadora Instituidora do Postalis. (LC-109, art. 12 e 13; Dec. 4206/02, inciso I).



Postalis em Números

64.971	participantes ativos no plano BD
103.399	participantes ativos no plano POSTALPREV
19.155	aposentados no plano BD
2.537	aposentados no plano POSTALPREV
6.150	pensionistas no plano BD
1.239	pensionistas no plano POSTALPREV
72	participantes em benefício de auxílio-doença no plano BD
1.985	participantes em benefício de auxílio-doença no plano POSTALPREV
48	idade média dos participantes ativos no plano BD
44	idade média dos participantes ativos no plano POSTALPREV
63	idade média dos participantes assistidos no plano BD
57	idade média dos participantes assistidos no plano POSTALPREV
R\$ 357.055 milhões	contribuições feitas para o plano BD até dezembro de 2016
R\$ 572.884 milhões	contribuições feitas para o plano POSTALPREV até dezembro de 2016
R\$ 470.664 milhões	total de benefícios pagos no plano BD até dezembro de 2016
R\$ 65.545 milhões	total de benefícios pagos no plano POSTALPREV até dezembro de 2016
14º	posição no ranking dos investimentos dos Fundos de Pensão no Brasil (Fonte: ABRAPP)

Benefícios Pagos - PBD

ESPÉCIE	ACUMULADO/2016 VALOR (R\$)
APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO	361.344.223,05
APOSENTADORIA POR IDADE	3.874.347,66
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	41.486.688,64
APOSENTADORIA ESPECIAL	253.850,13
(=) SUBTOTAL	406.959.109,48
AUXÍLIO DOENÇA	318.817,17
(=) SUBTOTAL	318.817,17
SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE	53.221.812,64
PECÚLIO POR MORTE	10.163.311,47
(=) SUBTOTAL	63.385.124,11
AUXÍLIO FUNERAL	699,35
AUXÍLIO NUPCIAL	266,57
AUXÍLIO NATALIDADE	728,32
AUXÍLIO RECLUSÃO	0,00
(=) SUBTOTAL	1.694,24
TOTAL GERAL	470.664.745,00

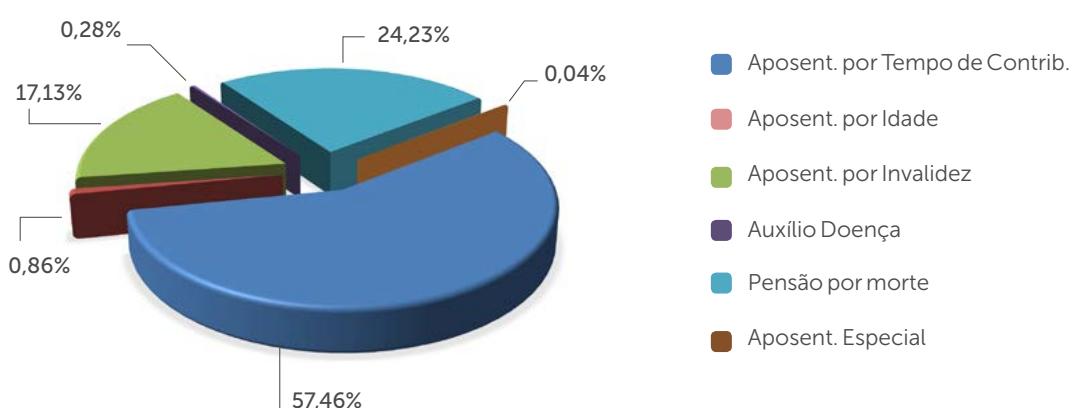
Arrecadação - PBD

CONTRIBUIÇÕES	ACUMULADO/2016 VALOR (R\$)
PARTICIPANTES (LIMINAR)	3.817,97
ATIVOS EQUACIONAMENTO	79.638.600,19
ASSISTIDOS	34.225.563,10
ASSISTIDOS EQUACIONAMENTO	64.948.702,97
SUBTOTAL PARTICIPANTES	178.816.684,23
NORMAL PATROCINADORAS	3.046,69
ESPECIAL PATROCINADORA ECT	0,00
ASSISTIDOS PATROCINADORAS	34.206.418,37
ESPECIAL POSTALIS	795.386,83
EQUACIONAMENTO PATROCINADORAS	143.233.897,77
SUBTOTAL PATROCINADORAS	178.238.749,66
TOTAL GERAL	357.055.433,89

Estatísticas Gerais - PBD

Descrição	PBD
Participantes Sexo Masculino	50.731
Participantes Sexo Feminino	14.240
Total de Participantes	64.971
Aposentados Sexo Masculino	14.546
Aposentados Sexo Feminino	4.609
Total de Aposentados	19.155
Idade Média - Aposentados	63
Benefício Médio - Aposentados	1.917,07
Pensionistas Sexo Masculino	917
Pensionistas Sexo Feminino	5.233
Total de Pensionistas	6.150
Idade Média - Pensionista	60
Benefício Médio - Pensionista	792,81
Participantes em Auxílio-Doença Sexo Masculino	56
Participantes em Auxílio-Doença Sexo Feminino	16
Total de Participantes em Auxílio-Doença	72
Idade Média - Auxílio-Doença	56
Benefício Médio - Auxílio-Doença	954,98
Total de Assistidos	25.377
Participantes Ativos - Patrocinadora CORREIOS	64.874
Participantes Ativos - Patrocinadora POSTALIS	97
Idade Média dos Participantes Ativos	48
Idade Média dos Assistidos	60
INPC Acumulado desde mar/08	74,53%

TIPO DE BENEFÍCIO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Aposent. por Tempo de Contrib.	10.984	3.597	14.581
Aposent. por Idade	109	109	218
Aposent. por Invalidez	3.444	902	4.346
Aposent. Especial	9	1	10
Subtotal Aposentadorias	14.546	4.609	19.155
Auxílio Doença	56	16	72
Pensão por morte	917	5.233	6.150



Benefícios Pagos - Plano PostalPrev

ESPÉCIE	ACUMULADO/2016 VALOR (R\$)
APOSENTADORIA NORMAL	6.844.167,13
APOSENTADORIA ANTECIPADA	3.940.753,01
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	4.664.801,15
APOSENTADORIA BAA/BAN (PGTO ÚNICO)	64.668,29
(=) SUBTOTAL	15.514.389,58
BENEFÍCIO DE PECÚLIO POR MORTE	6.687.640,64
PENSÃO POR MORTE	4.379.858,64
PENSÃO POR MORTE (PGTO ÚNICO)	1.218.446,83
(=) SUBTOTAL	12.285.946,11
AUXÍLIO DOENÇA	37.744.964,58
(=) SUBTOTAL	37.744.964,58
TOTAL GERAL	65.545.300,27

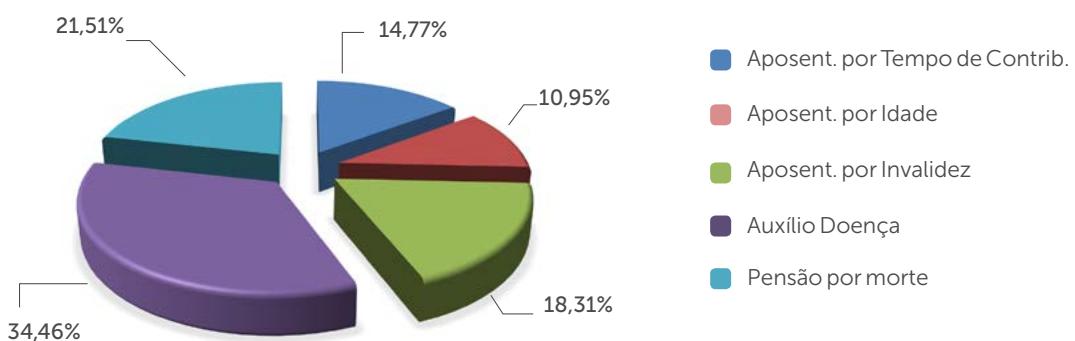
Arrecadação - Plano PostalPrev

CONTRIBUIÇÕES	ACUMULADO/2016 VALOR (R\$)
PARTICIPANTES BÁSICA	215.278.814,11
PARTICIPANTES ESPECÍFICA	64.580.607,17
PARTICIPANTES VOLUNTÁRIA	5.776.258,07
PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIA	120.510,00
PARTICIPANTES NORMAL - ASSISTIDOS (BAD)	6.076.761,25
SUBTOTAL PARTICIPANTES	291.832.950,60
PATROCINADORAS REGULAR	211.108.514,85
PATROCINADORAS ESPECÍFICA	63.584.859,89
PATROCINADORAS NORMAL - ASSISTIDOS (BAD)	6.358.174,28
SUBTOTAL PATROCINADORAS	281.051.549,02
TOTAL GERAL	572.884.499,62

Estatísticas Gerais - Plano PostalPrev

DESCRIÇÃO	POSTALPREV
Participantes Sexo Masculino	79.056
Participantes Sexo Feminino	24.343
Total de Participantes Ativos	103.399
Aposentados Sexo Masculino	1.963
Aposentados Sexo Feminino	574
Total de Aposentados	2.537
Idade Média - Assistido	57
Benefício Médio - Assistido	R\$ 489,79
Pensionistas Sexo Masculino	299
Pensionistas Sexo Feminino	940
Total de Pensionistas	1.239
Idade Média - Pensionista	48
Benefício Médio - Pensionista	R\$ 297,05
Auxílio-Doença - Sexo Masculino	1.493
Auxílio-Doença - Sexo Feminino	492
Total de Participantes em Auxílio-Doença	1.985
Idade Média - Auxílio-Doença	44
Tempo de Patrocinador - Auxílio-Doença	16
Tempo de Plano - Auxílio-Doença	7
Benefício Médio - Auxílio-Doença	R\$ 1.267,10

Tipo de Benefício	Masculino	Feminino	Total
Aposent. Normal	676	175	851
Aposent. Antecipada	442	189	631
Aposent. por Invalidez	845	210	1.055
Subtotal Aposentadorias	1.963	574	2.537
Auxílio Doença	1.493	492	1.985
Pensão por morte	299	940	1.239



Demonstrativo de Investimentos

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO - COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL

Em (R\$ mil)

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2016	%	2015	%
RECURSOS GARANTIDORES	5.327.331.020,22	100%	5.117.920.134,16	100,00%
A. DISPONÍVEL	693.728,85	0,01%	5.272.498,06	0,10%
B. RENDA FIXA	3.462.103.396,48	64,99%	2.526.006.757,17	49,36%
TÍTULOS DO GOVERNO FEDERAL	1.475.964.418,21	27,71%	886.869.624,32	17,33%
NOTAS DO TESOURO NACIONAL	1.475.964.418,21	27,71%	886.869.624,32	17,33%
NTN-C	35.687.434,17	0,67%	32.771.471,17	0,64%
NTN-F	8.364.429,63	0,16%	7.935.717,28	0,16%
NTN-B	1.430.731.082,59	26,86%	846.162.435,87	16,53%
LFT	1.181.471,82	0,02%	-	0,00%
CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO	225.143.190,50	4,23%	286.860.196,34	5,61%
CASAN	CCB	-	82.909.659,77	1,62%
ÁGUAS DE ITAPEMA	CCB	34.965.013,23	43.666.551,03	0,85%
INVESTMINAS / MINASINVEST	CCB	188.206.046,98	160.283.985,54	3,13%
NJC8	CCB	1.972.130,29	0,00	0,00%
CERTIFICADO DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO	164.738.493,60	3,09%	270.304.575,58	5,28%
TETTO HABITAÇÃO S.A.	CCI	107.500.667,70	99.284.527,82	1,94%
PORTBELLO	CCI	-	44.197.804,70	0,86%
MTTG EMPREEND E PART	CCI	28.563.934,89	26.380.829,44	0,52%
INDAIATUBA	CCI	-	100.441.413,62	1,96%
REAL ESTATE MACAÉ PLAZA	CCI	28.673.891,01	-	0,00%
CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO	1.951.087,21	0,04%	71.951.923,77	1,41%
SANTANDER	CDB	-	71.951.923,77	1,41%
PANAMERICANO	CDB	1.951.087,21	-	0,00%
CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS	10.336.662,04	0,19%	10.232.905,31	0,20%
INFRASEC	CRI	10.336.662,04	10.232.905,31	0,20%
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS	0,00	0,00%	5.631.238,86	0,11%
VALORA RECEBER CAMBUCI	DEB	-	5.631.238,86	0,11%
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS (TIT. EMPRESAS)	14.432,86	0,00%	14.422,75	0,00%
VALE DO RIO DOCE S/A	DEB	14.432,86	14.422,75	0,00%
FUNDO DE INVESTIMENTO DE RENDA FIXA	1.583.955.112,07	29,73%	994.141.870,24	19,42%
CARAJÁS	FIRF	-	62.064.374,59	1,21%
RIO DOCE	FIRF	-	28.707.501,18	0,56%
GPAETATIS	FIDC	5.933.796,85	17.479.978,65	0,34%

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2016	%	2015	%
CESP	FIDC	2.890.125,43	0,05%	10.756.723,00	0,21%
TREND BANK	FIDC	591.603,93	0,01%	730.480,21	0,01%
MULT ITÁLIA	FIDC	2.839.379,87	0,05%	10.752.129,70	0,21%
CJP	FIDC	578.386.095,11	10,86%	494.231.117,01	9,66%
CADENCE I	FIDC	355.046.651,91	6,66%	-	0,00%
NOVERO	FIDC	117.643.656,07	2,21%	-	0,00%
JIVE	FIDC	376.611.445,41	7,07%	-	0,00%
INSTITUCIONAL	FIRF	13.197.753,68	0,25%	15.214.532,98	0,30%
INCOME VALUE	FIRF	-	0,00%	82.695.535,76	1,62%
INCOME VALUE I	FIRF	26.006.579,14	0,49%	-	0,00%
BNPP MATCH	REF	10.715.863,24	0,20%	173.142.875,25	3,38%
FM1	FIM	26.376.960,86	0,50%	24.379.319,46	0,48%
RIVIERA	FIM	42.073.149,59	0,79%	39.728.982,16	0,78%
HUNGRIA	FIM	2.111.935,24	0,04%	2.286.242,52	0,04%
SANTANDER	FIRF	721.523,85	0,01%	10.596.966,12	0,21%
BRB1 MILHÃO	FIRF	22.808.591,89	0,43%	21.375.111,65	0,42%
C. RENDA VARIÁVEL		254.536.840,71	4,78%	489.903.995,09	9,57%
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO		167.016.616,50	3,14%	374.800.213,60	7,32%
CANABRAVA AGRÍCOLA	SPE	-	0,00%	36.330.586,58	0,71%
ALUBAM	SPE	93.520.992,57	1,76%	87.226.571,45	1,70%
USINA SOBRASIL	SPE	-	0,00%	73.296.360,78	1,43%
XNICE	SPE	40.166.712,83	0,75%	34.251.522,75	0,67%
CANABRAVA ENERGETICA	SPE	-	0,00%	143.695.172,04	2,81%
BBM DB	SPE	14.078.148,95	0,26%	-	0,00%
OCEAN HOUSES	SPE	14.407.796,95	0,27%	-	0,00%
REAL ESTATE FLORESTAL	SPE	4.842.965,21	0,09%	-	0,00%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES		0,00	0,00%	106.830.949,65	2,09%
YUKON	FIA	-	0,00%	106.830.949,65	2,09%
AÇÕES		87.520.224,21	1,64%	8.272.831,84	0,16%
PLASCAR	AÇÕES	3.786.567,36	0,07%	1.816.678,24	0,04%
RUMO	AÇÕES	6.352.689,60	0,12%	6.456.153,60	0,13%
JOÃO FORTES	AÇÕES	77.380.967,25	1,45%	-	0,00%
D. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		911.774.251,19	17,12%	1.234.860.892,89	24,13%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EMPRESAS EMERGENTES		21.865.570,75	0,41%	13.207.889,47	0,26%
EMPREENDEDOR BRASIL	FMIEE	13.982.444,06	0,26%	6.211.053,73	0,12%
JARDIM BOTÂNICO	FMIEE	7.883.126,69	0,15%	6.996.835,74	0,14%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES		889.908.680,44	16,70%	1.221.653.003,42	23,87%
ENERGIA PCH	FIP	200.546.814,91	3,76%	201.484.915,09	3,94%
NOVA ENERGY	FIP	39.971.825,79	0,75%	154.077.934,74	3,01%
ETB	FIP	271.761.216,67	5,10%	268.369.944,11	5,24%
FIPS SAÚDE	FIP	36.481.794,82	0,68%	36.904.278,07	0,72%

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2016	%	2015	%
FLORESTAS DO BRASIL	FIP	71.631.205,89	1,34%	70.355.395,97	1,37%
INVESTIDORES INSTUCIONAIS III	FIP	13.420.015,22	0,25%	13.346.777,23	0,26%
INVESTIDORES INSTUCIONAIS II	FIP	1.328.052,28	0,02%	2.345.265,35	0,05%
MULTINER	FIP	57.167.683,03	1,07%	242.679.042,21	4,74%
FIP BIOENERGIA	FIP	197.600.071,83	3,71%	232.089.450,65	4,53%
DIAMOND MOUNTAIN MARINE	FIP	-	0,00%	-	0,00%
E. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		101.265.397,25	1,90%	141.149.753,12	2,76%
FIC FIDE BNY MELLON DÍVIDA EXTERNA	FIDE	101.265.397,25	1,90%	141.149.753,12	2,76%
F. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		245.699.911,42	4,61%	247.983.696,96	4,85%
Aluguel e Renda		215.647.769,71	4,05%	213.402.000,00	4,17%
Locada a Patrocinador		215.647.769,71	4,05%	213.402.000,00	4,17%
Terreno - CAJAMAR		52.841.000,00	0,99%	52.841.000,00	1,03%
Custo Corrigido		158.811.000,00	2,98%	158.811.000,00	3,10%
Aluguel a Receber		7.171.990,03	0,13%	1.750.000,00	0,03%
Depreciação		(3.176.220,32)	-0,06%	-	0,00%
OUTROS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		11.750.138,26	0,22%	11.832.156,07	0,23%
Terreno - FINORTE		7.369.000,00	0,14%	4.511.000,00	0,09%
Edificação - FINORTE		4.511.000,00	0,08%	7.369.000,00	0,14%
Depreciação		(129.861,74)	0,00%	(47.843,93)	0,00%
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários		18.302.003,45	0,34%	22.749.540,89	0,44%
Ed. Birmann - Ponswinnecke Empreendimentos		2.450.000,00	0,05%	3.062.500,00	0,06%
Ed. Aron Birmann 20 - GTIS		9.750.003,45	0,18%	12.133.336,82	0,24%
4º Andar Ed. RB1 - JC Investimentos		4.471.000,00	0,08%	5.922.704,07	0,12%
Fazenda Santo Antonio		1.631.000,00	0,03%	1.631.000,00	0,03%
Aluguel a Receber		-	0,00%	-	0,00%
Valores a pagar		-	0,00%	-	0,00%
G. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		355.431.081,30	6,67%	480.365.119,22	9,39%
EMPRÉSTIMOS		355.431.081,30	6,67%	480.365.119,22	9,39%
H. DEPÓSITO JUDICIAL		7.957.467,99	0,15%	4.374.210,46	0,09%
I. EXIGÍVEL DE INVESTIMENTO		(12.131.054,97)	-0,23%	(11.996.788,81)	-0,23%

GESTÃO TERCEIRIZADA

FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR DE MERCADO	% REC. GARANT.
FIDC CESP IV	BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTVM.	2.890.125,43	0,05%
FIDC TREND BANK	Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda.	591.603,93	0,01%
FIDC GP AETATIS	Hemisfério Sul Investimentos S.A.	5.933.796,85	0,11%
FIDC MULT ITÁLIA	Vila Rica Capital Gestora de Recursos Ltda.	2.839.379,87	0,05%
FIDC CJP	Orion Gestão de Recursos Ltda	578.386.095,11	10,86%
FIDC CADENCE I	Cadence Gestora de Recursos Ltda	355.046.651,91	6,66%
FIDC NOVERO	Novero Investimentos Ltda	117.643.656,07	2,21%
FIDC JIVE	Jive Investments Consultoria Ltda.	376.611.445,41	7,07%
FIDE BNY MELLON DÍVIDA EXTERNA	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	101.265.397,25	1,90%
FIP SAÚDE	Planner Corretora de Valores S.A.	36.481.794,82	0,68%
FIP BIOENERGIA	Artis Gestora de Recursos S.A.	197.600.071,83	3,71%
FIP ENERGIA PCH	Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos	200.546.814,91	3,76%
FIP FLORESTAS BRASIL	Claritas Administração de Recursos Ltda. / Copa Gestão de Investimentos Ltda.	71.631.205,89	1,34%
FIP INVESTIDORES INSTITUCIONAIS III	Angra Partners Gestão de Recursos Ltda.	13.420.015,22	0,25%
FIP INVESTIDORES INSTITUCIONAIS II	Angra Partners Gestão de Recursos Ltda.	1.328.052,28	0,02%
FIP MULTINER	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	57.167.683,03	1,07%
FIP ETB	Bridge Administradora de Recursos Ltda.	271.761.216,67	5,10%
FIP NOVA ENERGY	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	39.971.825,79	0,75%
FIP MEZANINO DIAMOND MOUNTAIN MARINE	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(2.094.757,33)	-0,04%
FIRF INSTITUCIONAL	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	13.197.753,68	0,25%
FIRF BRB 1 MILHÃO	BRB distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	22.808.591,89	0,43%
FIRF SANTANDER	Santander Brasil Gestão Recursos Ltda	721.523,85	0,01%
FIRF INCOME VALUE I	Kbo Capital Gestão de Recursos Ltda	26.006.579,14	0,49%
REF BNPP MATCH	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	10.715.863,24	0,20%
FMIEE EMPREENDEDOR BRASIL	BRZ Investimentos Ltda.	13.982.444,06	0,26%
FMIEE JARDIM BOTÂNICO	Jardim Botânico Partners Investimentos Ltda.	7.883.126,69	0,15%
FIM FM1	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	26.376.960,86	0,50%
FIM RIVIERA	Riviera Gestora de Recursos Ltda.	42.073.149,59	0,79%
FIM HUNGRIA	Vila Rica Capital Gestora de Recursos Ltda.	2.111.935,24	0,04%

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	TAXA INTERNA DE RETORNO - TIR	
	% no Mês (12/2016)	% Acumulada
A. RENDA FIXA	28,23%	41,07%
B. RENDA VARIÁVEL	2,08%	-53,95%
C. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1,03%	-25,49%
D. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-2,50%	-28,26%
E. IMÓVEIS	0,48%	9,65%
F. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1,91%	18,84%
PATRIMONIAL	17,25%	10,50%
META ATUARIAL:	0,61%	12,34%

CUSTOS COM A GESTÃO DOS PLANOS

	1º Sem.	2º Sem.	Anual
C. GESTÃO TERCEIRIZADA	6.225.000,80	5.566.070,96	11.791.071,76
Taxa de Administração	6.225.000,80	5.566.070,96	11.791.071,76

PLANO: POSTALPREV - COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2016	%	2015	%	
RECURSOS GARANTIDORES	4.467.918.228,94	100%	3.388.210.396,54	100,00%	
A. DISPONÍVEL	241.469,42	0,01%	734.066,98	0,02%	
B. RENDA FIXA	3.388.011.035,98	75,83%	2.486.518.140,34	73,39%	
				0,00%	
TÍTULOS PÚBLICOS	2.826.240.323,89	63,26%	1.814.598.268,43	53,56%	
NOTAS DO TESOURO NACIONAL	2.826.240.323,89	63,26%	1.814.598.268,43	53,56%	
NTN-F	12.939.400,66	0,29%	12.208.473,65	0,36%	
NTN-B	2.788.338.724,29	62,41%	1.792.682.376,52	52,91%	
LFT	24.962.198,94	0,56%	9.707.418,26	0,29%	
LETROS FINANCEIRAS	52.134.499,75	1,17%	44.877.944,75	1,32%	
SAFRA	LF	31.655.536,53	0,71%	27.213.265,21	0,80%
PINE	LF	20.478.963,22	0,46%	17.664.679,54	0,52%
CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO	4.540.923,22	0,10%	0,00	0,00%	
NJC8	CCB	4.540.923,22	0,10%	0,00	0,00%
CERTIFICADO DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO	75.120.062,59	1,68%	153.137.877,69	4,52%	
DOGMA	CCI	-	0,00%	14.170.020,40	0,42%
INDAIATUBA	CCI	-	0,00%	61.627.310,94	1,82%
PORTBELLO	CCI	-	0,00%	77.340.546,35	2,28%
EKEKA	CCI	9.097.073,00	0,20%	0,00	0,00%
REAL ESTATE MACAÉ PLAZA	CCI	66.022.989,59	1,48%	0,00	0,00%
				0,00%	
CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO	0,00	0,00%	29.357.493,70	0,87%	
BANCO SANTANDER	CDB	0,00	0,00%	1.342.344,50	0,04%
CEF	CDB	0,00	0,00%	28.015.149,20	0,83%
FUNDOS DE INVESTIMENTO RF	429.975.226,53	9,62%	444.546.555,77	13,12%	
RIO DOCE	FIRF	-	0,00%	33.358.528,37	0,98%
TREND BANK	FIDC	591.603,93	0,01%	730.480,21	0,02%
MULT ITÁLIA	FIDC	2.842.343,83	0,06%	10.763.353,56	0,32%
BNPP MATCH	REF	25.554.239,29	0,57%	23.109.376,41	0,68%
INCOME VALUE	FIRF	-	0,00%	190.437.942,10	5,62%
INCOME VALUE I	FIRF	59.881.377,91	1,34%	-	0,00%
HORUS	FIM	-	0,00%	113.143.282,07	3,34%
SCE SÊNIOR	FIDC	-	0,00%	1.135.400,55	0,03%
SCE SUBORDINADA	FIDC	10.022.571,88	0,22%	8.644.238,45	0,26%
VINCI CRED	FIDC	54.918.487,46	1,23%	51.070.305,49	1,51%
VINCI DESENVOLVIMENTO	FIDC	11.134.834,64	0,25%	12.153.648,56	0,36%
CADENCE II	FIDC	265.029.767,59	5,93%	-	0,00%
C. RENDA VARIÁVEL	692.488.028,27	15,50%	474.134.119,97	13,99%	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO		385.287.822,73	8,62%	250.426.903,90	7,39%

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2016	%	2015	%
XNICE	SPE	214.867.716,81	4,81%	183.225.013,27	5,41%
ATEEN - MRT 2	SPE	54.376.908,25	1,22%	49.515.003,60	1,46%
GBX TIETE II	SPE	20.701.183,18	0,46%	17.686.887,03	0,52%
GSP LIFE	SPE	8.362.839,98	0,19%	-	0,00%
MONTREAL	SPE	10.237.781,11	0,23%	-	0,00%
BBM DB	SPE	32.415.603,48	0,73%	-	0,00%
OCEAN HOUSES	SPE	33.174.633,58	0,74%	-	0,00%
REAL ESTATE FLORESTAL	SPE	11.151.156,34	0,25%	-	0,00%
FUNDOS DE INVESTIMENTO AÇÕES		307.200.205,54	6,88%	194.135.140,47	5,73%
GUEPARDO	FIA	37.795.917,44	0,85%	24.919.696,27	0,74%
PACIFICO	FIC/FIA	50.777.479,38	1,14%	37.599.367,51	1,11%
PERIMETER	FIA	85.439.454,59	1,91%	50.107.597,72	1,48%
TEJO	FIA	-	0,00%	630.308,81	0,02%
SAGA INSTITUCIONAL	FIA	80.812.657,79	1,81%	36.940.821,61	1,09%
STK LONG ONLY INST	FIA	52.374.696,34	1,17%	43.937.348,55	1,30%
D. ESTRUTURADOS		42.710.173,12	0,96%	54.059.462,68	1,60%
FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO		42.710.173,12	0,96%	54.059.462,68	1,60%
FII AQUILLA		11.798.487,00	0,26%	11.798.487,00	0,35%
FII GENERAL SHOPPING		30.319.640,00	0,68%	42.260.975,68	1,25%
VALORES A RECEBER FII GENERAL SHOPPING		592.046,12	0,01%	-	0,00%
AÇÕES		0,00	0,00%	29.572.075,60	0,87%
AMBEV S/A		-	0,00%	4.051.950,00	0,12%
BRASILON		-	0,00%	589.600,00	0,02%
BRADESCO		-	0,00%	2.431.208,00	0,07%
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES		-	0,00%	1.897.740,00	0,06%
BRF - BRASIL FOODS S.A.		-	0,00%	1.108.000,00	0,03%
CIELO		-	0,00%	1.511.550,00	0,04%
GOAU		-	0,00%	841.454,00	0,02%
ITAUUSA		-	0,00%	762.510,40	0,02%
ITAUUNIBANCO		-	0,00%	3.509.157,08	0,10%
KROTON		-	0,00%	2.580.724,00	0,08%
LAMERICANAS		-	0,00%	1.746.000,00	0,05%
PACUCAR-CBD		-	0,00%	1.506.960,00	0,04%
PETROBRAS		-	0,00%	4.171.420,00	0,12%
VALE R DOCEPNA		-	0,00%	2.706.000,00	0,08%
PROVENTOS AÇÕES		0,00%	157.802,12	0,00%	
E. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		345.752.775,24	7,74%	374.149.033,74	11,04%
EMPRÉSTIMOS		345.752.775,24	7,74%	374.149.033,74	11,04%
F. EXIGÍVEL DE INVESTIMENTO		(1.285.253,09)	-0,03%	(1.384.427,17)	-0,04%

GESTÃO TERCEIRIZADA

FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR DE MERCADO	% REC. GARANT.
FIDC TREND BANK	Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda.	591.603,93	0,01%
FIDC MULT ITÁLIA	Vila Rica Capital Gestora de Recursos Ltda.	2.842.343,83	0,06%
FIDC CADENCE II	Cadence Gestora de Recursos Ltda.	265.029.767,59	5,93%
REF BNPP MATCH	BNP Paribas Asst Management Brasil Ltda.	25.554.239,29	0,57%
FIRF INCOME VALUE I	Kbo Capital Gestão de Recursos Ltda	59.881.377,91	1,34%
FIDC SCE SUBORDINADA	Integral Investimentos Ltda.	10.022.571,88	0,22%
FIDC VINCI CRED	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	54.918.487,46	1,23%
FIDC VINCI DESENVOLVIMENTO	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	11.134.834,64	0,25%
FIA GUEPARDO	Guepardo Investimentos Ltda.	37.795.917,44	0,85%
FIA PACIFICO	Pacifico Gestão de Recursos Ltda.	50.777.479,38	1,14%
FIA PERIMETER	Perimeter Admimistração de Recursos Ltda.	85.439.454,59	1,91%
FIA SAGA INSTITUCIONAL	Saga Consultoria e Gestão de Inv. Fin. Ltda.	80.812.657,79	1,81%
FIA STK	STK Capital Gestora de Recursos Ltda.	52.374.696,34	1,17%
FII AQUILLA	Aquilla Asset Management Ltda	11.798.487,00	0,26%
FII GENERAL SHOPPING	Olimpia Partners Gestão de Recursos S/A	30.319.640,00	0,68%

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	TAXA INTERNA DE RETORNO - TIR	
	% no Mês	% Acumulada
RENDA FIXA	5,75%	16,55%
RENDA VARIÁVEL	0,07%	26,90%
ESTRUTURADOS	1,04%	13,46%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1,84%	19,32%
PATRIMONIAL	4,56%	18,22%
META ATUARIAL:	0,61%	12,39%

CUSTOS COM A GESTÃO DOS PLANOS

	1º Sem.	2º Sem.	Anual
C. GESTÃO TERCEIRIZADA	4.496.925,69	4.389.306,70	8.886.232,38
Taxa de Administração	4.496.925,69	4.389.306,70	8.886.232,38

PLANO: PGA - COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2016	%	2015	%
RECURSOS GARANTIDORES	95.959.255,04	100%	68.322.374,92	100%
A. DISPONÍVEL	151.024,24	0,16%	177.447,47	0,26%
B. RENDA FIXA	95.808.230,80	99,84%	68.144.927,45	99,74%
TÍTULOS PÚBLICOS	29.878.400,00	31,14%	0,00	0%
NTN-B	29.878.400,00	31,14%	-	0%
FUNDOS DE INVESTIMENTO RF	65.929.830,80	68,71%	68.144.927,45	99,74%
BNP MATCH	65.929.830,80	68,71%	68.144.927,45	99,74%
C. EXIGÍVEL DE INVESTIMENTO	0,00	0,00%	0,00	0,00%

GESTÃO TERCEIRIZADA

FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR ATUALIZADO	% REC. GARANT.
BNP MATCH	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda	65.929.830,80	68,71%

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	TAXA INTERNA DE RETORNO - TIR	
	% no Mês	% Acumulada
A. RENDA FIXA	1,18%	13,79%
PATRIMONIAL	1,18%	13,79%

CUSTOS COM A GESTÃO DOS PLANOS

	1º Sem.	2º Sem.	Anual
A. GESTÃO PREVIDENCIAL	29.240.318,38	29.346.580,77	58.586.899,15
Pessoal e Encargos	17.887.981,51	18.042.570,81	35.930.552,32
Serviço de Terceiros	7.970.125,64	7.874.679,92	15.844.805,56
Serviços de Atuária	1.511.075,10	1.199.651,39	2.710.726,49
Auditoria	-	102.251,30	102.251,30
Consultoria Jurídica	1.038.512,13	1.000.105,47	2.038.617,60
Gestão e Planejamento Estratégico	1.862.562,92	1.354.025,04	3.216.587,96
Honorários Advocatícios (Custas Judiciais/ Emolumentos Cartoriais)	137.937,54	52.723,56	190.661,10
Despesas Gerais	1.894.166,82	2.078.183,02	3.972.349,84
Outras Despesas Serviços de Terceiros	1.525.871,13	2.087.740,14	3.613.611,27
Outras Despesas	102.281,25	322.952,79	425.234,04
Encargos Diversos	102.281,25	322.952,79	425.234,04
Treinamentos/Congressos e Seminários	152.842,86	206.618,94	359.461,80
Viagens e Estadias	379.492,79	408.640,37	788.133,16
Depreciação	458.885,21	415.946,28	874.831,49
Tributos	2.288.709,12	2.075.171,66	4.363.880,78
B. GESTÃO DE INVESTIMENTO	13.546.379,55	13.695.341,13	27.241.720,68
Pessoal e Encargos	7.452.721,62	6.232.232,92	13.684.954,54
Serviço de Terceiros	2.949.605,92	3.494.780,15	6.444.386,07
Serviços de Atuária	-	43.821,98	43.821,98
Auditoria	447.118,40	428.616,56	875.734,96
Consultoria Jurídica	787.342,99	1.027.012,68	1.814.355,67
Gestão e Planejamento Estratégico	275.342,25	298.638,29	573.980,54
Honorários Advocatícios (Custas Judiciais/ Emolumentos Cartoriais)	59.116,39	22.595,89	81.712,28
Despesas Gerais	767.139,59	847.158,24	1.614.297,83
Outras Despesas Serviços de Terceiros	613.546,30	826.936,51	1.440.482,81
Outras Despesas	420,96	1.776,72	2.197,68
Encargos Diversos	420,96	1.776,72	2.197,68
Serviço de Custódia/Administração Fiduciária	1.703.629,48	2.505.950,46	4.209.579,94
Treinamentos/Congressos e Seminários	65.504,19	88.551,11	154.055,30
Viagens e Estadias	202.234,35	310.946,40	513.180,75
Depreciação	191.387,68	171.928,00	363.315,68
Tributos	980.875,35	889.175,37	1.870.050,72
C. GESTÃO TERCEIRIZADA	98.971,29	111.364,12	210.335,40
Taxa de Administração	98.971,29	111.364,12	210.335,40
TOTAL	42.885.669,22	43.153.286,02	86.038.955,23

PLANO: CONSOLIDADO - COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2016	%	2015	%
RECURSOS GARANTIDORES	9.891.208.504,20	100%	8.574.452.905,62	100%
A. DISPONÍVEL	1.086.222,51	0,01%	6.184.012,51	0,06%
B. RENDA FIXA	6.945.922.663,26	70,22%	5.080.669.824,96	51,37%
TÍTULOS DO GOVERNO FEDERAL	4.332.083.142,10	43,80%	2.701.467.892,75	27,31%
NOTAS DO TESOURO NACIONAL	4.332.083.142,10	43,80%	2.701.467.892,75	27,31%
NTN-C	35.687.434,17	0,36%	32.771.471,17	0,33%
NTN-F	21.303.830,29	0,22%	20.144.190,93	0,20%
NTN-B	4.248.948.206,88	42,96%	2.638.844.812,39	26,68%
LFT	26.143.670,76	0,26%	9.707.418,26	0,10%
CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO	229.684.113,72	2,32%	286.860.196,34	2,90%
CASAN	CCB	-	82.909.659,77	0,84%
ÁGUAS DE ITAPEMA	CCB	34.965.013,23	43.666.551,03	0,44%
INVESTMINAS / MINASINVEST	CCB	188.206.046,98	160.283.985,54	1,62%
NJC8	CCB	6.513.053,51	-	0,00%
LETROS FINANCEIRAS	52.134.499,75	0,53%	44.877.944,75	0,45%
SAFRA	LF	31.655.536,53	27.213.265,21	0,28%
PINE	LF	20.478.963,22	17.664.679,54	0,18%
CERTIFICADO DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO	239.858.556,19	2,42%	423.442.453,27	4,28%
TETTO HABITAÇÃO S.A	CCI	107.500.667,70	99.284.527,82	1,00%
PORTBELLO	CCI	-	121.538.351,05	1,23%
MTTG EMPREEND E PART	CCI	28.563.934,89	26.380.829,44	0,27%
INDAIATUBA	CCI	-	162.068.724,56	1,64%
DOGMA	CCI	-	14.170.020,40	0,14%
REAL ESTATE MACAÉ PLAZA	CCI	94.696.880,60	-	0,00%
EKEKA	CCI	9.097.073,00	-	0,00%
CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO	1.951.087,21	0,02%	101.309.417,47	1,02%
SANTANDER	CDB	-	71.951.923,77	0,73%
BANCO SANTANDER	CDB	-	1.342.344,50	0,01%
CEF	CDB	-	28.015.149,20	0,28%
PANAMERICANO	CDB	1.951.087,21	-	0,00%
CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS	10.336.662,04	0,10%	10.232.905,31	0,10%
INFRASEC	CRI	10.336.662,04	10.232.905,31	0,10%
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS	0,00	0,00%	5.631.238,86	0,06%
VALORA RECEBER CAMBUCI	DEB	0,00	5.631.238,86	0,06%
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS (TIT. EMPRESAS)	14.432,86	0,00%	14.422,75	0,00%
VALE DO RIO DOCE S/A	DEB	14.432,86	14.422,75	0,00%

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2016	%	2015	%
FUNDO DE INVESTIMENTO DE RENDA FIXA		2.079.860.169,39	21,03%	1.506.833.353,46	15,23%
CARAJÁS	FIRF	-	0,00%	62.064.374,59	0,63%
RIO DOCE	FIRF	-	0,00%	28.707.501,18	0,29%
GPAETATIS	FIDC	5.933.796,85	0,06%	17.479.978,65	0,18%
CESP	FIDC	2.890.125,43	0,03%	10.756.723,00	0,11%
TREND BANK	FIDC	1.183.207,86	0,01%	1.460.960,42	0,01%
MULT ITÁLIA	FIDC	5.681.723,70	0,06%	21.515.483,26	0,22%
CJP	FIDC	578.386.095,11	5,85%	494.231.117,01	5,00%
INSTITUCIONAL	FIRF	13.197.753,68	0,13%	15.214.532,98	0,15%
INCOME VALUE	FIRF	-	0,00%	273.133.477,86	2,76%
INCOME VALUE I	FIRF	85.887.957,04	0,87%	-	0,00%
BNPP MATCH	REF	102.199.933,33	1,03%	264.397.179,11	2,67%
FM1	FIM	26.376.960,86	0,27%	24.379.319,46	0,25%
RIVIERA	FIM	42.073.149,59	0,43%	39.728.982,16	0,40%
HUNGRIA	FIM	2.111.935,24	0,02%	2.286.242,52	0,02%
BRB1 MILHÃO	FIRF	22.808.591,89	0,23%	21.375.111,65	0,22%
SANTANDER	FIRF	721.523,85	0,01%	10.596.966,12	0,11%
RIO DOCE	FIRF	-	0,00%	33.358.528,37	0,34%
HORUS	FIM	-	0,00%	113.143.282,07	1,14%
SCE SÊNIOR	FIDC	-	0,00%	1.135.400,55	0,01%
SCE SUBORDINADA	FIDC	10.022.571,88	0,10%	8.644.238,45	0,09%
VINCI CRED	FIDC	54.918.487,46	0,56%	51.070.305,49	0,52%
VINCI DESENVOLVIMENTO	FIDC	11.134.834,64	0,11%	12.153.648,56	0,12%
NOVERO	FIDC	117.643.656,07	1,19%	-	0,00%
JIVE	FIDC	376.611.445,41	3,81%	528.193.582,65	5,34%
CADENCE I	FIDC	355.046.651,91	3,59%	-	0,00%
CADENCE II	FIDC	265.029.767,59	2,68%	-	0,00%
C. RENDA VARIÁVEL		947.024.868,98	9,57%	964.038.115,06	9,75%
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO		552.304.439,23	5,58%	625.227.117,50	6,32%
CANABRAVA AGRÍCOLA	SPE	-	0,00%	36.330.586,58	0,37%
ALUBAM	SPE	93.520.992,57	0,95%	87.226.571,45	0,88%
USINA SOBRASIL	SPE	-	0,00%	73.296.360,78	0,74%
XNICE	SPE	255.034.429,64	2,58%	217.476.536,02	2,20%
CANABRAVA ENERGETICA	SPE	-	0,00%	143.695.172,04	1,45%
ATEEN - MRT 2	SPE	54.376.908,25	0,55%	49.515.003,60	0,50%
GBX TIETE II	SPE	20.701.183,18	0,21%	17.686.887,03	0,18%
GSP LIFE	SPE	8.362.839,98	0,08%	-	0,00%
MONTREAL	SPE	10.237.781,11	0,10%	-	0,00%
BBM DB	SPE	46.493.752,43	0,47%	-	0,00%
OCEAN HOUSES	SPE	47.582.430,53	0,48%	-	0,00%
REAL ESTATE FLORESTAL	SPE	15.994.121,54	0,16%	-	0,00%
FUNDOS DE INVESTIMENTO AÇÕES		307.200.205,54	3,11%	257.028.741,57	2,60%
YUKON	FIA	-	0,00%	106.830.949,65	1,08%
GUEPARDO	FIA	37.795.917,44	0,38%	24.919.696,27	0,25%
PACIFICO	FIC/FIA	50.777.479,38	0,51%	37.599.367,51	0,38%
PERIMETER	FIA	85.439.454,59	0,86%	50.107.597,72	0,51%
TEJO	FIA	-	0,00%	630.308,81	0,01%
SAGA INSTITUCIONAL	FIA	80.812.657,79	0,82%	36.940.821,61	0,37%
STK	FIA	52.374.696,34	-	43.937.348,55	0,44%

SEGMENTO DE APLICAÇÃO		2016	%	2015	%
AÇÕES		87.520.224,21	0,88%	37.844.907,44	0,38%
PLASCAR	AÇÕES	3.786.567,36	0,04%	1.816.678,24	0,02%
RUMO	AÇÕES	6.352.689,60	0,06%	6.456.153,60	0,07%
JOÃO FORTES	AÇÕES	77.380.967,25	0,78%	-	0,00%
AMBEV S/A	AÇÕES	-	0,00%	4.051.950,00	0,04%
BRASILON	AÇÕES	-	0,00%	589.600,00	0,01%
BRADESCO	AÇÕES	-	0,00%	2.431.208,00	0,02%
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES	AÇÕES	-	0,00%	1.897.740,00	0,02%
BRF - BRASIL FOODS S.A.	AÇÕES	-	0,00%	1.108.000,00	0,01%
CIELO	AÇÕES	-	0,00%	1.511.550,00	0,02%
GOAU	AÇÕES	-	0,00%	841.454,00	0,01%
ITAUSA	AÇÕES	-	0,00%	762.510,40	0,01%
ITAUUNIBANCO	AÇÕES	-	0,00%	3.509.157,08	0,04%
KROTON	AÇÕES	-	0,00%	2.580.724,00	0,03%
LAMERICANAS	AÇÕES	-	0,00%	1.746.000,00	0,02%
PACUCAR-CBD	AÇÕES	-	0,00%	1.506.960,00	0,02%
PETROBRAS	AÇÕES	-	0,00%	4.171.420,00	0,04%
VALE R DOCEPNA	AÇÕES	-	0,00%	2.706.000,00	0,03%
PROVENTOS AÇÕES		-	0,00%	157.802,12	0,00%
D. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		954.484.424,31	9,65%	1.288.920.355,57	13,03%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EMPRESAS EMERGENTES		21.865.570,75	0,22%	13.207.889,47	0,13%
EMPREENDEDOR BRASIL	FMIEE	13.982.444,06	0,14%	6.211.053,73	0,06%
JARDIM BOTÂNICO	FMIEE	7.883.126,69	0,08%	6.996.835,74	0,07%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES		889.908.680,44	9,00%	1.221.653.003,42	12,35%
ENERGIA PCH	FIP	200.546.814,91	2,03%	201.484.915,09	2,04%
NOVA ENERGY	FIP	39.971.825,79	0,40%	154.077.934,74	1,56%
ETB	FIP	271.761.216,67	2,75%	268.369.944,11	2,71%
SAÚDE	FIP	36.481.794,82	0,37%	36.904.278,07	0,37%
FLORESTAS DO BRASIL	FIP	71.631.205,89	0,72%	70.355.395,97	0,71%
INVESTIDORES INSTUCIONAIS III	FIP	13.420.015,22	0,14%	13.346.777,23	0,13%
INVESTIDORES INSTUCIONAIS II	FIP	1.328.052,28	0,01%	2.345.265,35	0,02%
MULTINER	FIP	57.167.683,03	0,58%	242.679.042,21	2,45%
BIOENERGIA	FIP	197.600.071,83	2,00%	232.089.450,65	2,35%
MEZANINO DIAMOND MOUNTAIN MARINE	FIP	-	0,00%	-	0,00%
FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO		42.710.173,12	0,43%	54.059.462,68	0,55%
FII AQUILLA		11.798.487,00	0,12%	11.798.487,00	0,12%
FII GENERAL SHOPPING		30.319.640,00	0,31%	42.260.975,68	0,43%
VALORES A RECEBER FII GENERAL SHOPPING		592.046,12	0,01%	-	0,00%
F. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		245.699.911,42	2,48%	247.983.696,96	2,51%
Aluguel e Renda		215.647.769,71	2,18%	213.402.000,00	2,16%
Locada a Patrocinador		215.647.769,71	2,18%	213.402.000,00	2,16%
Terreno - CAJAMAR		52.841.000,00	0,53%	52.841.000,00	0,53%
Custo Corrigido		158.811.000,00	1,61%	158.811.000,00	1,61%
Aluguel a Receber		7.171.990,03	0,07%	1.750.000,00	0,02%
Depreciação		(3.176.220,32)	-0,03%	-	0,00%

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2016	%	2015	%
OUTROS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	11.750.138,26	0,12%	11.832.156,07	0,12%
Terreno - FINORTE	7.369.000,00	0,07%	4.511.000,00	0,05%
Edificação - FINORTE	4.511.000,00	0,05%	7.369.000,00	0,07%
Depreciação	(129.861,74)	0,00%	(47.843,93)	0,00%
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários	18.302.003,45	0,19%	22.749.540,89	0,23%
Ed. Birmann - Ponswinnecke Empreendimentos	2.450.000,00	0,02%	3.062.500,00	0,03%
Ed. Aron Birmann 20 - GTIS	9.750.003,45	0,10%	12.133.336,82	0,12%
4º Andar Ed. RB1 - JC Investimentos	4.471.000,00	0,05%	5.922.704,07	0,06%
Fazenda Santo Antonio	1.631.000,00	0,02%	1.631.000,00	0,02%
Aluguel a Receber				
Valores a pagar				
G. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	701.183.856,54	7,09%	854.514.152,96	8,64%
EMPRÉSTIMOS	701.183.856,54	7,09%	854.514.152,96	8,64%
H. DEPÓSITO JUDICIAL	7.957.467,99	0,08%	4.374.210,46	0,04%
I. EXIGÍVEL DE INVESTIMENTO	(13.416.308,06)	-0,14%	(13.381.215,98)	-0,14%

GESTÃO TERCEIRIZADA

FUNDO DE INVESTIMENTO	GESTOR	VALOR DE MERCADO	% REC. GARANT.
FIDC CESP IV	BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTVM.	2.890.125,43	0,03%
FIDC TREND BANK	Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda.	1.183.207,86	0,01%
FIDC GP AETATIS	Hemisfério Sul Investimentos S.A.	5.933.796,85	0,06%
FIDC MULT ITÁLIA	Vila Rica Capital Gestora de Recursos Ltda.	5.681.723,70	0,06%
FIDC CJP	Orion Gestão de Recursos Ltda	578.386.095,11	5,85%
FIDE BNY MELLON DÍVIDA EXTERNA	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	101.265.397,25	1,02%
FIP SAÚDE	Planner Corretora de Valores S.A.	36.481.794,82	0,37%
FIP BIOENERGIA	Artis Gestora de Recursos S.A.	197.600.071,83	2,00%
FIP ENERGIA PCH	Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos	200.546.814,91	2,03%
FIP FLORESTAS BRASIL	Claritas Administração de Recursos Ltda. / Copa Gestão de Investimentos Ltda.	71.631.205,89	0,72%
FIP INVESTIDORES INSTITUCIONAIS III	Angra Partners Gestão de Recursos Ltda.	13.420.015,22	0,14%
FIP INVESTIDORES INSTITUCIONAIS II	Angra Partners Gestão de Recursos Ltda.	1.328.052,28	0,01%
FIP MULTINER	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda	57.167.683,03	0,58%
FIP ETB	Bridge Administradora de Recursos Ltda.	271.761.216,67	2,75%
FIP NOVA ENERGY	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	39.971.825,79	0,40%
FIP MEZANINO DIAMOND MOUNTAIN MARINE	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(2.094.757,33)	-0,02%
FIRF INSTITUCIONAL	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	13.197.753,68	0,13%
FIRF BRB 1 MILHÃO	BRB Istribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	22.808.591,89	0,23%
FIRF SANTANDER	Santander Brasil Gestão Recursos Ltda	721.523,85	0,01%
FIRF INCOME VALUE I	Kbo Capital Gestao de Recursos Ltda	85.887.957,04	0,87%
REF BNPP MATCH	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	102.199.933,33	1,03%
FMIEE EMPREENDEDOR BRASIL	BRZ Investimentos Ltda.	13.982.444,06	0,14%
FMIEE JARDIM BOTÂNICO	Jardim Botânico Partners Investimentos Ltda.	7.883.126,69	0,08%
FIM FM1	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	26.376.960,86	0,27%
FIM RIVIERA	Riviera Gestora de Recursos Ltda.	42.073.149,59	0,43%
FIM HUNGRIA	Vila Rica Capital Gestora de Recursos Ltda.	2.111.935,24	0,02%
FIDC SCE SUBORDINADA	Integral Investimentos Ltda.	10.022.571,88	0,10%
FIDC VINCI CRED	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	54.918.487,46	0,56%
FIDC VINCI DESENVOLVIMENTO	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.	11.134.834,64	0,11%
FIDC NOVERO	Novero Investimentos Ltda	117.643.656,07	1,19%
FIDC JIVE	Jive Investments Consultoria Ltda.	376.611.445,41	3,81%
FIDC CADENCE I	Cadence Gestora de Recursos Ltda	355.046.651,91	3,59%
FIDC CADENCE II	Cadence Gestora de Recursos Ltda	265.029.767,59	2,68%
FIA GUEPARDO	Guepardo Investimentos Ltda.	37.795.917,44	0,38%
FIA PACIFICO	Pacifico Gestão de Recursos Ltda.	50.777.479,38	0,51%
FIA PERIMETER	Perimeter Admimistração de Recursos Ltda.	85.439.454,59	0,86%
FIA SAGA INSTITUCIONAL	Saga Consultoria e Gestão de Inv. Fin. Ltda.	80.812.657,79	0,82%
FIA STK	STK Capital Gestora de Recursos Ltda.	52.374.696,34	0,53%
FII AQUILLA	Aquilla Asset Management Ltda	11.798.487,00	0,12%
FII GENERAL SHOPPING	Olimpia Partners Gestão de Recursos S/A	30.319.640,00	0,31%

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	TAXA INTERNA DE RETORNO - TIR	
	% no Mês	% Acumulada
A. RENDA FIXA	16,83%	28,66%
B. RENDA VARIÁVEL	0,60%	5,53%
C. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1,03%	-23,77%
D. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-2,50%	-28,26%
E. IMÓVEIS	0,48%	9,65%
F. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1,88%	9,55%
PATRIMONIAL	11,36%	14,02%
META ATUARIAL:	0,61%	12,39%

CUSTOS COM A GESTÃO DOS PLANOS

	1º Sem.	2º Sem.	Anual
A. GESTÃO PREVIDENCIAL	29.240.318,38	29.346.580,77	58.586.899,15
Pessoal e Encargos	17.887.981,51	18.042.570,81	35.930.552,32
Serviço de Terceiros	7.970.125,64	7.874.679,92	15.844.805,56
Serviços de Atuária	1.511.075,10	1.199.651,39	2.710.726,49
Auditória	-	102.251,30	102.251,30
Consultoria Jurídica	1.038.512,13	1.000.105,47	2.038.617,60
Gestão e Planejamento Estratégico	1.862.562,92	1.354.025,04	3.216.587,96
Honorários Advocatícios (Custas Judiciais/Emolumentos Cartoriais)	137.937,54	52.723,56	190.661,10
Despesas Gerais	1.894.166,82	2.078.183,02	3.972.349,84
Outras Despesas Serviços de Terceiros	1.525.871,13	2.087.740,14	3.613.611,27

	1º Sem.	2º Sem.	Anual
Outras Despesas	102.281,25	322.952,79	425.234,04
Encargos Diversos	102.281,25	322.952,79	425.234,04
Treinamentos/Congressos e Seminários	152.842,86	206.618,94	359.461,80
Viagens e Estadias	379.492,79	408.640,37	788.133,16
Depreciação	458.885,21	415.946,28	874.831,49
Tributos	2.288.709,12	2.075.171,66	4.363.880,78
 B. GESTÃO DE INVESTIMENTO	 13.546.379,55	 13.695.341,13	 27.241.720,68
Pessoal e Encargos	7.452.721,62	6.232.232,92	13.684.954,54
Serviço de Terceiros	2.949.605,92	3.494.780,15	6.444.386,07
Serviços de Atuária	-	43.821,98	43.821,98
Auditória	447.118,40	428.616,56	875.734,96
Consultoria Jurídica	787.342,99	1.027.012,68	1.814.355,67
Gestão e Planejamento Estratégico	275.342,25	298.638,29	573.980,54
Honorários Advocatícios (Custas Judiciais/Emolumentos Cartoriais)	59.116,39	22.595,89	81.712,28
Despesas Gerais	767.139,59	847.158,24	1.614.297,83
Outras Despesas Serviços de Terceiros	613.546,30	826.936,51	1.440.482,81
Outras Despesas	420,96	1.776,72	2.197,68
Encargos Diversos	420,96	1.776,72	2.197,68
Serviço de Custódia/Administração Fiduciária	1.703.629,48	2.505.950,46	4.209.579,94
Treinamentos/Congressos e Seminários	65.504,19	88.551,11	154.055,30
Viagens e Estadias	202.234,35	310.946,40	513.180,75
Depreciação	191.387,68	171.928,00	363.315,68
Tributos	980.875,35	889.175,37	1.870.050,72
 C. GESTÃO TERCEIRIZADA	 10.820.897,77	 10.066.741,77	 20.887.639,54
Taxa de Administração	10.820.897,77	10.066.741,77	20.887.639,54
 TOTAL	 53.607.595,70	 53.108.663,67	 106.716.259,37

Resultados de investimentos e enquadramentos

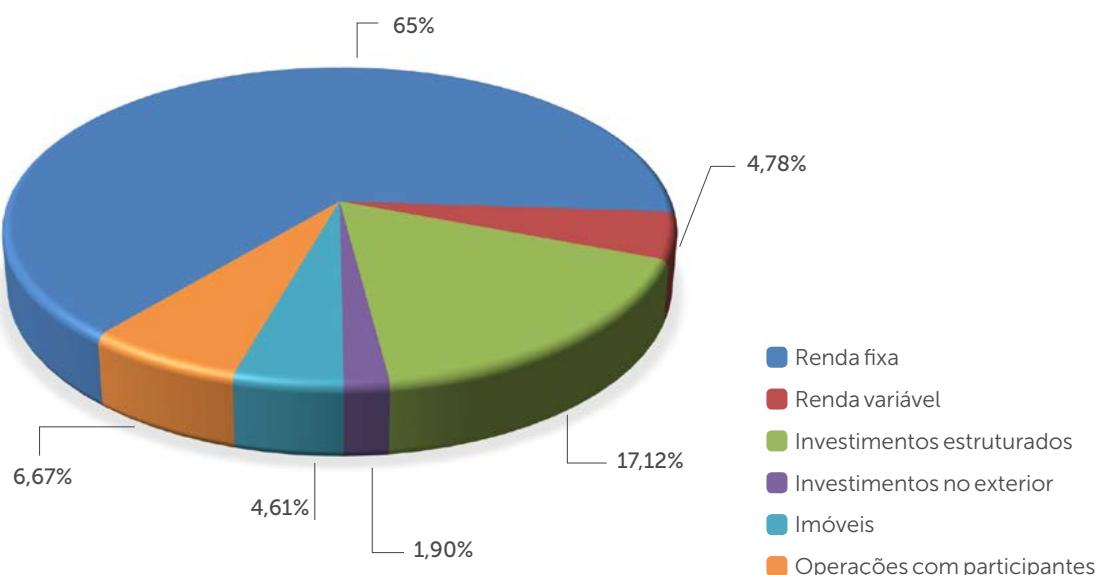
Um investimento é considerado *enquadrado* quando está em conformidade com as regras e limites impostos pela legislação vigente e com as diretrizes da política de investimentos dos planos.

Os quadros abaixo se referem aos enquadramentos dos investimentos de cada um dos planos administrados pelo Postalis.

Nas tabelas, a primeira coluna indica o tipo de investimento, a segunda mostra os parâmetros da política de investimentos e a terceira os limites impostos pela legislação. Na quarta coluna são observados os valores efetivamente alocados em cada segmento e o percentual que representam em relação ao total do volume investido. A quinta coluna demonstra a rentabilidade do segmento no período.

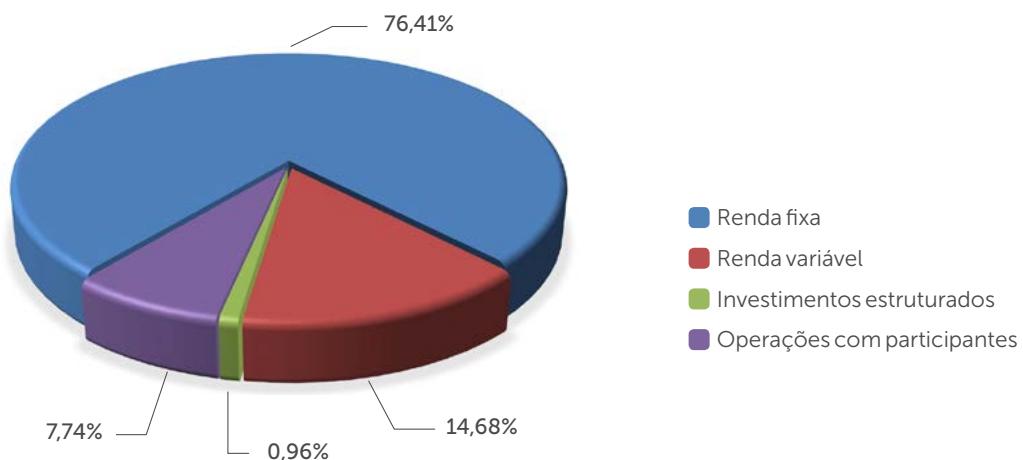
PLANO BD

Segmento	Política de Investimento	RES. CMN 3.792	Valor Aplicado		Retorno	
			R\$	%	%	%
DISPONÍVEL	-	-	693.728,85	0,01%	-	-
RENDA FIXA	100%	100%	3.462.561.515,97	65,00%	41,07%	
RENDA VARIÁVEL	30%	70%	254.536.840,59	4,78%	-53,95%	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20%	20%	911.774.259,04	17,12%	-25,49%	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	4%	10%	101.265.397,25	1,90%	-28,26%	
IMÓVEIS	8%	8%	245.699.911,42	4,61%	9,65%	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15%	15%	355.431.081,30	6,67%	18,84%	
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	-	-	7.957.467,99	0,15%	-	
VALORES A PAGAR / RECEBER / CAIXA	-	-	(458.128,49)	-0,01%	-	
(-) EXIGÍVEL INVESTIMENTOS	-	-	(12.131.054,97)	-0,23%	-	
RECURSOS GARANTIDORES			5.327.331.018,95		10,50%	



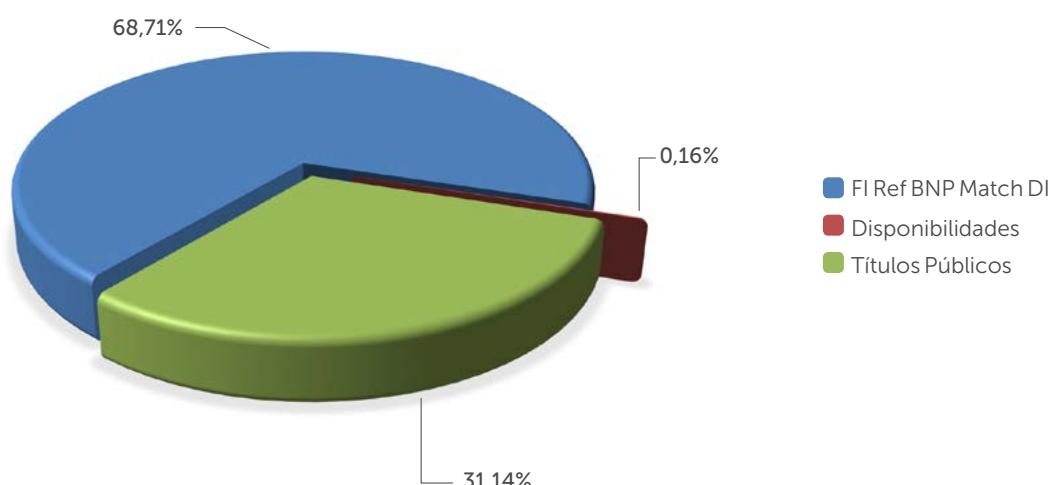
PLANO POSTALPREV

Segmento	Política de Investimento	RES. CMN 3.792	Valor Aplicado		Retorno	
			R\$	%	%	%
DISPONÍVEL	-	-	242.469,42	0,01%	-	-
RENDA FIXA	100%	100%	3.414.031.469,17	76,41%	16,55%	
RENDA VARIÁVEL	50%	70%	656.072.549,97	14,68%	26,90%	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	6%	20%	42.710.173,22	0,96%	13,46%	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	3%	10%	-	0,00%	-	
IMÓVEIS	8%	8%	-	0,00%	-	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15%	15%	345.752.775,24	7,74%	19,32%	
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	-	-	-	0,00%	-	
VALORES A PAGAR / RECEBER / CAIXA	-	-	10.395.044,99	0,23%	-	
(-) EXIGÍVEL INVESTIMENTOS	-	-	(1.285.253,09)	-0,03%	-	
RECURSOS GARANTIDORES			4.467.918.228,93		18,22%	



PGA

Segmento	Política de Investimento	RES. CMN 3.792	Valor Aplicado		Retorno	
			R\$	%	%	%
DISPONÍVEL	-	-	151.024,34	0,16%	-	-
RENDA FIXA	100%	100%	95.808.195,90	99,84%	13,79%	
RENDA VARIÁVEL	0%	70%		0,00%	-	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	20%		0,00%	-	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	10%		0,00%	-	
IMÓVEIS	0%	8%		0,00%	-	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0%	15%		0,00%	-	
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	-	-		0,00%	-	
VALORES A PAGAR / RECEBER / CAIXA	-	-		0,40%	-	
(-) EXIGÍVEL INVESTIMENTOS	-	-		0,00%	-	
RECURSOS GARANTIDORES			95.959.220,24		13,79%	



Síntese da Política de Investimentos para 2016

Introdução

Este documento apresenta de forma resumida os critérios que norteiam as aplicações dos planos BD e PostalPrev, não substituindo a íntegra das Políticas de Investimento que estão disponíveis em nossa página na internet: www.postalis.org.br.

O Postalis adota as normas e procedimentos de controles internos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 13, com destaque para os seguintes pontos:

- Adoção de uma cultura interna que move, entre os conselheiros, diretores e empregados, uma conduta permanentemente pautada por padrões éticos e de integridade, orientada à defesa dos direitos dos participantes e assistidos;
- Realização de reuniões periódicas com consultores e gestores com o objetivo de acompanhar a saúde financeira e atuarial dos planos de benefícios;
- Monitoramento dos diversos tipos de riscos financeiros e não-financeiros;
- Elaboração de relatórios semestrais de controles internos, aprovados pelo Conselho Fiscal, com vistas a atestar a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor, à Política de Investimento, às premissas e hipóteses atuariais e à execução orçamentária;
- Elaboração de relatórios de Acompanhamento da Política de Investimento, com o objetivo de averiguar a consonância dos investimentos com as diretrizes desta Política;
- Disponibilização aos participantes das principais informações referentes ao plano,

como resumo do Demonstrativo de Investimentos, da Política de Investimento e das demonstrações contábeis anuais.

Administrador Tecnicamente Qualificado

As entidades fechadas de previdência complementar (EFPCs) devem de acordo com a legislação vigente, designar um AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos, alocados nos planos de benefícios, bem como pela prestação de informações relativas à aplicação dos mesmos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais administradores do Instituto.

Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios

Da mesma forma a EFPCs devem nomear, dentre os membros da sua Diretoria Executiva, o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios, que divide com o patrocinador e com os membros estatutários a responsabilidade pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras.

Política de Alocação dos Recursos

Metas de Gestão dos Investimentos

A Resolução CMN nº 3.792 exige que as entidades fechadas de previdência complementar definam índices de referência (benchmarks) e metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está, evidentemente, sujeito às variações momentâneas do mercado.

Por outro lado, a meta de rentabilidade reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir – rentabilidade esta que, normalmente, apresenta menor volatilidade e maior aderência aos objetivos do plano.

Plano BD

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
PLANO	INPC + 5,50% ao ano	INPC + 5,45% ao ano
Renda Fixa	INPC + 5,50% ao ano	IPCA + 6,00% ao ano
Renda Variável	Ibovespa +3,00% ao ano	IPCA + 9% ao ano
Investimentos Estruturados	IPCA + 11,50% ao ano	IPCA + 11,50% ao ano
Investimentos no Exterior	PTAX	SELIC
Imóveis	INPC + 5,50% ao ano	INPC + 5,50% ao ano
Operações com Participantes	INPC + 5,50% ao ano	INPC + 5,50% ao ano

Plano PostalPrev

SEGMENTO	BENCHMARK
PLANO	INPC + 5,50% ao ano
Renda Fixa	Taxa pactuada por ativos e CDI para fundos
Renda Variável	Ibovespa
Investimentos Estruturados	IPCA + 8% ao ano
Investimentos no Exterior	MSCI World
Imóveis	INPC + 5,50% ao ano
Operações com Participantes	INPC + 5,50% ao ano

Faixas de Alocação de Recursos por Plano de Benefício:

O Postalis utiliza uma metodologia de macro-alocação dos ativos, que está em conformidade com características dos planos BD e PostalPrev.

A tabela a seguir apresenta a alocação-objetivo (buscada pelo Instituto) para o exercício de 2017 e os limites de realocação permitidos.

Plano BD

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	49,36%	40,00%	100,00%
Renda Variável	70%	8,53%	0,00%	30,00%
Investimentos Estruturados*	20%	20,00%	0,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	10%	2,91%	0,00%	4,00%
Imóveis	8%	4,54%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	15%	14,66%	0,00%	15,00%

* A partir de 2016 fica proibido investir no segmento estruturados.

Plano PostalPrev

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	76,91%	54,00%	100,00%
Renda Variável	70%	7,43%	6,00%	15,00%
Investimentos Estruturados*	20%	1,75%	0,00%	2,00%
Investimentos no Exterior	10%	0,02%	0,00%	3,00%
Imóveis	8%	2,23%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	15%	11,66%	0,00%	15,00%

* A partir de 2016 fica proibido investir em fundos de investimento em Participações e fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes.

Observação dos Princípios Sócios Ambientais

O Postalis, de acordo com as tendências e preocupações da sociedade, entende que os agentes econômicos que formam o mercado financeiro e de capitais, cada um com sua finalidade e propósito, devem preocupar-se sistematicamente com a busca de melhores resultados sociais e menores impactos ambientais decorrentes de suas atividades.

Diante disso o Postalis irá observar os princípios gerais que nortearão suas análises e investimentos no decorrer da vigência dessa Política, conforme listados abaixo:

- a) Observação dos princípios da boa governança corporativa;
- b) Combate a práticas discriminatórias;
- c) Proteção dos direitos humanos;
- d) Conduta ética;
- e) Combate a erradicação do trabalho forçado e infantil em todos os elos da cadeia produtiva;
- f) Respeito e promoção do trabalho da mulher;
- g) Respeito à diversidade;
- h) Melhoria contínua das condições de trabalho;
- i) Programa de tratamento de resíduos de forma responsável;
- j) Respeito à representação dos trabalhadores;
- k) Utilização sustentável de recursos naturais.

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

ATIVO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	(R\$ mil)
DISPONÍVEL	1.086	6.184	
REALIZÁVEL	10.173.616	8.744.945	
GESTÃO PREVIDENCIAL (Nota 4.1)	211.253	117.676	
GESTÃO ADMINISTRATIVA (Nota 4.2)	58.824	45.619	
INVESTIMENTOS (Nota 4.3)	9.903.539	8.581.650	
Títulos públicos	4.332.082	2.701.468	
Créditos privados e depósitos	533.979	872.369	
Ações	639.825	663.072	
Fundos de investimentos	3.442.812	3.237.869	
Investimentos imobiliários	245.700	247.984	
Empréstimos e financiamentos	701.184	854.514	
Depósitos Judiciais	7.957	4.374	
PERMANENTE (Nota 3.5)	3.401	3.656	
Imobilizado	3.401	3.656	
TOTAL DO ATIVO	10.178.103	8.754.785	
PASSIVO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	(R\$ mil)
EXIGÍVEL OPERACIONAL (Nota 5.1)	136.378	87.327	
GESTÃO PREVIDENCIAL	122.811	72.288	
GESTÃO ADMINISTRATIVA	11.314	12.769	
INVESTIMENTOS	2.253	2.270	
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL (Nota 5.2)	58.950	65.846	
GESTÃO PREVIDENCIAL	15.952	24.386	
GESTÃO ADMINISTRATIVA	38.433	37.426	
INVESTIMENTOS	4.565	4.034	
PATRIMÔNIO SOCIAL (Nota 5.3)	9.982.775	8.601.612	
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	9.565.487	8.343.580	
PROVISÕES MATEMÁTICAS	10.591.074	9.853.867	
Benefícios Concedidos	7.307.644	6.340.281	
Benefícios a Conceder	9.545.640	8.766.840	
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(6.262.210)	(5.253.254)	
(-) Déficit Equacionado	(6.262.210)	(5.253.254)	
EQUILÍBRIO TÉCNICO	(1.025.587)	(1.510.287)	
Resultados Realizados	(1.025.587)	(1.510.287)	
(-) Déficit Técnico Acumulado	(1.025.587)	(1.510.287)	
FUNDOS (Nota 5.4)	417.288	258.032	
FUNDOS PREVIDENCIAIS	297.942	174.874	
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	106.015	71.345	
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	13.331	11.813	
TOTAL DO PASSIVO	10.178.103	8.754.785	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL - BENEFÍCIO DEFINIDO

ATIVO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	(R\$ mil)
DISPONÍVEL	694	5.272	
REALIZÁVEL	5.463.181	5.154.915	
GESTÃO PREVIDENCIAL (Nota 4.1)	120.450	28.908	
GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.962	1.363	
Participação no Plano PGA	3.962	1.363	
INVESTIMENTOS (Nota 4.3)	5.338.769	5.124.644	
Títulos públicos	1.475.964	886.870	
Créditos privados e depósitos	402.184	644.995	
Ações	254.537	383.073	
Fundos de investimentos	2.596.996	2.476.983	
Investimentos imobiliários	245.700	247.984	
Empréstimos e financiamentos	355.431	480.365	
Depósitos Judiciais	7.957	4.374	
TOTAL DO ATIVO	5.463.875	5.160.187	
PASSIVO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	(R\$ mil)
EXIGÍVEL OPERACIONAL (Nota 5.1)	80.029	57.358	
GESTÃO PREVIDENCIAL	72.463	49.396	
INVESTIMENTOS	7.566	7.962	
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL (Nota 5.2)	20.517	28.420	
GESTÃO PREVIDENCIAL	15.952	24.386	
INVESTIMENTOS	4.565	4.034	
PATRIMÔNIO SOCIAL (Nota 5.3.1)	5.363.329	5.074.409	
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	5.348.141	5.062.650	
PROVISÕES MATEMÁTICAS	6.458.456	6.579.910	
Benefícios Concedidos	7.061.742	6.070.196	
Benefícios a Conceder	5.658.924	5.762.968	
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(6.262.210)	(5.253.254)	
(-) Déficit Equacionado	(6.262.210)	(5.253.254)	
EQUILÍBRIOTÉCNICO	(1.110.315)	(1.517.260)	
Resultados Realizados	(1.110.315)	(1.517.260)	
(-) Déficit Técnico Acumulado	(1.110.315)	(1.517.260)	
FUNDOS (Nota 5.4)	15.188	11.759	
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	3.962	1.363	
Participação no Fundo Adm. Do Plano PGA	3.962	1.363	
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	11.226	10.396	
TOTAL DO PASSIVO	5.463.875	5.160.187	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL - POSTALPREV

ATIVO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	(R\$ mil)
DISPONÍVEL	241	734	
REALIZÁVEL	4.676.357	3.555.979	
GESTÃO PREVIDENCIAL (Nota 4.1)	105.343	97.137	
GESTÃO ADMINISTRATIVA	102.052	69.982	
Participação no Plano PGA	102.052	69.982	
INVESTIMENTOS (Nota 4.3)	4.468.962	3.388.860	
Títulos públicos	2.826.240	1.814.598	
Créditos privados e depósitos	131.795	227.373	
Ações	385.288	279.999	
Fundos de investimentos	779.886	692.741	
Empréstimos e financiamentos	345.753	374.149	
TOTAL DO ATIVO	4.676.598	3.556.713	
PASSIVO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	(R\$ mil)
EXIGÍVEL OPERACIONAL (Nota 5.1)	57.153	29.511	
GESTÃO PREVIDENCIAL	55.868	28.126	
INVESTIMENTOS	1.285	1.385	
PATRIMÔNIO SOCIAL (Nota 5.3.2)	4.619.445	3.527.202	
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	4.217.346	3.280.930	
PROVISÕES MATEMÁTICAS	4.132.618	3.273.957	
Benefícios Concedidos	245.902	270.085	
Benefícios a Conceder	3.886.716	3.003.872	
EQUILÍBRIO TÉCNICO	84.728	6.973	
Resultados Realizados	84.728	6.973	
Superávit Técnico Acumulado	84.728	6.973	
FUNDOS (Nota 5.4)	402.099	246.272	
FUNDOS PREVIDENCIAIS	297.942	174.874	
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	102.052	69.982	
Participação no Fundo Adm. Do Plano PGA	102.052	69.982	
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	2.105	1.416	
TOTAL DO PASSIVO	4.676.598	3.556.713	

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

ATIVO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	(R\$ mil)
DISPONÍVEL	151	177	
REALIZÁVEL	173.476	160.866	
GESTÃO ADMINISTRATIVA (Nota 4.2)	77.668	92.721	
INVESTIMENTOS (Nota 4.3.2)	95.808	68.145	
Títulos públicos	29.878	-	
Fundos de investimentos	65.930	68.145	
PERMANENTE (Nota 3.7)	3.401	3.656	
Imobilizado	3.401	3.656	
TOTAL DO ATIVO	177.028	164.699	
PASSIVO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	(R\$ mil)
EXIGÍVEL OPERACIONAL (Nota 5.1)	32.580	55.929	
GESTÃO ADMINISTRATIVA	32.580	55.929	
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL (Nota 5.2)	38.433	37.426	
GESTÃO ADMINISTRATIVA	38.433	37.426	
PATRIMÔNIO SOCIAL	106.015	71.344	
FUNDOS (Nota 5.4)	106.015	71.344	
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	106.015	71.344	
TOTAL DO PASSIVO	177.028	164.699	

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

DESCRÍÇÃO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	VARIAÇÃO (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	8.601.612	7.959.506	8,07%
1. ADIÇÕES	2.192.098	1.370.980	59,89%
(+) Contribuições Previdenciais	985.789	741.971	
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.067.464	506.334	
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	4.072	-	
(+) Receitas Administrativas	111.667	102.688	
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	9.380	13.851	
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	12.207	4.774	
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	1.518	1.362	
2. DESTINAÇÕES	(810.935)	(728.874)	11,26%
(-) Benefícios	(712.352)	(624.212)	
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(2.565)	
(-) Despesas Administrativas	(98.583)	(102.097)	
3. ACRÉSCIMO/DESCRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	1.381.163	642.106	115,10%
(+/-) Provisões Matemáticas	737.207	(2.481.019)	
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	484.700	2.927.671	
(+/-) Fundos Previdenciais	123.068	174.874	
(+/-) Fundos Administrativos	34.670	19.217	
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.518	1.362	
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	9.982.775	8.601.612	16,06%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO BENEFÍCIO DEFINIDO

(R\$ mil)

DESCRÍÇÃO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	VARIAÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	5.062.650	5.155.157	-1,79%
1. ADIÇÕES	831.566	382.688	117,30%
(+) Contribuições Previdenciais	396.490	152.533	
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	431.003	230.155	
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	4.073	-	
2. DESTINAÇÕES	(546.075)	(475.195)	14,92%
(-) Benefícios	(538.639)	(476.721)	
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(2.565)	
(-) Custeio Administrativo	(7.436)	4.091	
3. ACRÉSCIMO/DESCRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	285.491	(92.507)	-408,62%
(+/-) Provisões Matemáticas	(121.454)	(3.076.302)	
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	406.945	2.983.795	
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	5.348.141	5.062.650	5,64%
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	15.188	11.759	29,16%
(+/-) Fundos Administrativos	3.962	1.363	
(+/-) Fundos dos Investimentos	11.226	10.396	

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO POSTALPREV

(R\$ mil)

DESCRÍÇÃO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	VARIAÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	3.455.804	2.741.771	26,04%
1. ADIÇÕES	1.253.947	890.305	40,84%
(+) Contribuições Previdenciais	617.487	614.127	
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	636.460	276.178	
2. DESTINAÇÕES	(194.464)	(176.272)	10,32%
(-) Benefícios	(173.712)	(147.492)	
(-) Custeio Administrativo	(20.752)	(28.780)	
3. ACRÉSCIMO/DESCRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	1.059.483	714.033	48,38%
(+/-) Provisões Matemáticas	858.661	595.283	
(+/-) Fundos Previdenciais	123.067	174.874	
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	77.755	(56.124)	
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	4.515.287	3.455.804	30,66%
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	104.157	71.398	45,88%
(+/-) Fundos Administrativos	102.052	69.982	
(+/-) Fundos dos Investimentos	2.105	1.416	

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS BENEFÍCIO DEFINIDO

(R\$ mil)

DESCRIPÇÃO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	VARIAÇÃO (%)
1.ATIVOS	5.463.875	5.160.187	5,89%
Disponível	694	5.272	
Recebível	124.412	30.271	
Investimentos (Nota 4.3.2)	5.338.769	5.124.644	
Títulos públicos	1.475.964	886.870	
Créditos privados e depósitos	402.184	644.995	
Ações	254.537	383.073	
Fundos de investimentos	2.596.996	2.476.983	
Investimentos imobiliários	245.700	247.984	
Empréstimos e financiamentos	355.431	480.365	
Depósitos Judiciais	7.957	4.374	
2.OBRIGAÇÕES	100.546	85.778	17,22%
Operacional (Nota 5.1)	80.029	57.358	
Contingencial (Nota 5.2)	20.517	28.420	
3.FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS (Nota 5.4)	15.188	11.759	29,16%
Fundos Administrativos	3.962	1.363	
Fundos dos Investimentos	11.226	10.396	
4.TOTAL DOS ATIVOS LÍQUIDOS (1 - 2 - 3)	5.348.141	5.062.650	5,64%
Provisões Matemáticas (Nota 5.3.1)	6.458.456	6.579.910	
Superávit/(Déficit) Técnico	(1.110.315)	(1.517.260)	
5.APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
a) Equilíbrio Técnico	(1.110.315)	(1.517.260)	
b) (+/-) Ajuste de Precificação	54.657	32.161	
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(1.055.658)	(1.485.099)	-28,92%

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS POSTAPREV

(R\$ mil)

DESCRÍÇÃO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	VARIAÇÃO (%)
1.ATIVOS	4.676.598	3.556.713	31,49%
Disponível	241	734	
Recebível	207.395	167.119	
Investimentos (Nota 4.3.3)	4.468.962	3.388.860	
Títulos públicos	2.826.240	1.814.598	
Créditos privados e depósitos	131.795	227.373	
Ações	385.288	279.999	
Fundos de investimentos	779.886	692.741	
Empréstimos e financiamentos	345.753	374.149	
2.OBRIGAÇÕES	57.153	29.511	93,67%
Operacional (Nota 5.1)	57.153	29.511	
3.FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS (Nota 5.4)	104.157	71.398	45,88%
Fundos Administrativos	102.052	69.982	
Fundos dos Investimentos	2.105	1.416	
4.TOTAL DOS ATIVOS LÍQUIDOS (1 - 2 - 3)	4.515.288	3.455.804	30,66%
Provisões Matemáticas (Nota 5.3.2)	4.132.618	3.273.957	
Superávit/(Déficit) Técnico	84.728	6.973	
Fundos Previdenciais	297.942	174.874	
5. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
a) Equilíbrio Técnico	84.728	6.973	
b) (+/-) Ajuste de Precificação	15.152	-	
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	99.880	6.973	1332,38%

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS BENEFÍCIO DEFINIDO

(R\$ mil)

DESCRIPÇÃO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	5.459.913	5.158.824	5,84%
1. Provisões Matemáticas (Nota 5.3.1)	6.458.456	6.579.910	-1,85%
1.1 Benefícios Concedidos	7.061.742	6.070.196	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	7.061.742	6.070.196	
1.2 Benefícios a Conceder	5.658.924	5.762.968	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	4.902.946	5.409.902	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	755.978	353.066	
1.3 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(6.262.210)	(5.253.254)	
(-) Déficit Equacionado	(6.262.210)	(5.253.254)	
(-) Patrocinador(es)	(3.131.187)	(2.626.627)	
Equacionamento de 2012	(600.579)	(577.506)	
Equacionamento de 2014	(2.149.954)	(2.049.121)	
Equacionamento de 2015	(380.654)	-	
(-) Participantes	(919.549)	(590.548)	
Equacionamento de 2012	(161.282)	(132.688)	
Equacionamento de 2014	(572.881)	(457.860)	
Equacionamento de 2015	(185.386)	-	
(-) Assistentes	(2.211.474)	(2.036.079)	
Equacionamento de 2012	(439.228)	(444.818)	
Equacionamento de 2014	(1.576.977)	(1.591.261)	
Equacionamento de 2015	(195.269)	-	
2. Equilíbrio Técnico	(1.110.315)	(1.517.260)	-26,82%
2.1 Resultados Realizados	(1.110.315)	(1.517.260)	
(-) Déficit Técnico Acumulado	(1.110.315)	(1.517.260)	
3. Fundos (Nota 5.4)	11.226	10.396	7,98%
3.1 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	11.226	10.396	
4. Exigível Operacional (Nota 5.1)	80.029	57.358	39,53%
4.1 Gestão Previdencial	72.463	49.396	
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	7.566	7.962	
5. Exigível Contingencial	20.517	28.420	-27,81%
5.1 Gestão Previdencial	15.952	24.386	
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	4.565	4.034	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS POSTALPREV

(R\$ mil)

DESCRIPÇÃO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	4.574.546	3.486.731	31,20%
1. Provisões Matemáticas (Nota 5.3.2)	4.132.618	3.273.957	26,23%
1.1 Benefícios Concedidos	245.902	270.085	
Contribuição Definida	18.366	14.601	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	227.536	255.484	
1.2 Benefício a Conceder	3.886.716	3.003.872	
Contribuição Definida	3.886.716	3.003.872	
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/Instituidor(es)	1.978.976	1.501.560	
Saldo de Contas - parcela participantes	1.907.740	1.502.312	
2. Equilíbrio Técnico	84.728	6.973	1115,09%
2.1 Resultados Realizados	84.728	6.973	
Superávit Técnico Acumulado	84.728	6.973	
Reserva de Contingência	56.884	6.973	
Reserva para Revisão do Plano	27.844	-	
3. Fundos (Nota 5.4)	300.047	176.290	70,20%
3.1 Fundos Previdenciais	297.942	174.874	
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.105	1.416	
4. Exigível Operacional (Nota 5.1)	57.153	29.511	93,67%
4.1 Gestão Previdencial	55.868	28.126	
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	1.285	1.385	

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO

(R\$ mil)

DESCRÍÇÃO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	71.344	52.130	36,86%
1. Custeio da Gestão Administrativa	121.048	116.540	3,87%
1.1 Receitas	121.048	116.540	3,87%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial (Nota 3.8.1)	40.943	42.245	-
Custeio Administrativo dos Investimentos (Nota 3.8.1)	62.363	52.166	+
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	7.509	7.409	+
Receitas Diretas	84	17	+
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	9.380	13.851	-
Outras Receitas	769	852	-
2. Despesas Administrativas (Nota 3.8.1)	85.829	84.543	1,52%
2.1 Administração Previdencial	58.586	58.387	0,34%
Pessoal e Encargos	35.930	33.192	+
Treinamentos/Congressos e Seminários	359	495	-
Viagens e Estadias	788	838	-
Serviços de Terceiros	11.682	14.467	-
Despesas Gerais	4.588	4.107	+
Depreciações e Amortizações	875	894	-
Tributos	4.364	4.394	-
2.2 Administração dos Investimentos	27.243	26.156	4,16%
Pessoal e Encargos	13.687	12.073	+
Treinamentos/Congressos e Seminários	154	212	-
Viagens e Estadias	513	597	-
Serviços de Terceiros	8.958	9.475	-
Despesas Gerais	1.698	1.478	+
Depreciações e Amortizações	363	374	-
Tributos	1.870	1.947	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(12.207)	(4.774)	155,70%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	12.755	17.557	-27,35%
5. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3 - 4)	34.671	19.214	80,45%
6. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (5)	34.671	19.214	80,45%
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 6)	106.015	71.344	48,60%

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO

(R\$ mil)

DESCRIPÇÃO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.363	4.077	-66,57%
1. Custeio da Gestão Administrativa	70.893	65.615	8,04%
1.1 Receitas	70.893	65.615	8,04%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial (Nota 3.8.1)	7.436	6.616	
Custeio Administrativo dos Investimentos (Nota 3.8.1)	53.328	44.810	
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	4.379	4.890	
Receitas Diretas	33	7	
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	5.179	8.814	
Outras Receitas	538	478	
2. Despesas Administrativas (Nota 3.8.1)	73.474	59.497	23,49%
2.1 Administração Previdencial	24.658	23.854	3,37%
2.1.1 Despesas Comuns	14.026	13.918	0,78%
2.1.2 Despesas Específicas	10.632	9.936	7,00%
Pessoal e Encargos	8.188	5.869	
Viagens e Estadias	104	148	
Serviços de Terceiros	2.037	2.270	
Despesas Gerais	265	717	
Depreciações e Amortizações	38	157	
Tributos	-	775	
2.2 Administração dos Investimentos	15.114	16.304	-7,30%
2.2.1 Despesas Comuns	7.718	8.893	-13,21%
2.2.2 Despesas Específicas	7.396	7.411	-0,20%
Pessoal e Encargos	3.883	3.581	
Viagens e Estadias	156	136	
Serviços de Terceiros	3.342	2.575	
Despesas Gerais	1	433	
Depreciações e Amortizações	14	110	
Tributos	-	576	
2.3 Repasse de Parte de Fundo Administrativo	33.702	19.339	
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(5.180)	(1.874)	176,41%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	10.706	-100,00%
5. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3 - 4)	2.599	(2.714)	-195,76%
6. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (5)	2.599	(2.714)	-195,76%
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 6)	3.962	1.363	190,68%

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO POSTALPREV

(R\$ mil)

DESCRÍÇÃO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	69.982	48.051	45,64%
1. Custeio da Gestão Administrativa	50.154	50.925	-1,51%
1.1 Receitas	50.154	50.925	-1,51%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial (Nota 3.8.1)	33.507	35.630	
Custeio Administrativo dos Investimentos (Nota 3.8.1)	9.035	7.356	
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	3.130	2.519	
Receitas Diretas	51	11	
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	4.201	5.037	
Outras Receitas	230	372	
2. Despesas Administrativas (Nota 3.8.1)	12.355	25.406	-50,67%
2.1 Administração Previdencial	33.928	34.533	-1,75%
2.1.1 Despesas Comuns	19.299	19.820	-2,63%
2.1.2 Despesas Específicas	14.629	14.713	-0,57%
Pessoal e Encargos	11.267	8.302	
Viagens e Estadias	143	209	
Serviços de Terceiros	2.803	3.862	
Despesas Gerais	365	1.019	
Depreciações e Amortizações	51	223	
Tributos	-	1.098	
2.2 Administração dos Investimentos	12.129	9.852	23,11%
2.2.1 Despesas Comuns	6.193	5.193	19,26%
2.2.2 Despesas Específicas	5.936	4.659	27,41%
Pessoal e Encargos	3.116	2.075	
Viagens e Estadias	126	79	
Serviços de Terceiros	2.682	1.854	
Despesas Gerais	0	253	
Depreciações e Amortizações	12	64	
Tributos	-	334	
2.3 Recomposição de Parte de Fundo Administrativo	(33.702)	(19.339)	
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(7.026)	(2.901)	142,19%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	12.755	6.849	86,23%
5. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3 - 4)	32.070	21.931	46,23%
6. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (5)	32.070	21.931	46,23%
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 6)	102.052	69.982	45,83%

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto Operacional

O Instituto de Previdência Complementar – Postalis, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ nº. 00.627.638.0001/57, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira qualificada como multipatrocinada e com multiplano, com sede na cidade de Brasília - Distrito Federal (DF), cujas atividades são regidas pelas Leis Complementares nº.s 108 e 109/2001.

A entidade tem como objetivo instituir, administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, em conformidade com as normas do Ministério da Previdência Social - MPS, por meio do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

O Postalis dispõe de isenção tributária de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, conforme os artigos nº. 50 da Lei nº 11.053/2004 e nº 17 da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal - SRF nº 588/2005 e está sujeita a tributação do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS pelo regime cumulativo, sobre as receitas administrativas nos termos da Lei 12.973/2014 que promoveu alteração no caput do art. 3º da Lei nº 9.718/1998, baseado no enquadramento técnico estabelecido na resolução CNPC nº 12/2013.

O Instituto administra 02 (dois) planos de benefícios de natureza previdenciária, de acordo com a Resolução CGPC nº 16/2015, sendo eles:

1.1 Plano de Benefício Definido – BD Saldado (Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 19.810.004-29)

O plano BD é aquele cujos benefícios programados têm seu valor ou nível previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado por meio de cálculo atuarial, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Instituído em 1981 e saldado em março de 2008, o plano BD Saldado do Postalis é patrocinado pelas empresas Correios e Postalis, cujas regras de saldamento estão dispostas em seu regulamento vigente, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC (ofício nº 4.683, de 12.12.2007).

As prestações de previdência, asseguradas pelo regulamento, abrangem:

- benefícios proporcional saldado – BPS;
- auxílio-nupcial;
- auxílio-natalidade;
- auxílio-funeral;
- suplementação da aposentadoria por invalidez;
- suplementação da aposentadoria por idade;
- suplementação da aposentadoria por tempo de contribuição;
- suplementação da aposentadoria especial;
- suplementação do auxílio-doença;
- suplementação do abono anual;
- suplementação da pensão;
- suplementação do auxílio-reclusão;
- pecúlio por morte;

(I) Continuidade operacional do plano BD Saldado

A Diretoria Executiva do Instituto aprovou, em sua 22ª Reunião Extraordinária, de 12.07.2017, o Relatório de Avaliação da Capacidade de Continuidade Operacional do Plano BD Saldado, que teve por finalidade atender à NBC TA 570 – Continuidade Operacional, em conexão com o encerramento das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2016. Cabe ressaltar, no que se refere à continuidade do Instituto, que o Postalis realiza, periodicamente, diversos estudos técnicos com o objetivo de preservar o equilíbrio financeiro e atuarial, bem como a liquidez e a solvência dos planos administrados.

Com base no citado estudo, observa-se que, apesar do déficit de R\$ 1,1 bilhão apurado ao final do exercício de 2016, as obrigações de médio e/ou longo prazos do plano estão suportadas pelo seu fluxo financeiro, tendo em vista os seguintes aspectos:

a) o estudo de viabilidade do prazo de amortização estabelecido no plano de equacionamento do déficit de 2014, elaborado pela consultoria atuarial do Instituto, com base em abril/2016, demonstra a viabilidade do prazo proposto para amortização do déficit (279 meses), resultando na apuração de um patrimônio líquido positivo da ordem de R\$ 454,6 milhões, em 2039;

b) o estudo de alocação de ativos (ALM), elaborado em outubro/2016 por consultoria financeira do Instituto, demonstra que os ativos do plano são compatíveis com suas obrigações até o ano de 2024, com base na carteira sugerida no citado estudo; e

c) o estudo de liquidez para médio e longo prazos, elaborado pela Gerência de Riscos do Instituto, com base em janeiro/2017, aponta para inflexão (descasamento) no fluxo futuro de caixa do plano em 2025, considerando-se o cenário base.

Assim sendo, o referido estudo conclui que o Plano BD possui viabilidade financeira projetada de, aproximadamente, 20 anos para honrar os seus compromissos, tendo capacidade operacional para um horizonte de médio a longo prazo, indicando sua capacidade de continuidade operacional.

1.2 Plano Postalprev – CV

O Plano Postalprev é um plano estruturado na modalidade de contribuição variável (CV), sendo que na fase de acumulação os saldos de contribuição são estruturados na modalidade de contribuição definida - CD, assim como os benefícios concedidos na forma de percentual do saldo de contas. Os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada), após sua concessão e os benefícios de risco (invalidez, pensão por morte, pecúlio e auxílio-doença) são estruturados na modalidade de benefício definido - BD.

Patrocinado pelas empresas Correios e Postalis, o plano Postalprev está aberto para novas adesões desde junho de 2005.

Os benefícios assegurados pelo regulamento abrangem:

- aposentadoria normal;
- aposentadoria antecipada;
- aposentadoria por invalidez;
- pensão por morte;
- auxílio-doença;
- pecúlio por morte.

(I) Continuidade operacional do plano Postalprev

A Diretoria Executiva do Instituto aprovou, em sua 22ª Reunião Extraordinária, de 12.07.2017, o Relatório de Avaliação da Capacidade de Continuidade Operacional do Plano Postalprev, que teve por finalidade atender à NBC TA 570 – Continuidade Operacional, em conexão com o encerramento das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2016. Cabe ressaltar, no que se refere à continuidade do Instituto, que o Postalis realiza, periodicamente, diversos estudos técnicos com o objetivo de preservar o equilíbrio financeiro e atuarial, bem como a liquidez e a solvência dos planos administrados.

Com base no citado estudo, observa-se o plano dispõe de recursos financeiros para fazer frente às obrigações de curto, médio e longo prazos, tendo em vista os seguintes aspectos:

a) o estudo de alocação de ativos (ALM), elaborado em outubro/2016 por consultoria finan-

ceira do Instituto, demonstra que os ativos do plano são compatíveis com suas obrigações até o ano de 2056, com base na carteira atual do plano. Além disso, o estudo também demonstra que, para o período de 2017 a 2016, a razão de solvência do plano, apurado pela divisão entre o valor presente dos ativos e o valor presente dos passivos atuariais, é superior a 1,0, o que reflete seu nível de cobertura dos passivos; e

b) o relatório de monitoramento do risco de liquidez do plano, elaborado pela Gerência de Riscos do Instituto, apresenta projeção, para

2017, de índice médio de liquidez de 3,29, demonstrando a capacidade financeira do plano para um horizonte de curto prazo (12 meses).

Assim sendo, o referido estudo conclui que o Plano Postalprev possui capacidade operacional para um horizonte de curto, médio e longo prazos, o que indica a sua capacidade de continuidade operacional.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Instituto apresentou a seguinte composição populacional por planos de benefícios:

PLANOS DE BENEFÍCIOS	PARTICIPANTES						TOTAL GERAL	
	ATIVOS		ASSISTIDOS		PENSIONISTAS		QUANTIDADE	IDADE MÉDIA
	QUANTIDADE	IDADE MÉDIA	QUANTIDADE	IDADE MÉDIA	QUANTIDADE	IDADE MÉDIA		
BD Salgado	64.971	48	19.155	63	6.150	60	90.276	57
Postalprev	103.399	44	2.537	57	1.239	48	107.175	50

Fonte: Assessoria da Diretoria de Benefícios - ASS/DBE.

PLANOS DE BENEFÍCIOS	PARTICIPANTES						TOTAL GERAL	
	ATIVOS		ASSISTIDOS		PENSIONISTAS		QUANTIDADE	IDADE MÉDIA
	QUANTIDADE	IDADE MÉDIA	QUANTIDADE	IDADE MÉDIA	QUANTIDADE	IDADE MÉDIA		
BD Salgado	72.136	47	18.099	68	6.699	49	96.934	55
Postalprev	107.576	43	2.240	57	1.101	37	110.917	46

Fonte: Assessoria da Diretoria de Benefícios - ASS/DBE.

Os recursos de que a Entidade dispõe para funcionamento são provenientes de contribuições de suas patrocinadoras e de seus participantes,

bem como dos rendimentos obtidos nas aplicações desses recursos, observadas as regras fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade da Administração, sendo elaboradas em conformidade com as disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das EFPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade, em especial da Instrução MPS/SPC nº 34/2009 e alterações posteriores, da Resolução CNPC nº 8/2011, da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272/2010, e, quando aplicáveis, das Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG – Geral.

A planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma a proporcionar informações mais adequadas e relevantes às peculiaridades do segmento. Respeitando, desta forma, respeitando a autonomia patrimonial dos planos de acordo com a Resolução CGPC nº 28/2009.

O Postalis tem sua estrutura contábil segregada em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Inves-

timentos, cujas classificações são realizadas segundo a natureza e a finalidade das transações abaixo:

(I) Gestão Previdencial: registra e controla todas as atividades previdenciais dos planos de benefícios, tais como recebimento de contribuições, pagamento de benefícios, institutos (Benefício Proporcional Saldado – BPS, Resgate e Autopatrocínio), constituição/reversão de provisões matemáticas e fundos.

(II) Gestão Administrativa: tem como objetivo registrar e controlar as receitas e as despesas inerentes às atividades administrativas da entidade. A segregação das despesas administrativas entre Gestão Previdencial e Investimentos observa critérios preestabelecidos.

(III) Investimentos: têm por finalidade registrar o patrimônio dos planos de benefícios previdenciais, cujo propósito visa alcançar rentabilidade compatível com as metas atuariais, assim como o índice de referência do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

2.1 Demonstrações Contábeis

Conforme a IN MPS/SPC nº 34/2009 e a Resolução CNPC nº 08/2011, alteradas pelas Resolução CNPC nº 12/2013, Resolução CNPC nº 16/2014 e Instrução PREVIC nº 25/2015, as EFPC apresentam as seguintes demonstrações contábeis, ao final do exercício:

(I) Balanço Patrimonial: de forma consolidada, tem como finalidade evidenciar os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários;

(II) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS: de forma consolidada, tem como

finalidade evidenciar as variações ocorridas pelo patrimônio social dos planos de benefícios;

(III) Demonstração do Ativo Líquido – DAL: por plano de benefícios, tem como finalidade evidenciar a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais;

(IV) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL: por plano de benefícios, tem como finalidade evidenciar as mutações ocorridas no ativo líquido;

(V) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA: de forma consolidada, tem como finalidade evidenciar a atividade administrativa da Entidade e as alterações do fundo administrativo;

(VI) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT: por plano de benefícios, tem como finalidade evidenciar as alterações do patrimônio de cobertura ao fim de cada exercício, demonstrando os valores das obrigações presentes e futuras dos planos para com seus participantes.

(VII) Notas Explicativas: de forma consolidada, tem como finalidade apresentar informações complementares quanto à situação patrimonial, atividades operacionais e outros fatos considerados relevantes pela Entidade.

A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar a sua exatidão.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva, em 24 de julho de 2017, por ocasião da 24ª Reunião Extraordinária deste colegiado.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis são resumidas a seguir:

3.1 Apuração do resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Va-

riações Negativas do Fluxo de Investimentos são escrituradas pelo regime de competência, sendo permitido pela Resolução CNPC nº 8/2011, para os registros relativos às contribuições de patrocinadores e participantes vinculados a planos estruturados nas modalidades de contribuição definida e contribuição variável a data do efetivo recebimento, respeitando o prazo previsto no regulamento de cada plano de benefícios.

3.2 Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis adotadas pelo Postalis foram estabelecidas pela Administração com base em avaliações de profissionais especializados e habilitados para tal. A revisão destas estimativas é realizada periodicamente.

No entanto, incertezas acerca dessas estimativas podem apresentar variações nos resultados, por ocasião de suas realizações.

Dentre as principais estimativas destacamos: *vida útil do ativo imobilizado, valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para crédito de liquidação duvidosa, passivos contingenciais e provisões matemáticas.*

3.3 Investimentos

A carteira de investimentos do Postalis comprehende aplicações em renda fixa, renda variável, imóveis e operações com participantes (empréstimo pessoal).

Em atenção a Resolução CMN nº 3.792/2009 e alterações posteriores e as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos – PI, o Postalis observa critérios de gestão por meio da definição de alçadas, ativos elegíveis, limites, metas, riscos e práticas de governança corporativa.

Os princípios, as metodologias e os parâmetros estabelecidos buscam garantir ao longo do tempo, segurança, liquidez e rentabilidade suficiente para o equilíbrio entre os ativos e os passivos dos planos.

3.3.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

Conforme a Resolução CGPC nº 4/2002 e alterações posteriores e a Instrução MPS/SPC nº 34/2009 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários estão classificados em duas categorias:

(I) Títulos para Negociação (Marcados a Mercado): referem-se aos títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição e são precificados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para os títulos e valores mobiliários que não possuem divulgação diária de preços, o apreçamento é realizado pelo custo de aqui-

sição, acrescido dos rendimentos auferidos ou pelo manual de precificação do custodiante.

(II) Títulos Mantidos até o Vencimento (Marcados na Curva): referem-se aos títulos e valores mobiliários para os quais haja a intenção e a capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento.

3.3.2 Ações

As ações das companhias negociadas em bolsa de valores estão registradas pelo valor de aquisição, acrescido de corretagens e outras taxas incidentes sobre a operação. Para a precificação do ativo observa-se a cotação de fechamento do mercado no último dia em que a ação tenha sido negociada na bolsa de valores. As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidas a partir da data ex-dividendos.

3.3.3 Fundos de Investimentos

Estão demonstrados pelo valor nominal da cota, ajustados com os ganhos ou perdas correspondentes ao período, classificados em fundos de renda fixa, ações, referenciados, multimercado, direitos creditórios, participações e imobiliários.

3.3.4 Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou construção e reavaliados periodicamente, no período máximo de 3 (três) anos, de acordo com o item nº 19 letras "h" e "k" do Anexo A da IN MPS/SPC nº. 34/2009. Os ajustes da reavaliação são registrados em conta de resultado.

A depreciação incide sobre o valor reavaliable, calculada de acordo com o prazo de vida útil remanescente constante no laudo de avaliação ou reavaliação, cuja prática tem por finalidade atualizar o valor contábil dos imóveis ao valor justo.

Os valores registrados a título de aluguéis a receber são atualizados pelos índices contratados e acrescidos de multa e juros em casos de atraso.

3.3.5 Empréstimos e Financiamentos (Nota 4.3.5)

As operações com participantes correspondem aos empréstimos concedidos pelos planos de benefícios.

Os empréstimos concedidos estão registrados ao custo, atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescidos de juros, conforme o prazo, observando as regras estabelecidas no regulamento da carteira de empréstimos dos planos de benefícios.

3.4 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos e contabilizada em conta de resultado, em contrapartida à conta redutora do referido ativo, de acordo com o disposto no item 11, Anexo "A" da IN MPS/SPC nº. 34/2009.

PROVISÃO PARA DIREITOS CREDITÓRIOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	%
Atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias	25%
Atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias	50%
Atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) dias e 360 (trezentos e sessenta) dias	75%
Atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias	100%

Este procedimento visa preservar a liquidez e a solvência dos planos de benefícios à luz da Resolução CGPC nº. 13/2004, das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às EPFC's e da Redução ao Valor Recuperável de Ativos, NBC TG nº. 01(R1)/2010.

3.5 Ativo Permanente

É composto por bens patrimoniais registrados no Plano de Gestão Administrativa – PGA pelo custo de aquisição, destinados à manutenção das atividades operacionais da Entidade, conforme critérios e procedimentos estabelecidos na Resolução Postalis nº. 08/2011. A depreciação é registrada com base no método linear.

DESCRIÇÃO	TAXA DE DEPRECIAÇÃO
Máquinas e Equipamentos de Informática	20% a.a.
Computadores	20% a.a.
Móveis e Utensílios	10% a.a.
Veículos	20% a.a.
Software - Imobilizado	20% a.a.
Imóveis	2% a.a. e 2,2% a.a.*

* Vida útil estabelecida em laudo de avaliação.

3.6 Ativo Contingencial – Expurgos Inflacionários sobre a Obrigação do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND

Em atendimento aos princípios contábeis, as contingências ativas não devem ser reconhecidas contabilmente, apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto não estiverem efetivamente asseguradas a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais recursos.

Em 2010, o Instituto recebeu parecer da Junqueira de Carvalho, Murgel & Brito Advogados e Consul-

tores - JCM&B sobre a possibilidade de reconhecimento de ativo na carteira de investimentos do plano BD Saldado relativo ao êxito da demanda judicial movida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, que requeria o reconhecimento dos expurgos inflacionários sobre a OFND, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

O reconhecimento do ativo equivale a correção paga a menor referente a substituição do índice, de Índice de Preço ao Consumidor – IPC para Bônus do Tesouro Nacional – BTN.

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº. 1.180/ 2009 e a NBC TG nº. 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o Instituto não registra em suas demonstrações o referido ativo.

3.7 Passivo Contingencial

Os passivos contingentes são constituídos mediante avaliação da Gerência Jurídica do Instituto sempre que classificados como provável, por representarem probabilidade de saída de recursos para a liquidação das obrigações e cujos montantes sejam mensuráveis com suficiente segurança. A atualização mensal desses processos é realizada pelo índice de correção monetária, Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC, acrescido de 0,5% de juros a.m.

Para classificação e conceito da probabilidade de perda das ações judiciais são utilizados os seguintes critérios:

(I) Remota: jurisprudência e/ou fatos pacificados em favor da tese do Instituto;

(II) Possível: jurisprudência e/ou fatos controversos;

(III) Provável: jurisprudência e/ou fatos pacificados em desfavor da tese do Instituto.

3.8 Plano de Gestão Administrativa – PGA

Em conformidade com a CNPC nº. 08/2011 e a Instrução MPS/SPC nº. 34/2009 e alterações posteriores, os registros das operações administrativas da Entidade são realizados no PGA, na forma do seu Regulamento (DEL-26/2009).

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas, deduzidas as despesas comuns e especificadas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo. O saldo do fundo administrativo é segregado por plano de benefício previdencial.

3.8.1 Custeio e Despesas Administrativas

O Custeio Administrativo corresponde aos recursos destinados à cobertura das despesas administrativas da Entidade, em conformidade com o plano de custeio anual.

DESCRÍÇÃO	A. BD SALDADO		B. POSTALPREV		A + B PGA	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Custeio Adm. Previdenciais	7.436	6.616	33.507	35.630	40.943	42.246
Custeio Adm. Investimentos	57.707	49.700	12.165	9.875	69.872	59.575
Total dos Custeios Administrativos	65.143	56.316	45.672	45.505	110.815	101.821

O rateio das despesas administrativas segue critérios preestabelecidos, considerando para a Gestão Previdencial, o número de participantes

de cada plano de benefícios e para os Investimentos, a proporção equivalente ao ativo de investimentos de cada plano.

DESCRÍÇÃO	A. BD SALDADO		B. POSTALPREV		A + B PGA	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Despesas Adm. Previdenciais	24.658	23.854	33.928	34.533	58.586	58.387
Despesas Adm. Investimentos	15.114	16.304	12.129	9.852	27.243	26.156
Total das Desp. Administrativas	39.772	40.158	46.057	44.385	85.829	84.543

De acordo com a Resolução CGPC nº. 29/2009, as Entidades estão sujeitas ao limite de transferência de recursos dos planos de benefícios ao PGA de 1% sobre o montante dos recursos garantidores (Taxa de Administração) ou 9% sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos

planos (Taxa de Carregamento) no último dia do exercício a que se referir.

Para fins de acompanhamento, o Instituto monitora os respectivos indicadores, tendo por referência a Taxa de Administração.

DESCRIÇÃO	2016	2015
Gestão Previdencial	40.943	42.245
Investimentos	69.873	59.575
Reversão de Recursos para os Planos	(12.755)	(17.556)
Total do Custeio Administrativo	98.060	84.264
Recursos Garantidores	9.891.209	8.574.453
Taxa de Administração	0,99%	0,98%

O Custeio Administrativo é revisado anualmente pelo Conselho Deliberativo – COD do Postalis e teve as seguintes fontes:

(I) Plano BD Saldado - 10% (dez por cento) das contribuições normais vertidas ao plano pelos patrocinadores e assistidos e 0,072% (setenta e dois milésimos por cento) sobre os recursos garantidores do plano. A vigência do referido plano de custeio compreende o período de 01/04/2015 a 31/07/2017.

A participação do plano no Fundo Administrativo foi de R\$ 3.962 mil em 2016 e R\$ 1.363 mil em 2015.

(II) Plano CV Postalprev – equivale a 7% (sete por cento) aplicado ao valor das Contribuições Básicas, para os participantes, e ao valor das Contribuições Regulares, para os patrocinadores. Avigência do referido plano de custeio compreende o período de 01/04/2015 a 31/07/2017.

Desta forma, o custeio administrativo devido pelos participantes patrocinados equivale a 0,384% da folha de Salário de Contribuição dos Participantes Patrocinados e dos Participantes Autopatrocínados, sendo esse percentual a base de apuração das contribuições destinadas ao custeio administrativo devidas pelos Assistidos e pelos Participantes Vinculados.

A participação do plano no Fundo Administrativo foi de R\$ 102.052 mil em 2016 e R\$ 69.982 mil em 2015.

O fundo administrativo é constituído pela diferença apurada entre as receitas e despesas da Gestão Administrativa.

3.9. Consolidação das Demonstrações Contábeis

Em atendimento a Resolução CNPC nº. 8/2011 e a IN MPS/SPC nº. 34/2009 e alterações posteriores, as Demonstrações Contábeis devem ser apresentadas por plano e consolidada.

A consolidação é registrada em balancete auxiliar, por meio de ajustes e eliminações dos registros que apresentam reflexos em duplicidade.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são: "Superávit Técnico", "Déficit Técnico", "Migrações entre Planos", "Compensações de Fluxos Previdênciais", "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e "Participação no Fundo Administrativo PGA" conforme demonstrado abaixo:

ATIVO	BD SALDADO	POSTALPREV	PGA	AJUSTES ELIMINAÇÕES	BALANÇO PATRIMONIAL
Disponível	694	241	151	-	1.086
Gestão Previdencial	120.450	105.343	-	(14.540)	211.253
Gestão Administrativa	3.962	102.052	77.668	(124.858)	58.824
Investimentos	5.338.769	4.468.962	95.808	-	9.903.539
Permanente	-	-	3.401	-	3.401
	5.463.875	4.676.598	177.028	(139.398)	10.178.103

PASSIVO	BD SALDADO	POSTALPREV	PGA	AJUSTES ELIMINAÇÕES	BALANÇO PATRIMONIAL
Gestão Previdencial	72.463	55.868	-	(5.520)	122.811
Gestão Administrativa	-	-	32.580	(21.266)	11.314
Investimentos	7.566	1.285	-	(6.598)	2.253
Exigível Contigencial	20.517	-	38.433	-	58.950
Patrim. Cobertura do Plano	5.348.141	4.217.346	-	-	9.565.487
Fundos	15.188	402.099	106.015	(106.014)	417.288
	5.463.875	4.676.598	177.028	(139.398)	10.178.103

3.10 Partes Relacionadas

A remuneração do pessoal chave da administração, responsável pelo planejamento, direção e

controle das atividades da Entidade correspondem aos seguintes valores:

SALÁRIOS E ENCARGOS	2016	2015
Dirigentes	3.437	3.162
Conselheiros	583	594
Total	4.020	3.756

4. Composição das Contas Patrimoniais

4.1 Realizável da Gestão Previdencial

A composição do ativo realizável da gestão previdencial está demonstrada como segue:

RECURSOS A RECEBER	BD SALDADO		POSTALPREV	
	2016	2015	2016	2015
Contribuições a Receber (a)	6.058	5.223	91.581	89.227
Patrocinadores	6.058	5.223	44.732	43.530
Participantes	-	-	46.849	45.697
Contribuições Extraordinária Equacionamento (b)	98.582	10.859	-	-
Patrocinadora	32.443	6.906	-	-
Participantes	13.272	3.953	-	-
Judicial	52.867	-	-	-
Adiantamentos (c)	243	177	9	3
Depósito Judicial (d)	14.780	12.187	-	-
Outros Realizáveis (e)	787	462	13.753	7.907
Total	120.450	28.908	105.343	97.137

- (a) Correspondem ao direito a receber de Contribuições Normais de patrocinadores e participantes relativas ao mês de dezembro, cujos valores são descontados em folhas de pagamentos e benefícios, sendo repassado pela patrocinadora Correios até o quinto dia do mês subsequente.
- (b) Referem-se às Contribuições Extraordinários de patrocinadoras e participantes do Equacionamento dos Déficits 2012 e 2014 do plano BD Saldado (Nota 7.3).
- (c) Compõem-se por adiantamentos realizados a título de Pecúlio por Morte, Pensão e Aposentadoria no plano BD Saldado e Reserva de Poupança e Aposentadoria no plano Postalprev.
- (d) Evidencia o montante de recursos desembolsados pelos planos de benefícios, a título de depósitos em juízo em decorrência de reclamações judiciais realizadas por beneficiários.
- (e) Referem-se às operações realizadas entre planos de benefícios e administrativo.

4.2. Realizável da Gestão Administrativa

A composição do ativo realizável da gestão administrativa está demonstrada como segue:

DESCRIPÇÃO	2016	2015
Contas a Receber (a)	11.105	12.048
Contribuições para o Custeio Administrativo	10.441	11.176
Responsabilidades de Empregados	664	872
Despesas Antecipadas (b)	1.582	1.375
Gestão Administrativa Depósitos Judiciais/Recursos (c)	56.577	43.373
Tributos a Compensar	3	-
Outros Realizáveis (d)	8.401	35.925
Total da Gestão Administrativa	77.668	92.721

- (a) Correspondem ao direito a receber de contribuições para o custeio administrativo do PGA transferidos pelos planos de benefícios e os adiantamentos concedidos aos empregados, tais como férias e 13º salário.
- (b) Representa, basicamente, o seguro Directores and Officers - D&O de responsabilidade civil, contratado pelo Instituto, que visa proteger dirigentes e empregados quando responsabilizados, judicial ou administrativamente, por decisões decorrentes de atos de sua gestão.
- (c) Referem-se aos depósitos judiciais realizados pelo Instituto, destacando-se o PIS e a COFINS sobre o faturamento, que representam R\$ 7.871 mil e R\$ 48.455 mil respectivamente, relativos ao período de julho de 2006 a dezembro de 2014, cuja legalidade do pagamento das contribuições é questionada pelo Instituto.
- (d) Trata-se da recomposição do fundo administrativo do plano Postalprev pelo fundo administrativo BD Saldado, em função da quitação da dívida do PGA com o plano BD Saldado, em maio de 2015, referente aos descontos indevidos de taxa de administração sobre as parcelas de amortização da RTSA, cuja quitação ocorreu em março de 2017.

4.3. Realizável de Investimentos

Desde janeiro de 2011, a BNY Mellon presta serviços ao Instituto de administração e contabilidade fiduciária da carteira de títulos e valores mobiliários, sendo responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativos às operações dos planos de benefícios e administrativo.

A administração dos investimentos é realizada por meio de carteira própria e gestão terceirizada (carteira administrada e fundos de investi-

mentos, aberto e/ou fechado), em consonância com a Resolução CMN nº. 3.792/2009 e as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos.

4.3.1 Composição da carteira de investimentos consolidada

A carteira de investimento consolidada do Instituto é constituída por Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimentos, Investimentos Imobiliários, Empréstimos e Financiamentos e Depósitos Judiciais.

INVESTIMENTOS	2016	2015
Títulos Públicos	4.332.082	2.701.468
Notas do Tesouro Nacional	4.305.939	2.691.761
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	26.143	9.707
Créditos Privados e Depósitos	533.979	872.369
Instituições Financeiras	54.085	146.187
Companhias Abertas	10.351	98.788
Companhias Fechadas	434.466	438.944
Sociedades Limitadas	35.077	188.450
Ações	639.825	663.072
Companhias Abertas	87.520	37.845
Sociedades de Propósito Específico	552.305	625.227
Fundos de Investimento	3.442.812	3.237.869
Referenciado	102.200	264.397
Renda Fixa	122.616	444.450
Ações	307.200	300.966
Dívida Externa	101.266	141.150
Multimercado	70.562	179.538
Direitos Creditórios	1.784.483	618.448
Empresas Emergentes	21.866	13.208
Participações	889.909	1.221.653
Imobiliário	42.710	54.059
Investimentos Imobiliários	245.700	247.984
Empréstimos e Financiamentos	701.184	854.514
Depósitos Judiciais	7.957	4.374
Total	9.903.539	8.581.650

4.3.2 Composição da carteira de investimentos por plano

(I) BD Saldado

ATIVO	VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	Em (R\$ mil)			
			2016	2015	2016	2015
INVESTIMENTOS			5.338.769	4.865.589	1.502.169	850.843
A. Títulos Públicos			1.475.964	636.087	1.502.169	850.843
Notas do Tesouro Nacional			1.474.783	636.087	1.500.988	850.843
NTN-B		1.266.559	1.430.731	595.380	1.455.814	808.375
NTN-B	15/08/16			84.681		85.017
NTN-B	15/08/18	166.401	181.071	84.602	181.486	83.304
NTN-B	15/05/19	194.885	206.478	81.499	209.149	81.077
NTN-B	15/08/20	102.154	120.494	112.990	121.235	108.308
NTN-B	15/05/21	298.157	307.291		313.567	
NTN-B	15/08/22	192.725	244.995	229.923	244.796	214.620
NTN-B	15/08/24	190.249	240.503	225.189	246.460	211.634
NTN-B	15/05/45	99.177	100.810		107.697	
NTN-B	15/08/50	22.811	29.089	27.278	31.425	24.416
NTN-C	01/07/17	15.087	35.687	32.771	36.809	34.486
NTN-F	01/01/17	6.016	8.364	7.936	8.364	7.981
LFT		1.065	1.181	-	1.181	-
LFT	01/09/18	105	118	-	118	-
LFT	01/03/20	76	84	-	84	-
LFT	01/09/20	113	125	-	125	-
LFT	01/09/21	244	270	-	270	-
LFT	01/03/21	486	538	-	538	-
LFT	01/03/22	41	46	-	46	-
B. Créditos Privados e Depósitos			402.184	644.995		
Instituições Financeiras		37.365	1.951	71.952	-	-
BESP - BANESPA	CDB	18/07/16	17.099	33.571	-	-
BMBR - B.MERIDIONAL	CDB	18/07/16	18.726	36.649	-	-
BPNM - PANAMERICANO	CDB	18/12/20	1.540	1.951	1.732	-
Companhias Abertas			10.351	98.788	-	-
CASN - COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUA E SANEAMENTO	CCB	30/10/17	75.000	68.554	-	-
CASN - COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUA E SANEAMENTO	CCB	23/12/16	25.000	14.355	-	-
IFSC - INFRASEC SECURITIZADORA SA	CRI	07/04/27	9.734	10.337	10.233	-

ATIVO	VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA		VALOR DE MERCADO	
			2016	2015	2016	2015
VALE - VALE	DEBNE	30/12/21	4	14	14	-
Valor a Receber Cambuci	DEBN	-	-	5.631	-	-
Companhias Fechadas			359.346	347.433	0	0
ITPE - CIA AGUAS ITAPEMA	CCB-F	01/06/19	38.000	34.965	43.667	-
ITPE - CIA AGUAS ITAPEMA	CCB-F	02/06/19	15.000	13.802	17.237	-
ITPE - CIA AGUAS ITAPEMA	CCB-F	03/06/19	15.000	13.802	17.237	-
ITPE - CIA AGUAS ITAPEMA	CCB-F	04/06/19	8.000	7.361	9.193	-
IVMN - INVESTMINAS PARTICIPACOES SA	CCB-F		46.000	188.206	160.284	-
IVMN - INVESTMINAS PARTICIPACOES SA	CCB-F	16/07/29	9.000	41.351	35.271	-
IVMN - INVESTMINAS PARTICIPACOES SA	CCB-F	17/07/29	10.000	45.946	39.190	-
IVMN - INVESTMINAS PARTICIPACOES SA	CCB-F	18/07/29	10.000	45.946	39.190	-
IVMN - INVESTMINAS PARTICIPACOES SA	CCB-F	29/05/31	17.000	54.963	46.633	-
PBHP - PORTBELLO HOLDING PARTICIPACOES SA	CCI-F	15/03/23	30.000		44.198	-
TETO - GESTORA RECEBIVEIS TETTO HABITACAO SA		01/01/27	105.780	107.501	99.285	-
REAL ESTATE MACAÉ PLAZA EMPREENDIMOB. S.A.	CCI	09/04/21	25.989	28.674		-
Sociedades Limitadas			30.536	126.822	0	0
INDH - INDAIATUBA HOLDING EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	CCI-L	20/04/22	65.000		100.441	-
MTTG - MTG EMPREENDIMENTOS PARTICIPACOES LTDA*	CCI-L	01/01/27	30.310	28.564	26.381	-
NCJ8 PATRIMONIO E PARTICIPAÇÕES LTDA	CCCB	04/12/18	1.760	1.972		-
C. Ações			254.537	374.800	0	0
Sociedade de Propósito Específico			167.017	374.800	0	0
CNBA - CANABRAVA AGRÍCOLA S.A.	SPE	01/12/21	10.230		36.331	-
CNBE - CANABRAVA ENERGÉTICA S.A.	SPE	01/12/24	33.450		143.695	-
XNIC - XNICE PARTICIPAÇÕES S.A.	SPE	30/05/29	26.715	40.167	34.252	-
ALUBAM PARTICIPAÇÕES S.A.	SPE	30/06/23	62.162	93.521	87.227	-
USINA SOBRASIL S.A.	SPE	15/12/20	66.010		73.296	-
BBM DB INCORPORAÇÕES S.A.	SPE	20/02/21	13.383	14.078		-
OCEAN HOUSES INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA S.A.	SPE	18/11/20	12.587	14.408		-
REAL ESTATE FLORESTAL EMPREENDIMOB S.A.	SPE	20/02/21	4.356	4.843		-

ATIVO	VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA		VALOR DE MERCADO	
			2016	2015	2016	2015
Ações			87.520	8.273	0	0
JOÃO FORTES	-	-	77.381		-	
PLASCAR	-	-	3.787	1.817	-	0
RUMO	-	-	6.353	6.456	-	0
D. Fundos de Investimentos					2.596.996	2.476.983
Renda Fixa					75.563	396.083
CARAJÁS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	FIRF	Aberto	-			62.064
RIO DOCE FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	FIRF	Aberto	-			28.708
FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADOCRÉDITO PRIVADO HUNGRIA	FIRF	Fechado - Exclusivo	-		2.112	2.286
INSTITUCIONAL CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	FIRF	Aberto	-		13.198	15.215
INCOME VALUE I CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	FIRF	Aberto	-		26.007	82.696
SANTANDER FIRF MASTER CRÉDITO PRIVADO LONGO PRAZO	FIRF	Aberto	-		722	10.597
BRB FICFIRF DI LONGO PRAZO 1 MILHÃO	FIRF	Aberto	-		22.809	21.375
BNP PARIBAS MATCH DI FIRF – CRÉDITO PRIVADO	FIRF	Aberto	-		10.715	173.143
Dívida Externa					101.265	141.150
BNY Mellon FIC FIRF Dívida Externa	FIDE	Aberto	-		101.265	141.150
Direitos Creditórios			-		1.439.943	533.950
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CESP IV	FIDC	Fechado	-		2.890	10.757
GP AETATIS II – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS IMOBILIÁRIOS	FIDC	Fechado	-		5.934	17.480
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISECTORIAL ITÁLIA	FIDC	Fechado	-		2.839	10.752
FIDC TREND BANK BANCO DE FOMENTO - MULTISECTORIAL	FIDC	Fechado	-		592	730
CJP FIDC NÃO PADRONIZADOS – CRÉDITOS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS	FIDC	Aberto	-		578.386	494.231
POSTALIS CADENCE I FIDC	FIDC	Fechado			355.047	
POSTALIS NOVERO FIDC	FIDC	Fechado			117.644	
POSTALIS JIVE FIDC	FIDC	Fechado			376.611	

ATIVO	VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA		VALOR DE MERCADO	
			2016	2015	2016	2015
Empresas Emergentes						
EMPREENDEDOR BRASIL – FMIEE	FMIEE	Fechado	14.700	-	-	21.866 13.208
JARDIM BOTÂNICO VCI - FMIEE	FMIEE	Fechado	16.000	-	-	7.883 6.997
				-	-	
Participações						
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES BIOENERGIA	FIP	Fechado	190.000	-	-	197.600 232.089
ENERGIA PCH - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP	Fechado	124.178	-	-	200.547 201.485
ETB - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP	Fechado	223.475	-	-	271.761 268.370
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES SAÚDE	FIP	Fechado - Inv. Qualificados	40.000	-	-	36.482 36.904
FLORESTAS DO BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP	Fechado	35.303	-	-	71.631 70.355
INVESTIDORES INSTITUCIONAIS II - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP	Fechado	39.308	-	-	1.328 2.345
INVESTIDORES INSTITUCIONAIS III - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP	Fechado	32.857	-	-	13.420 13.347
MULTINER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP	Fechado	196.899	-	-	57.168 242.679
NOVA ENERGY I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP	Fechado	99.930	-	-	39.972 154.078
Valor a Pagar						
FIP MEZANINO MARINE INFRAESTRUTURA	FIP	Fechado	67.500	-	-	-2.095 -2.107
				-	-	
Multimercado						
RIVIERA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO - CRÉDITO PRIVADO	FIM	Fechado	-	-	-	42.073 39.729
FM1 – FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	FIM	Fechado	-	-	-	26.377 24.379
				-	-	
Ações						
YUKON FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES	FIA		-	-	-	0 106.831
				-	-	
E. Investimentos Imobiliários						
Aluguel e Renda		194.906	-	-	-	215.648 213.402
Locada a Patrocinador	-	194.906	-	-	-	215.648 213.402
Terreno - Cajamar	-	23.671	-	-	-	52.841 52.841
Custo Corrigido	-	171.235	-	-	-	158.811 158.811
Aluguel a receber	-		-	-	-	7.172 1.750

ATIVO	VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA		VALOR DE MERCADO	
			2016	2015	2016	2015
Depreciação	-	-	-	-	-3.176	
			-	-		
Outros Investimentos Imobiliários			-	-	11.750	11.832
Terreno - Finorte	-	-	-	-	7.369	4.511
Edificação - Finorte	-	-	-	-	4.511	7.369
Depreciação	-	-	-	-	-130	-48
			-	-		
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários			-	-	18.302	22.750
Ed. Birmann - Ponswinnecke Empreendimentos	-	-	-	-	2.450	3.063
Ed. Aron Birmann 20 - GTS	-	-	-	-	9.750	12.133
4º Andar Ed. RB1 - JC Investimentos	-	-	-	-	4.471	5.923
Fazenda Santo Antonio	-	-	-	-	1.631	1.631
Hot Springs - Bluepoint	-	-	-	-		
F. Empréstimos e Financiamentos					355.431	480.365
Empréstimos	-	-			355.431	480.365
G. Depósito Judicial					7.957	4.374
Depósitos	-	-			7.957	4.374

Fonte: Gerência de Ativos - GEA.

(II) Postalprev

Em (R\$ mil)

ATIVO	VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA		VALOR DE MERCADO	
			2016	2015	2016	2015
INVESTIMENTOS			4.468.962	3.388.860	3.042.876	850.843
A. Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional			2.826.240	1.814.598	3.042.876	850.843
NTN-B		2.444.844	2.788.339	1.792.682	3.004.975	808.575
NTN-B	15/08/16			84.463		85.017
NTN-B	15/05/19	58.916	59.757		59.757	83.304
NTN-B	15/05/21	237.035	238.646		238.908	81.077
NTN-B	15/08/22	182.489	233.848	219.411	234.499	108.308
NTN-B	15/08/26	30.156	30.431		30.431	
NTN-B	15/08/30	254.681	314.190	294.036	341.551	214.620
NTN-B	15/05/35	302.321	322.398	105.929	368.304	211.634
NTN-B	15/08/40	24.926	28.074	26.306	31.580	
NTN-B	15/05/45	169.212	173.062	25.341	184.624	24.416
NTN-B	15/08/50	1.104.992	1.298.951	953.712	1.421.355	34.486
NTN-B	15/05/55	80.117	88.982	83.484	93.966	7.981
NTN-F	01/01/17	9.057	12.939	12.208	12.939	
LFT		20.339	24.962	9.707	24.962	
LFT	01/03/18	3.968	5.656	4.961	5.656	
LFT	01/09/18	243	271		271	
LFT	01/03/19	3.799	5.410	4.746	5.410	
LFT	01/03/20	10.295	11.370		11.370	
LFT	01/09/20	260	288		288	
LFT	01/03/21	1.119	1.240		1.240	
LFT	01/09/21	562	622		622	
LFT	01/03/22	95	106		106	
B. Créditos Privados e Depósitos			131.795	227.373		
Instituições Financeiras						
Banco Santander	CDB	18/07/16	917		1.342	
CEF	CDB	22/09/16	24.020		28.015	
SAFRA	LF		20.000	31.656	27.213	
SAFRA	LF	07/02/24	10.000	15.889	13.641	
SAFRA	LF	07/01/21	10.000	15.767	13.572	
PINE	LF		14.056	20.479	17.665	

ATIVO	VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA		VALOR DE MERCADO	
			2016	2015	2016	2015
PINE	LF	06/12/21	874	1.273	1.098	
PINE	LF	22/11/21	13.182	19.206	16.567	0
Companhias Fechadas			75.120	91.511	-	
PORTBELLO HOLDING PARTICIPACOES SA	CCI	05/08/23	55.000		77.341	-
DOGM - DOGMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	CCI	13/03/20	10.000		14.170	-
EKEKA EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES S.A	CCI	04/04/19	9.535	9.097		-
REAL ESTATE MACAÉ PLAZA EMPREEND IMOB. S.A.	CCI	09/04/21	59.840	66.023		-
Sociedades Limitadas			4.541	61.627	-	
INDAIATUBA HOLDING EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	CCI-L	19/06/22	45.000		61.627	-
NJC8 PATRIMÔNIO E PARTICIPAÇÕES LTDA	CCCB	04/12/18	4.053	4.541		-
C. Ações			385.288	279.999		
Sociedade de Propósito Específico			385.288	250.427		
ATEEN - MRT2 SPE S.A.	SPE	15/10/21	40.000	54.377	49.515	
GBXTII - GBXTIETE II FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	SPE	17/10/17	14.500	20.701	17.687	
XNICE PARTICIPAÇÕES S.A.	SPE	30/05/29	142.911	214.868	183.225	
GSP LIFE MAIRINQUE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	SPE	14/03/19	8.309	8.363		
MONTREAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	SPE	22/12/20	10.995	10.238		
BBM DB INCORPORAÇÕES S.A.	SPE	20/02/21	30.815	32.416		
OCEAN HOUSES INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIAS S.A.	SPE	18/11/20	28.982	33.175		
REAL ESTATE FLORESTAL EMPREENDIMOB S.A.	SPE	20/02/21	10.030	11.151		
Companhias Abertas			29.572			

ATIVO	VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA		VALOR DE MERCADO	
			2016	2015	2016	2015
ABEV - AMBEV S.A ON	AÇÕES	-	3.504	4.052		
BBAS - BRASIL ON	AÇÕES	-	536	590		
BDC - BRADESCO PN	AÇÕES	-	3.567	2.431		
BBSE - BBSEGURIDADE ON	AÇÕES	-	2.384	1.898		
BRFS - BRF AS ON	AÇÕES	-	312	1.108	-	-
BRML - BR MALLS PAR ON		-	108		-	-
BVMF - BMFBOVESPA ON		-	271		-	-
CIEL - CIELO ON	AÇÕES	-	2.030	1.512	-	-
CCRO - CCR S.A. ON		-	180		-	-
CMIG - CEMIG PN		-	136		-	-
GOAU - GERDAU MET PN	AÇÕES	-	1.534	841	-	-
CRUZ - SOUZA CRUZ ON		-	127		-	-
GOAU - GERDAU MET PN		-	254		-	-
IDNT - IDEIASNET ON		-	148		-	-
ITSA - ITAUSA PN	AÇÕES	-	954	763	-	-
ITUB - ITAUUNIBANCO PN	AÇÕES	-	4.068	3.509	-	-
KROT - KROTON ON	AÇÕES	-	2.646	2.581	-	-
LAME - LOJAS AMERIC PN	AÇÕES		1.610	1.746	-	-
PCAR - PACUCAR CBD PN	AÇÕES	-	3.742	1.507	-	-
PETR - PETROBRAS PN	AÇÕES	-	7.081	4.171	-	-
PETR - PETROBRAS ON		-	1.288		-	-
UGPA - ULTRAPAR ON		-	331		-	-
VALE - VALE PN	AÇÕES	-	6.396	2.706	-	-
Valor a Receber	PROVENTOS	-	-	158	-	-
Derivativos		-	-	-	-	-
D. Fundos de Investimentos			779.886	692.740		
Renda Fixa			166.248	396.990	-	-
RIO DOCE FIRF CRÉDITO PRIVADO	FIRF	Aberto		33.359	-	-
BB INSTITUCIONAL FIRF FIRF					-	-
BNP PARIBAS MATCH DI FIRF REFERENCIADO FIRF - CRÉDITO PRIVADO		Aberto	25.554	23.109	-	-
INCOME VALUE I CRÉDITO PRIVADO FIRF FIRF		Aberto	59.881	190.438	-	-
HORUS INSTITUCIONAL 11 FIM	FIM	Aberto		113.143	-	-

ATIVO	VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA		VALOR DE MERCADO	
			2016	2015	2016	2015
SAGA INSTITUCIONAL FIA	FIA	Aberto	80.813	36.941	-	-
					-	-
Direitos Creditórios			344.540	84.497	-	-
FIDC MULTISETORIAL ITÁLIA	FIDC	Fechado	2.842	10.763	-	-
FIDC TREND BANK BANCO DE FOMENTO – MULTISETORIAL	FIDC	Fechado	592	730	-	-
SCE FIDC SÉNIOR	FIDC	Fechado		1.135	-	-
SCE FIDC SUBORDINADA FIDC		Fechado	-	-	10.023	8.644
VINCI CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO I - FIDC PREFERENCIAL	FIDC	Fechado	-	-	54.918	51.070
VINCI CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO I - FIDC SENIOR	FIDC	Fechado	-	-	11.135	12.154
POSTALIS CADENCE II FIDC	FIDC	Fechado	-	-	265.030	
			-	-		
Fundo de Investimento em ações			-	-	226.388	157.194
GUEPARDO INSTITUCIONAL 60 FICFIA	FICFIA	Aberto	-	-	37.796	24.920
PACIFICO AÇÕES FICFIA	FICFIA	Aberto	-	-	50.777	37.599
PERIMETER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES	FIA	Aberto	-	-	85.439	50.108
TEJO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	FIA	Aberto	-	-		630
STK LONG ONLY INSTITUCIONAL FIA	FIA	Aberto	-	-	52.375	43.937
			-	-		
Fundo Imobiliário			-	-	42.710	54.059
ÁQUILLA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII	FII	Investidores Qualificados	-	-	11.798	11.798
FII GENERAL SHOPPING ATIVO E RENDA	FII	Fechado	-	-	30.320	42.261
VALORES A RECEBER FII GENERAL SHOPPING			-	-	592	
			-	-		
E. Empréstimos e Financiamentos					345.753	374.149
Empréstimos		-	-	-	345.753	374.149

Fonte: Gerência de Ativos - GEA.

(III) PGA

Em (R\$ mil)

ATIVO	VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO			
			2016	2015		
INVESTIMENTOS			95.808	68.145		
A. Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional			29.878			
NTN-B		15/05/19	29.690	29.878		
B. Fundos de Investimentos						
Renda Fixa			65.930	68.145		
BNP PARIBAS MATCH DI FIRF - CRÉDITO PRIVADO	FIRF	Aberto	-	65.930		

Fonte: Gerência de Ativos - GEA.

4.3.3 Provisão para Perdas no Exercício

EMISSOR	TÍTULO	VALOR INVESTIDO	BD SALDADO		POSTALPREV		CONSOLIDADO	
			2016	2015	2016	2015	2016	2015
CESPP	CCI	Cia. Aberta	44.000	-	28.204	-	-	28.204
Usina Sobrasil	DEBN	SPE	66.010	115.440	24.432	-	-	24.432
UNIESP	CCI	Soc. Ltda	-	-	-	45.000	-	44.321
Canabrava Agrícola S/A	DEBN	SPE	20.230	42.956	-	-	-	-
Canabrava Energética S/A	DEBN	SPE	68.607	174.145	-	-	-	-
CAMBUCCI	CCI	Cia. Aberta	3.080	2.938	-	-	-	-
Indaiatuba Holding Ltda	CCI	Soc. Ltda	65.000	113.467	-	45.000	71.858	-
Real RUA B	CCI	Cia. Fechada	3.029	4.185	-	6.974	9.636	-
Banco Máxima	CCI	Cia. Fechada	2.271	2.347	-	5.229	5.403	-
Real RUA F	CCI	Cia. Fechada	2.890	977	-	6.654	2.250	-
PORTBELLO	CCI	Cia. Fechada	30.000	50.519	-	55.000	88.579	-
DOGMA Empreed. Imobiliários	CCI	Cia. Fechada	-	-	-	10.000	16.851	-
Total			305.117	506.973	52.636	173.857	194.578	44.321
Fonte: Gerência de Ativos - GEA/Gerência de Contabilidade GCN.								

4.3.4 Investimentos Imobiliários

A carteira de investimentos imobiliários do plano BD Saldado é demonstrada como segue:

DESCRÍÇÃO	2015	ACRÉSCIMOS / DEDUÇÕES	DEPRECIAÇÕES	2016
Terrenos (a)	1.631	-	-	1.631
Locadas a Patrocinador(es) (b)	213.402	5.422	(3.176)	215.648
Edificações	211.652	-	(3.176)	208.476
Aluguéis	1.750	5.422	-	7.172
Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários (c)	21.119	(4.448)	-	16.671
Outros Investimentos Imobiliários (d)	11.832	-	(82)	11.750
Edificações	11.832	-	(82)	11.750
Total da Carteira Imobiliária	247.984	974	(3.258)	245.700

- (a) O saldo corresponde ao registro da Fazenda Santo Antônio, localizada no município e comarca de Novo São Joaquim/MT, em garantia da dívida executada das obrigações de pagamento assumidos pela SPE – Paiva Agricultura S.A (CDCA 1/2010). A extinção da dívida e respectiva quitação resultou em reversão de provisão para perda na ordem de R\$ 5.063 mil, cuja escrituração ocorreu em maio de 2015.
- (b) Os valores se referem ao Centro Operacional Logístico Cajamar/SP locado à patrocinadora Correios. O início do prazo de locação de 120 (cento e vinte) meses ocorreu em julho de 2015, conforme recebimento definitivo do complexo, sendo prorrogado por igual período mediante Termo Aditivo, observado o disposto no art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93.
- (c) Valores a receber a título da venda dos imóveis (Nota 4.3.4.I).
- (d) Representam o registro do Imóvel Industrial – tipo galpão, localizado na Rua 12, s/nº - Módulo A, Lote 1, Quadra N – Distrito Industrial Maracanã – São Luís/MA, em garantia da dívida executada das obrigações de pagamento assumidos pelo CRI Acrux, cuja escrituração ocorreu em julho de 2011.

(I) Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários

DATA DA VENDA	COMPRADORES	IMÓVEIS	VALOR CONTÁBIL NAVENDA	VALOR DA VENDA	TOTAL DA VENDA	APURAÇÃO LUCRO/ PREJUÍZO	SALDO A RECEBER
			ENTRADA /À VISTA	PARCELAS			
AGO/2010	PONSWINNECKE EMPREENDIMENTOS	ED. ARON BIRMAN - SP	7.602	1.575	10 X 613	7.700	98
AGO/2010	GTIS XIV BRASIL	ED. BIRMAN 20	32.147	6.500	120 X 217	32.500	353
DEZ/2010	JC INVESTIMENTOS LTDA	ED. RB14º ANDAR - RJ	10.871	1.973	10 X 1.118	13.150	2.279
Total							16.671

PARCELAS REMANESCENTES	QUANTIDADE DE PARCELAS	PERIODICIDADE	MÊS
PONSWINNECKE EMPREENDIMENTOS	4	Anual	Agosto
GTIS XIV BRASIL	45	Mensal	-
JC INVESTIMENTOS LTDA	4	Anual	Dezembro

4.3.5 Empréstimos e Financiamentos

A implantação do novo sistema de gestão da Carteira de Empréstimos, Atenaprev.Net, ocorreu em janeiro de 2017. Atualmente, o sistema passa por ajustes e melhorias para a sua efetiva fase de produção.

Mensalmente, os saldos são conciliados no sentido de não haver diferenças entre os relatórios gerenciais e contábeis.

4.3.6 Rentabilidade dos Investimentos

As rentabilidades dos investimentos ficaram assim representadas:

(I) Plano BD Saldado

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2016 (%)	2015 (%)
Renda Fixa	41,07	11,89
Renda Variável	(53,95)	(5,31)
Investimentos Estruturados	(25,49)	(4,82)
Investimentos no Exterior	(28,26)	13,70
Imóveis	9,65	12,86
Operações com Participantes	18,84	14,61
Acumulada	10,50	6,00
Meta Atuarial	12,34%	17,07%

(II) Plano CV – Postalprev

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2016 (%)	2015 (%)
Renda Fixa	16,55	13,73
Renda Variável	26,90	(4,27)
Investimentos Estruturados	13,46	(10,48)
Operações com Participantes	19,32	16,89
Acumulada	18,22	10,52
Meta Atuarial	12,39%	17,07%

(III) Plano de Gestão Administrativa

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	2016 (%)	2015 (%)
Renda Fixa	13,78	13,72
Acumulada	13,78	13,72
Índice de Referência - CDI	14,04%	13,26%

5. Passivo

5.1 Exigível Operacional

Esse grupo registra os compromissos a pagar do Postalis, segregados em gestão Previdencial, Administrativa e de Investimentos, demonstrado como segue:

Descrição	BD SALDADO		POSTALPREV		PGA	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Gestão Previdencial (a)	72.463	49.396	55.868	28.126	-	-
Benefícios a Pagar	68.452	44.993	51.280	23.950	-	-
Retenções a Recolher	1.977	2.652	887	669	-	-
Outras Exigibilidades	2.034	1.751	3.701	3.507	-	-
Gestão Administrativa (b)	-	-	-	-	32.580	55.929
Pessoal e Encargos	-	-	-	-	4.738	4.674
Fornecedores a Pagar	-	-	-	-	4.282	5.254
Retenções a Recolher	-	-	-	-	1.470	1.528
Tributos a Recolher	-	-	-	-	699	840
Outras Exigibilidades	-	-	-	-	21.391	43.633
Investimentos (c)	7.566	7.962	1.285	1.385	-	-
Fundos de Investimentos	2.095	2.107	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	130	128	28	35	-	-
Outras Exigibilidades	5.341	5.727	1.257	1.350	-	-
Total do Exigível Operacional	80.029	57.358	57.153	29.511	32.580	55.929

(a) Refere-se aos benefícios a pagar do Instituto e suas respectivas retenções.

(b) Compreende as obrigações administrativas a pagar da Entidade.

(c) São classificados os recursos destinados à constituição do Fundo de Quitação por Morte e/ou do Fundo de Quitação por Invalidez, assim como os valores a pagar relativos às operações de empréstimos a participantes e os repasses para o custeio administrativo e de investimentos dos planos de benefícios para o PGA respectivamente.

5.2 Exigível Contingencial

Descrição	BD SALDADO		POSTALPREV		PGA		CONSOLIDADO		DEPÓSITOS JUDICIAIS	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Gestão Previdencial (a)	15.952	24.386	-	-	-	-	15.952	24.386	14.780	12.187
Gestão Administrativa (b)	-	-	-	-	38.433	37.426	38.433	37.426	56.577	43.373
Investimentos (c)	4.565	4.034	-	-	-	-	4.565	4.034	7.957	4.374
Total do Exigível Contingencial	20.517	28.420	-	-	38.433	37.426	58.950	65.846	79.314	59.934

(a) Destacam-se as ações decorrentes de processos nos quais participantes assistidos e ex-participantes pleiteiam diferenças de valores de Suplementação de Aposentadoria e Reserva de Poupança, respectivamente.

(b) Refere-se às reclamações trabalhistas e as ações para não recolhimento do PIS e da COFINS sobre as receitas administrativas previdenciais e de investimentos vertidas para o PGA (receitas administrativas).

(c) Trata-se de processos judiciais relacionados com a carteira de investimentos do plano BD Saldado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Postalis apresentou a seguinte classificação por processo:

AÇÕES	QUANTIDADE DE PROCESSOS	2016 QUANTIDADE DE PROCESSOS	2015
Prováveis	173	58.949	206
Possíveis	1509	1.841.566	1463
Total	1.682	1.900.515	1.669

Fonte: Gerência Jurídica - GJU/Gerência de Contabilidade - GCN

As ações classificadas como possíveis estão distribuídos conforme as seguintes naturezas: previdencial (83,81%), investimentos (10,42%) e administrativo (5,77%), destacando-se as Notas 6.3 e 7.3.

A Administração considera que as provisões constituídas ao fim do exercício são suficientes e adequadas para cobrir eventuais perdas decorrentes do julgamento final desses processos.

5.3 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas em bases atuariais sob a responsabilidade do atuário independente e representam os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

Em agosto de 2016, a empresa de consultoria em atuária Mercer Gama iniciou os trabalhos em substituição ao prestador de serviços Globalprev.

O quadro a seguir apresenta as provisões matemáticas consolidadas:

COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS	2016	2015
Provisões Matemáticas	10.591.074	9.853.867
Benefícios Concedidos (a)	7.307.644	6.340.281
Benefícios a Conceder (b)	9.545.640	8.766.840
(-) Provisões Matemáticas a Constituir (c)	(6.262.210)	(5.253.254)
(-) Déficit Equacionado	(6.262.210)	(5.253.254)
Equilíbrio Técnico Acumulado (d)	(1.025.587)	(1.510.287)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(1.025.587)	(1.510.287)

5.3.1 Plano BD Saldado

COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS	2016	2015
Provisões Matemáticas	6.458.456	6.579.910
Benefícios Concedidos (a)	7.061.742	6.070.196
Benefícios a Conceder (b)	5.658.924	5.762.968
(-) Provisões Matemáticas a Constituir (c)	(6.262.210)	(5.253.254)
(-) Déficit Equacionado	(6.262.210)	(5.253.254)
Equilíbrio Técnico Acumulado (d)	(1.110.315)	(1.517.260)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(1.110.315)	(1.517.260)

- (a) Correspondem ao registro, de acordo com a nota técnica atuarial, do valor atual dos benefícios futuros programados e não programados dos assistidos em gozo de benefício de prestação continuada, líquida e suas contribuições.
- (b) Registram, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor dos benefícios futuros programados a serem pagos pelo plano aos participantes que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada e o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelos patrocinadores e participantes.
- (c) Referem-se, de acordo com a nota técnica atuarial, ao valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes aos déficits equacionados de 2012, 2014 e 2015 dos patrocinadores, participantes e assistidos.
- (d) Representa o resultado obtido pelo plano de benefícios ao final do exercício, de superávit ou déficit técnico acumulado.

(I) Premissas e Hipóteses Atuariais

As bases técnicas adotadas na avaliação atuarial 2016 e 2015 são compostas por Hipóteses Atuariais (Biométricas-Demográficas e Econômicas),

Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento a seguir:

PREMISSAS	HIPÓTESES UTILIZADAS	
	31/12/2016	31/12/2015
Entrada em Aposentadoria	24 meses	36 meses
Rotatividade	EXP GAMA ROT 2016 (taxa média de 0,71% até a aposentadoria e nula após essa idade)	Tábua de Desligamento (Taxa média de 0,8%* até 48 anos, acima 0,00%).
Composição Familiar Assistidos	Função Real	Função Hx
	HOMEM - 77,12% Casado,	
	Cônjugue 4 anos mais jovem	
Composição Familiar Ativos	MULHER - 51,28% Casada,	Função Hx
	Cônjugue 2 anos mais velho	
Fator de Reversão Médio	0,884	N/A
Data Base Cadastral	31/12/16	31/12/15
Data Base da Avaliação Atuarial	31/12/16	31/12/15
Atualização Monetária	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Fator de Capacidade	97,96%	97,80%
Taxa de Juros	5,35%	5,45%
Tábua Mortalidade Geral	AT 2000 M&F suav 10%	AT 2000 M&F
Tábua Mortalidade Inválidos	AT 49 M (A65%) e F (A75%)	AT 49 M (A65%) e F (A75%)
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA	ALVARO VINDAS
Pico	1,0077	1,0000

A taxa de juros de 5,35% a.a. foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº. 15/2014, Instrução PREVIC nº. 23/2015 e Portaria PREVIC nº. 708/2015.

(II) Ajuste de Precificação

Em atendimento à Resolução CGPC nº. 26/2008, Resolução nº. 16/2014 e Instrução PREVIC nº. 19/2015, o Instituto apresentou ao fim dos exercícios de 2016 e 2015 os valores de R\$ 54.657 mil e R\$ 32.161 mil, respectivamente, de ajuste de precificação, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculada considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Para tanto, os títulos públicos federais devem atender, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a. Estejam classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento;
- b. Tenham por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e

- manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão;
- c. O valor presente do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios;
 - d. O valor presente do fluxo remanescente dos títulos públicos federais objeto do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo remanescente de pagamento de benefícios, apurados anualmente para todo o período do fluxo;
 - e. A duração do fluxo dos títulos públicos federais, objeto do ajuste (principal e juros), for inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios; e
 - f. Esteja demonstrada a capacidade financeira de atendimentos às necessidades de liquidez do plano de benefícios.

Conforme a Resolução CNPC nº. 16/2014 e a Instrução nº. 19/2015, o ajuste de precificação do plano BD Saldado resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado Deficitário de R\$ 1.055.658 mil em 2016 e R\$ 1.485.099 mil em 2015, conforme demonstrado abaixo:

APURAÇÃO DO EQUILÍBrio TÉCNICO AJUSTADO	2016	2015
a) Equilíbrio Técnico	(1.110.315)	(1.517.260)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	54.657	32.161
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(1.055.658)	(1.485.099)

De acordo com a Resolução CNPC nº. 22/2015 e a Instrução PREVIC nº. 19/2015, observada a Duração do Passivo do exercício, de 15,53 anos, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2016 representa R\$ 744.660 (11,53% das Provisões Matemáticas), resultando em déficit a equacionar de R\$ 310.998, cuja elaboração e aprovação do plano de equacionamento deverá ocorrer até o encerramento do exercício de 2017.

À luz da Instrução PREVIC nº. 32/2016, poderão ser utilizados como fonte alternativa de recursos

para o equacionamento do déficit os eventuais resultados líquidos positivos obtidos pelo plano de benefícios entre a data de apuração do valor a ser equacionado e a data de aprovação do plano de equacionamento, desde que sejam derivados exclusivamente de excedente de rentabilidade financeira em relação à meta atuarial adotada na avaliação atuarial em que se apurou o valor do déficit a ser equacionado.

A composição do ajuste de precificação está representada abaixo:

AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO - BD SALDADO

TÍTULOS PÚBLICOS	TX DE AQUISIÇÃO % A.A.	VENCIMENTO	QUANTIDADE	PUT X DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2016	PU RECALCULADO EM 31/12/2016	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2016	VALOR AJUSTADO EM 31/12/2016	VALOR DO AJUSTE
NTN-B	6,260016	15/08/24	10.000,00	2.979,47	3.139,81	29.795	31.398	1.603
NTN-B	6,265010	15/08/24	10.000,00	2.978,62	3.139,81	29.786	31.398	1.612
NTN-B	6,305293	15/08/24	10.000,00	2.971,78	3.139,81	29.718	31.398	1.680
NTN-B	6,386831	15/08/24	10.000,00	2.957,99	3.139,81	29.579	31.398	1.819
NTN-B	6,410886	15/08/24	10.000,00	2.953,94	3.139,81	29.539	31.398	1.859
NTN-B	6,410886	15/08/24	2.000,00	2.953,94	3.139,81	5.908	6.280	372
NTN-B	6,431576	15/08/24	4.000,00	2.950,46	3.139,81	11.802	12.559	757
NTN-B	6,295015	15/08/50	10.000,00	2.909,37	3.321,11	29.094	33.211	4.117
NTN-B	5,572337	15/08/22	16.700,00	3.081,76	3.112,79	51.465	51.984	519
NTN-B	5,589166	15/08/22	17.700,00	3.079,43	3.112,79	54.506	55.096	590
NTN-B	6,200034	15/08/22	8.572,00	2.996,36	3.112,79	25.685	26.683	998
NTN-B	6,180033	15/08/22	8.561,00	2.999,03	3.112,79	25.675	26.649	974
NTN-B	6,250027	15/08/22	4.300,00	2.989,70	3.112,79	12.856	13.385	529
NTN-B	6,205028	15/08/22	10.000,00	2.995,69	3.112,79	29.957	31.128	1.171
NTN-B	6,275352	15/08/22	5.000,00	2.986,33	3.112,79	14.932	15.564	632
NTN-B	5,862495	15/08/20	10.000,00	3.034,34	3.082,31	30.343	30.823	480
NTN-B	5,848643	15/08/20	10.000,00	3.035,62	3.082,31	30.356	30.823	467
NTN-B	5,991898	15/08/20	10.000,00	3.022,39	3.082,31	30.224	30.823	599
NTN-B	6,250452	15/08/22	10.000,00	2.989,64	3.112,79	29.896	31.128	1.232
NTN-B	6,170617	15/08/18	10.000,00	3.013,65	3.049,58	30.136	30.496	360
NTN-B	6,310388	15/08/18	10.000,00	3.007,60	3.049,58	30.076	30.496	420
NTN-B	6,280755	15/08/18	10.000,00	3.008,88	3.049,58	30.089	30.496	407
NTN-B	6,788871	15/05/19	10.000,00	2.931,59	3.020,71	29.316	30.207	891
NTN-B	6,764916	15/08/20	10.000,00	2.952,36	3.082,31	29.524	30.823	1.299
NTN-B	7,149335	15/05/19	10.000,00	2.909,98	3.020,71	29.099	30.207	1.108
NTN-B	7,159347	15/05/19	10.000,00	2.909,28	3.020,71	29.093	30.207	1.114
NTN-B	7,013946	15/05/21	10.000,00	2.872,34	3.051,57	28.723	30.516	1.793
NTN-B	6,801254	15/05/19	10.000,00	2.930,84	3.020,71	29.308	30.207	899
NTN-B	7,033575	15/05/21	10.000,00	2.870,31	3.051,57	28.703	30.516	1.813
NTN-B	7,043226	15/05/21	10.000,00	2.869,31	3.051,57	28.693	30.516	1.823
NTN-B	6,928550	15/05/21	5.000,00	2.881,19	3.051,57	14.406	15.258	852
NTN-B	6,928550	15/05/21	5.000,00	2.881,19	3.051,57	14.406	15.258	852
NTN-B	6,281156	15/05/21	9.900,00	2.949,49	3.051,57	29.200	30.211	1.011
NTN-B	6,292657	15/05/21	100,00	2.948,25	3.051,57	295	305	10
NTN-B	6,414791	15/05/45	5.000,00	2.828,90	3.258,20	14.144	16.291	2.147
NTN-B	6,414791	15/05/45	10.000,00	2.828,90	3.258,20	28.289	32.582	4.293
NTN-B	6,184709	15/05/45	10.000,00	2.913,85	3.258,20	29.139	32.582	3.443
NTN-B	6,179712	15/05/45	10.000,00	2.915,74	3.258,20	29.160	32.582	3.422
NTN-B	5,944394	15/05/21	10.000,00	2.985,87	3.051,57	29.859	30.516	657
NTN-B	6,261875	15/08/24	20.000,00	2.979,15	3.139,81	59.583	62.796	3.213
NTN-B	6,281860	15/08/24	5.000,00	2.975,75	3.139,81	14.879	15.699	820
							1.117.236	1.171.893
								54.657

(III) Plano de Equacionamento do Déficit 2015 – Plano BD Saldado

Em dezembro de 2016, por ocasião da 19ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do Postalis, foi aprovado o plano de equacio-

namento do déficit 2015 do plano BD Saldado, de forma linear e sem atualização, conforme a saber:

PATRIMÔNIO SOCIAL

Patrimônio e Cobertura do Plano	5.062.650
Provisões Matemáticas	6.579.910
(-) Benefícios Concedidos	6.070.196
(-) Benefícios a Conceder	5.762.968
(+) Provisões a Constituir	-5.253.254
= Déficit Técnico Acumulado	-1.517.260
(-) Ajuste de Precificação	32.161
= Equilíbrio Técnico	-1.485.099

REGAS DE SOLVÊNCIA

Equilíbrio Técnico Ajustado	-1.485.099
Duration (2015) anos	15,00
Déficit Limite (%) = (Duration - 4) x PM	11,00%
Déficit Limite (R\$ mil)	-723.790
Déficit a Equacionar no Exercício	-761.309

LIMITE DO PRAZO PARA EQUACIONAMENTO

Duration (2015) anos	15,00
Prazo máximo em anos (Duration x 1,5)	22,50

O déficit equacionado corresponde a R\$ 761.309 mil, cuja aprovação institui contribuições extraordinárias de 2,73%. O início das cobranças aguarda manifestação prévia da Patrocinadora Correios e da Secretaria de Co-

ordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério do Planejamento, conforme parágrafo 1º, do art. 28 da Resolução CNPC nº 22/2015.

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT

DISCRIMINAÇÃO	PERCENTUAIS	PRAZO REMANESCENTE (EM MESES)
Contribuição Extraordinária – Déficit 2012	7,88%	267
Patrocinadores	3,94%	
Participantes e Assistidos	3,94%	
Contribuição Extraordinária – Déficit 2014	27,96%	271
Patrocinadores	13,98%	
Participantes (*) e Assistidos	13,98%	
Contribuição Extraordinária – Déficit 2015	5,46%	270
Patrocinadores	2,73%	
Participantes (*) e Assistidos	2,73%	

(*) até que ocorra a aprovação da alteração do artigo 16 do Regulamento do PBD, em curso, o percentual aplicável aos participantes ativos será convertido em percentual do Salário de Participação de forma a assegurar o ingresso de valores monetários equivalentes (inciso I do parágrafo 3º do artigo 16 do Regulamento).

O Plano de Equacionamento do Déficit 2015 será revisto anualmente, por ocasião da avaliação atuarial do plano.

5.3.2 Plano Postalprev

COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS	2016	2015
Provisões Matemáticas	4.132.618	3.273.957
Benefícios Concedidos (a)	245.902	270.085
Benefícios a Conceder (b)	3.886.716	3.003.872
Equilíbrio Técnico (c)	84.728	6.973
Superávit Técnico Acumulado	84.728	6.973
Reserva de Contingência	56.884	6.973
Reserva Especial para Revisão de Plano	27.844	-

(a) Correspondem à totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos em gozo de benefícios de prestação continuada e o valor atual, de acordo com a nota técnica atuarial, dos benefícios futuros programados e não programados dos assistidos em gozo de benefícios de prestação continuada, líquido de suas contribuições.

(b) Registram a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, referentes às parcelas de contribuição dos patrocinadores e participantes e o valor atual, de acordo com a nota técnica atuarial, dos benefícios futuros não programados a serem pagos pelo plano aos participantes que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada e contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelos patrocinadores e participantes.

(c) Representa o resultado obtido pelo plano de benefícios ao fim do exercício, de superávit ou déficit técnico acumulado.

O resultado superavitário do plano Postalprev apresenta características estruturais e conjunturais, dentre as quais destacamos: a adequação da metodologia de cálculo na avaliação atuarial, as variações estatísticas em torno das premissas atuariais adotadas e a superação da meta atuarial pela rentabilidade do plano.

Conforme a Resolução MPS/CGPC nº. 26/2008, o resultado superavitário do plano de benefícios foi destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos

benefícios contratos, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas, tendo os recursos excedentes empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

(I) Premissas e Hipóteses Atuariais

As Hipóteses Biométricas, Demográficas e Económicas foram aprovadas pelo COD do Postalis, em 25.02.2016, e estão assim representadas:

PREMISSAS	HIPÓTESES UTILIZADAS	
	31/12/16	31/12/15
Crescimento Salarial	Taxa média de 2,20% a.a.	3,46% para os cargos NS e 3,03% para os cargos NM
Rotatividade	Experiência PostalPrev 2013-2015	Taxa média de 2,81% a.a. variando de acordo com a idade de 48 anos
Composição Familiar Assistidos	Função Real	Função Hx
Composição Familiar Ativos	Família Padrão	Não Aplicável
Data Base Cadastral	31/12/16	31/12/15
Data Base da Avaliação Atuarial	31/12/16	31/12/15
Atualização Monetária	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Fator de Capacidade	98,01%	97,80%
Taxa de Juros	5,50%	5,50%
Tábua Mortalidade Geral	AT 2000 M&F	AT 2000 Basic M&F
Tábua Mortalidade Inválidos	RP 2000 DISABLED M&F	AT 49 (agravada em 50%)
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT MÉDIA D60%	ALVARO VINDAS

A taxa de juros de 5,5% a.a. foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15/2014, Instrução PREVIC nº 23/2015 e Portaria PREVIC nº 708/2015.

(II) Ajuste de Precificação

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o plano Postalprev apresentou o valor de R\$ 15.152 mil e R\$ 218.458 mil de ajuste de precificação respectivamente.

A composição do ajuste de precificação está representada abaixo:

AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO - POSTALPREV

TÍTULOS PÚBLICOS	TX DE AQUISIÇÃO % A.A.	VENCIMENTO	QUANTIDADE	PUTX DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2016	PU RECALCULADO EM 31/12/2016	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2016	VALOR AJUSTADO EM 31/12/2016	VALOR DO AJUSTE
NTN-B	6,280	15/08/50	550,00	2.915,23	3.249,59	1.603	1.787	184
NTN-B	6,450	15/08/50	550,00	2.849,92	3.249,59	1.567	1.787	220
NTN-B	6,448	15/08/50	275,00	2.850,61	3.249,59	784	894	110
NTN-B	6,556	15/08/50	550,00	2.810,60	3.249,59	1.546	1.787	241
NTN-B	6,556	15/08/50	1.100,00	2.810,60	3.249,59	3.092	3.574	482
NTN-B	6,626	15/08/50	550,00	2.784,88	3.249,59	1.532	1.787	255
NTN-B	6,626	15/08/50	550,00	2.784,88	3.249,59	1.532	1.787	255
NTN-B	6,606	15/08/50	550,00	2.792,15	3.249,59	1.536	1.787	251
NTN-B	6,606	15/08/50	550,00	2.792,15	3.249,59	1.536	1.787	251
NTN-B	6,666	15/08/50	550,00	2.770,30	3.249,59	1.524	1.787	263
NTN-B	6,666	15/08/50	550,00	2.770,30	3.249,59	1.524	1.787	263
NTN-B	6,610	15/08/50	550,00	2.790,67	3.249,59	1.535	1.787	252
NTN-B	6,630	15/08/50	550,00	2.783,41	3.249,59	1.531	1.787	256
NTN-B	6,650	15/08/50	550,00	2.776,19	3.249,59	1.527	1.787	260
NTN-B	6,070	15/08/50	1.100,00	2.999,46	3.249,59	3.299	3.574	275
NTN-B	6,100	15/08/50	550,00	2.987,18	3.249,59	1.643	1.787	144
NTN-B	6,180017	15/08/50	550,00	2.954,84	3.249,59	1.625	1.787	162
NTN-B	6,550016	15/08/30	550,00	2.884,85	3.163,01	1.587	1.740	153
NTN-B	6,570015	15/08/30	550,00	2.879,89	3.163,01	1.584	1.740	156
NTN-B	6,600011	15/08/30	275,00	2.872,47	3.163,01	790	870	80
NTN-B	6,900013	15/08/30	275,00	2.799,66	3.163,01	770	870	100
NTN-B	6,890014	15/08/30	550,00	2.802,05	3.163,01	1.541	1.740	199
NTN-B	6,770018	15/08/30	550,00	2.830,89	3.163,01	1.556	1.740	184
NTN-B	6,750018	15/08/30	550,00	2.835,74	3.163,01	1.559	1.740	181
NTN-B	6,994249	15/08/30	550,00	2.777,33	3.163,01	1.527	1.740	213
NTN-B	6,994249	15/08/30	550,00	2.777,33	3.163,01	1.527	1.740	213
NTN-B	6,250024	15/08/30	550,00	2.960,77	3.163,01	1.628	1.740	112
NTN-B	5,572337	15/08/22	918,50	3.081,76	3.091,81	2.831	2.840	9
NTN-B	5,589166	15/08/22	1.061,50	3.079,43	3.091,81	3.269	3.282	13
NTN-B	6,200034	15/08/22	471,46	2.996,66	3.091,81	1.413	1.460	47
NTN-B	6,250027	15/08/22	236,50	2.989,70	3.091,81	707	731	24
NTN-B	6,180033	15/08/22	470,86	2.999,03	3.091,81	1.412	1.456	44
NTN-B	6,832906	15/08/50	550,00	2.711,56	3.249,59	1.491	1.787	296
NTN-B	6,842914	15/08/50	550,00	2.708,10	3.249,59	1.489	1.787	298
NTN-B	6,822904	15/08/50	550,00	2.715,03	3.249,59	1.493	1.787	294
NTN-B	7,010024	15/08/50	550,00	2.651,40	3.249,59	1.458	1.787	329
NTN-B	6,145174	15/08/50	550,00	2.968,85	3.249,59	1.633	1.787	154
NTN-B	5,900008	15/08/50	550,00	3.070,65	3.249,59	1.690	1.787	97

AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO - POSTALPREV

TÍTULOS PÚBLICOS	TX DE AQUISIÇÃO % A.A.	VENCIMENTO	QUANTIDADE	PUTX DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2016	PU RECALCULADO EM 31/12/2016	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2016	VALOR AJUSTADO EM 31/12/2016	VALOR DO AJUSTE
NTN-B	6,173555	15/08/50	550,00	2.957,43	3.249,59	1.626	1.787	161
NTN-B	6,243578	15/08/50	550,00	2.929,56	3.249,59	1.611	1.787	176
NTN-B	6,600048	15/08/22	550,00	2.943,57	3.091,81	1.620	1.700	80
NTN-B	6,710044	15/08/22	550,00	2.929,27	3.091,81	1.611	1.700	89
NTN-B	6,333988	15/08/50	550,00	2.894,23	3.249,59	1.592	1.787	195
NTN-B	6,313908	15/05/35	550,00	2.886,19	3.149,46	1.587	1.732	145
NTN-B	6,424399	15/08/50	550,00	2.859,60	3.249,59	1.573	1.787	214
NTN-B	6,456328	15/08/30	165,00	2.908,27	3.163,01	480	522	42
NTN-B	6,456328	15/08/30	165,00	2.908,27	3.163,01	480	522	42
NTN-B	6,456328	15/08/30	110,00	2.908,27	3.163,01	320	349	29
NTN-B	6,456328	15/08/30	110,00	2.908,27	3.163,01	320	349	29
NTN-B	6,426353	15/08/30	275,00	2.915,82	3.163,01	802	870	68
NTN-B	6,426353	15/08/30	275,00	2.915,82	3.163,01	802	870	68
NTN-B	6,475576	15/05/35	550,00	2.837,65	3.149,46	1.561	1.732	171
NTN-B	6,000011	15/05/55	550,00	2.985,80	3.216,84	1.642	1.770	128
NTN-B	6,049642	15/05/55	550,00	2.964,39	3.216,84	1.630	1.770	140
NTN-B	6,099514	15/05/55	550,00	2.943,14	3.216,84	1.619	1.770	151
NTN-B	6,362019	15/05/35	550,00	2.871,62	3.149,46	1.580	1.732	152
NTN-B	6,646554	15/08/40	550,00	2.805,83	3.217,12	1.543	1.770	227
NTN-B	6,734510	15/08/50	550,00	2.746,01	3.249,59	1.510	1.787	277
NTN-B	7,304821	15/08/50	550,00	2.556,26	3.249,59	1.406	1.787	381
NTN-B	6,778355	15/05/45	550,00	2.702,46	3.191,82	1.486	1.755	269
NTN-B	7,021884	15/08/50	550,00	2.647,46	3.249,59	1.456	1.787	331
NTN-B	7,074784	15/08/50	550,00	2.629,98	3.249,59	1.446	1.787	341
NTN-B	7,505952	15/05/35	550,00	2.554,38	3.149,46	1.405	1.732	327
NTN-B	7,575970	15/05/35	550,00	2.536,65	3.149,46	1.395	1.732	337
NTN-B	7,505954	15/05/35	550,00	2.554,38	3.149,46	1.405	1.732	327
NTN-B	7,396598	15/05/35	550,00	2.582,43	3.149,46	1.420	1.732	312
NTN-B	7,221501	15/08/50	550,00	2.582,43	3.249,59	1.420	1.787	367
NTN-B	7,221862	15/05/35	550,00	2.628,21	3.149,46	1.445	1.732	287
NTN-B	7,398552	15/05/35	550,00	2.581,93	3.149,46	1.420	1.732	312
NTN-B	6,624835	15/05/45	550,00	2.754,73	3.194,82	1.515	1.755	240
NTN-B	6,800013	15/05/35	550,00	2.743,73	3.149,46	1.510	1.732	222
NTN-B	6,820009	15/05/35	550,00	2.738,09	3.149,46	1.506	1.732	226
NTN-B	6,404787	15/05/45	550,00	2.832,51	3.191,82	1.557	1.755	198
NTN-B	5,904848	15/05/21	550,00	2.990,19	3.034,81	1.645	1.670	25
NTN-B	5,934411	15/05/21	550,00	2.986,96	3.034,81	1.643	1.670	27
NTN-B	6,344779	15/05/45	550,00	2.854,33	3.191,82	1.570	1.755	185

AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO - POSTALPREV

TÍTULOS PÚBLICOS	TX DE AQUISIÇÃO % A.A.	VENCIMENTO	QUANTIDADE	PU TX DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2016	PU RECALCULADO EM 31/12/2016	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2016	VALOR AJUSTADO EM 31/12/2016	VALOR DO AJUSTE
NTN-B	5,917562	15/05/21	550,00	2.988,80	3.034,81	1.644	1.670	26
NTN-B	6,455524	15/08/50	550,00	2.847,84	3.249,59	1.566	1.787	221
NTN-B	6,547050	15/08/50	55,00	2.813,74	3.249,59	155	180	25
NTN-B	6,547050	15/08/50	220,00	2.813,74	3.249,59	620	715	95
NTN-B	6,484052	15/08/50	110,00	2.837,14	3.249,59	312	357	45
NTN-B	6,004373	15/08/50	550,00	3.026,62	3.249,59	1.665	1.787	122
						120.012	135.164	15.152

Em 31 de dezembro de 2016, observados os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19/2015, o Ajuste de Precificação apurado no plano Postalprev foi de R\$ 15.152 mil e o Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 99.881 mil.

Importante ressaltar que, para a apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário, con-

forme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual destinação de superávit.

5.4 Fundos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Postalis apresentou a seguinte composição de fundos:

Descrição	BD SALDADO			POSTALPREV			CONSOLIDADO		
	2015	CONSTITUIÇÕES (REVERSÕES)	2016	2015	CONSTITUIÇÕES (REVERSÕES)	2016	2015	CONSTITUIÇÕES (REVERSÕES)	2016
Fundos Previdenciais (a)	-	-	-	174.874	123.067	297.942	174.874	123.067	297.941
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	-	-	-	138.059	117.067	255.126	138.059	117.067	255.126
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-	-	-	36.816	6.000	42.816	36.816	6.000	42.816
Fundos Administrativos (b)	1.363	2.599	3.962	69.982	32.070	102.052	71.345	34.669	106.014
Plano de Gestão Administrativa	1.363	2.599	3.962	69.982	32.070	102.052	71.345	34.669	106.014
Fundos dos Investimentos (c)	10.396	830	11.226	1.416	689	2.105	11.812	1.519	13.331
Fundo de Garantia de Empréstimos	10.396	830	11.226	1.416	689	2.105	11.812	1.519	13.331
Total dos Fundos	11.759	3.429	15.188	246.272	155.826	402.099	258.032	159.255	417.287

(a) Previdenciais: são fundos criados a partir de avaliação atuarial com destinação específica.

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016, o plano Postalprev tem constituído os seguintes fundos:

Reserva de Saldo por Exigência Regulamentar: é constituído pelas contribuições específicas para cobertura dos benefícios de riscos (alíneas "b" e "c" dos artigos 27 e 37 do Regulamento), acrescido dos saldos remanescentes da Conta de Contribuições do Patrocinador no caso de resgate e das Provisões Matemáticas de Bene-

fícios Concedidos, no caso de Aposentadoria por Invalidez em que o Participante retorno à atividade. Este Fundo é destinado ao pagamento das despesas com Auxílio-Doença, Pecúlio por Morte e Garantias Mínimas de Pensão por Morte de Participantes e Aposentadoria por Invalidez.

Outros Fundos Previstos em Nota Técnica: o saldo é constituído mensalmente pela Provisão Matemática de Participantes e Assistidos falecidos cujos benefícios de auxílio-doença ou de aposentadoria não se transformem em Pensão; pela Provisão Matemática de Pensionistas, cuja Pensão se extinga pela desabilitação de todos os Beneficiários; e, quando determinado no Plano de Custeio, parcela das Contribuições Específicas destinadas a segurar o Plano quanto ao esperado desagravamento da taxa de mortalidade. Além desses recursos, anualmente, o Fundo Previdencial agregará o resultado do acompanhamento das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos ora corrigidos pela rentabilidade do Plano ora atualizadas pela variação nominal do INPC acrescidos da taxa de juros de 5,5% ao ano. O Fundo será utilizado para auxiliar a não contaminação dos resultados do Plano quando da insuficiência de cobertura das Provisões geradas pelas perdas atuariais (hipóteses atuariais não realizadas).

(b) Administrativo: é constituído pela diferença positiva apurada entre as receitas e despesas da Gestão Administrativa, cujo saldo mínimo deve observar o ativo permanente. A correção do fundo administrativo é registrada mensalmente pela rentabilidade do PGA.

Em maio de 2015, o Fundo Administrativo registrou a reversão do saldo devedor repassado a maior ao PGA correspondente às contribuições relativas à RTSA do plano BD Saldado. A quitação antecipada foi possível mediante a transferência de recursos, a título de empréstimo, do Fundo Administrativo Postalprev.

A recomposição do Fundo Administrativo Postalprev pelo Fundo Administrativo BD Saldado vem ocorrendo regularmente, dentro dos termos acordados na 5ª Reunião Ordinária do COD do Postalprev, de 27 e 28.05.2015, cuja quitação ocorreu em março de 2017.

(c) Investimentos: denominado de Fundo de Garantia de Empréstimo, é constituído pela parcela correspondente as cotas de quitação por

morte e invalidez a serem cobradas, de forma parcelada, nos vencimentos dos pagamentos mensais creditados ao Postalprev pelos participantes-contratantes, de forma a garantir a cobertura dos empréstimos concedidos na ocorrência do falecimento ou invalidez pelo Regime Geral de Previdência Oficial. A correção do fundo é registrada mensalmente pela rentabilidade dos respectivos planos de benefícios.

6. Outras Informações

6.1 Processo Judicial nº 2016.01.1.009627-5

Autora: Postalprev

Réus: *BNY Mellon Administração de Ativos e BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda*

O Postalprev ajuizou 5 (cinco) processos judiciais contra a *BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.* e outros, todos em trâmite na comarca do Rio de Janeiro, com o objetivo de obter reparação pelos danos sofridos na realização de determinados investimentos. Tais processos encontram-se atualmente em fase de conhecimento, sendo que apenas o processo nº 0266411-48.2014.8.19.0001, referente aos investimentos do Postalprev no Brasil Sovereign II Fundo de Investimentos da Dívida Externa - FIEX, não obstante ainda esteja em fase de conhecimento, possui como garantia uma fiança bancária outorgada pelo Banco Bradesco em favor do Postalprev no valor total de R\$ 249.814.955,02 (duzentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e quatorze mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e dois centavos) em vigor desde 2014 e relativamente à qual a *BNY Mellon* interpôs dois recursos atualmente perante o STJ.

6.2 Processo Judicial nº 0006949-35.2015.4.01.3400

Autora: Postalprev

Réu: Patrocinadora – Correios

Refere-se à ação ordinária que visa à cobrança das parcelas vencidas e reestabelecimento das parcelas vincendas referentes à RTSA, cujo saldo devedor em dezembro/16 correspondia a R\$ 1.454.237 mil, devidas pelos Correios ao Postalprev, uma vez que o adimplemento foi interrompido em função de determinação de órgão integrante

te da Administração Pública Federal (Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST à época).

Em fevereiro de 2017, os autos foram remetidos à 7ª vara federal do Distrito Federal, em razão da decisão que reconheceu a conexão com o processo nº 0036683-36.2012.4.01.3400, movido pela UBSPT contra aos Correios e o Postalis e, por isso, declinou de competência àquela vara. Essa decisão ensejou ao agravo de instrumento nº 0017993-32.2016.4.01.0000, ainda não julgado, assim como o agravo de instrumento nº 0009897-62.2015.4.01.0000 (contra o indeferimento da liminar).

Em março de 2017, o Postalis apresentou réplica à contestação da União e dos Correios e protestou pela prova documental suplementar e oral.

Até o momento, o processo aguarda o requerimento de provas dos réus para, então, ser saneado.

6.3 Processo Judicial nº 36683-36.2012.4.01.3400

Autora: União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos – UBSPT, ação coletiva
Réus: Postalis e Correios

A UBSPT pleiteia à condenação do Postalis e dos Correios no reconhecimento da obrigação relativa à RTSA e a condenação dos Correios ao pagamento da dívida supostamente vencida quanto à referida verba.

Requer, ainda a autora, a declaração de nulidade da Portaria nº 1.953, da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, que autorizou o saldamento do Plano de Benefício Definido – PBD do Postalis e, consequentemente, que seja declarado nulo o referido saldamento.

Por fim, requer a condenação solidária dos réus a rever todos os benefícios dos participantes e assistidos que foram supostamente prejudicados pelo saldamento.

6.4 Processo Judicial nº 0006879-23.2012.4.01.3400 - Certificados de Créditos Imobiliários - CCI's

Autor: Postalis
Réu: Caixa Econômica Federal – CEF

O processo foi distribuído no dia 07/02/2012 e tramita na 6ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal sob a condução do Escritório Paulo Cesar Pinheiro Associado, que destacou que em 05/12/2012, foi proferida decisão indeferindo os pedidos liminares realizados pelo Postalis, mas reconheceu a legitimidade passiva da CEF, bem como reconheceu a ocorrência do incontrovertido erro operacional na administração do FCVS pela CEF, acarretando a supressão de gravames em diversos contratos que lastream os créditos junto àquele Fundo.

7. Fatos Relevantes

7.1 Estruturação de FIDC-NP's Exclusivos

Em dezembro de 2016, o Postalis estruturou 4 (quatro) fundos de investimentos em direitos creditórios não padronizados (FIDC NP), sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instruções CVM nº 356/2001 e nº 444/2006, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, de forma a recuperar perdas obtidas com ativos que entraram em "default" e que geraram prejuízos à entidade.

A constituição dos fundos se deu por meio de cessão de direito de crédito ou de fluxo de recebimentos, decorrentes de ações judiciais em curso, que constituam seu objeto de litígio ou que tenham sido judicialmente penhorados ou dados em garantia, assim como direitos creditórios originados de empresas em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, e que estivessem vencidos e pendentes de pagamento quando de sua cessão para o fundo.

Os fundos constituídos passaram a ser administrados pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., tendo como gestores as empresas Cadence Gestora de Recursos Ltda., Jive Investimentos Consultoria Ltda. e Novero Investimentos Ltda. Que são empresas especializadas no segmento de recuperação de créditos inadimplidos, também chamados de créditos estressados.

A precificação e reprecificação dos ativos e cotas dos fundos são de responsabilidade da administradora, devendo ser ratificado pelo Postalis, na posição de cotista, bem como respaldado por opinião legal formulada pelo consultor

jurídico contratado pelos fundos (Bichara Advogados). A precificação dos ativos integrantes das carteiras dos fundos resultou em valorização das cotas, impactando positivamente o resultado dos planos BD Saldado e Postalprev em R\$ 849.302 mil e R\$ 265.030 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016.

7.2 Negociações com o *BNY Mellon* acerca dos prejuízos causados ao Postalis

Em maio de 2017, o Instituto buscou interação com autoridades nos Estados Unidos no embate que trava contra o *BNY Mellon*. A fundação acusa o banco, que era seu administrador fiduciário, de gerar prejuízo de cerca de U\$ 1,5 bilhão a participantes ativos, aposentados e pensionistas dos Correios e Postalis.

A condução das negociações está a cargo de uma comitiva que conta com a participação de representantes do governo brasileiro, membros da diretoria do Postalis e dos Correios e de sindicatos e entidades representativas dos participantes do Instituto.

O Postalis já move seis ações contra o *BNY Mellon* na justiça brasileira, relacionadas a fundos de investimentos, como o Serengeti e o São Bento, além de operações envolvendo o Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS.

7.3 Contribuições Extraordinárias do Déficit 2014 a Receber – Plano BD Saldado

Desde agosto de 2016, encontra-se sob efeito de liminar as contribuições extraordinárias do plano de equacionamento do déficit 2014 dos participantes, ativos da Associação dos Profissionais dos Correios – ADCAP dos Correios, cujos depósitos judiciais vêm sendo realizados regularmente pela patrocinadora, quanto à paridade contributiva de responsabilidade dos Correios, por meio de aportes diretos ao Instituto.

Os reflexos da liminar representam 7,37% dos valores de contribuições no ano, que correspondem a R\$ 13.187 mil, e 9,41% da massa de participantes.

Registra-se, também, valores a receber de R\$ 39.680 mil, que representa 22,28% dos valores de contribuições no ano, de participantes e patrocinadora, relativos às liminares vigentes durante o exercício, da Associação Representativa dos Aposentados/véis e Pensionistas dos Correios e Telégrafos – ARACT SP e da Associação dos Aposentados e Empregados dos Correios – AJACOR MG, assim como dos demais participantes referentes ao mês de maio/2016, as quais estão sendo avaliadas alternativas para regulamentação.

8. Eventos Subsequentes

8.1 Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD CAMBUCI

Em 31 de dezembro de 2016, o plano BD Saldado provisionou em 100% o saldo devedor da Cambuci, no valor de R\$ 2.961 mil.

A pedido da executada, o Instituto, em março de 2017, concordou em reajustar o cronograma e o fluxo de pagamentos do referido saldo devedor, a fim de ser liquidado em 26 (vinte seis) parcelas, as quais já foram retomados no próprio mês.

O acordo firmado entre o Postalis e a Cambuci S.A., em 16 de março de 2017, não foi acatado pelo Comitê de Crédito do administrador fiduciário, sendo mantida a provisão integral.

8.2 Provisão para Perdas subsequentes ao período contábil das Demonstrações Contábeis

As provisões para perdas constituídas no 1º semestre de 2017 correspondem a R\$ 11.558 mil

EMISSOR	TÍTULO	BD SALDADO			POSTALPREV			CONSOLIDADO		
		VALOR INVESTIDO	2017	%	VALOR INVESTIDO	2017	%	VALOR INVESTIDO	2017	
Ocean Houses	DEBN	Cia. Aberta	9.170	11.558	75%	21.112	26.611	75%	30.282	38.168
Ekeka Empreendimentos	CCI	Cia. Fechada	-	-	-	9.200	4.353	50,00%	9.200	4.353
GSP Loteadora Itda	DEBN	SPE	-	-	-	9.200	4.323	50,00%	9.200	4.323
Total			9.170	11.558		39.512	35.286		48.682	46.844

Fonte: Gerência de Ativos - GEA.

no plano BD Saldado e R\$ 35.286 mil no plano Postalprev e observam os prazos estabelecidos no Anexo "A", da IN MPS/SPC nº. 34/2009.

8.3 Avanços FIDC's NP

Em julho de 2017, o Postalis já regularizou por meio do fundo CADENCE I E II o fluxo de pagamentos da CCI Uniesp dos planos BD e Postal-

Prev, cujo saldo devedor líquido de R\$ 85.179 mil será pago em 84 meses (sete anos), sendo a parcela atualizada com juros de 9,5% ao ano e corrigido pelo índice do IPCA Futuro anual, com termo inicial em 05.09.2017 ou antecipado em até 60 meses (cinco anos), ocasião que o saldo devedor sofrerá redução para R\$ 60.100 mil, com juros de 6,5% ao ano e corrigido pelo índice do IPCA Futuro anual.

DEVEDOR	VALOR FIDC – NP REPRECIFICADO EM DEZ/16	VALOR PRESENTE EM NEGOCIAÇÃO	FASE ATUAL
CCI Uniesp	54.083	85.179	Acordo judicial

Em paralelo, encontram-se em curso renegociações de fluxos garantidos e/ou pagamentos de débitos por meio de dação de ativos reais.



CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER

DIRETOR DE INVESTIMENTOS/ PRESIDENTE E DIRETOR DE BENEFÍCIOS EM EXERCÍCIO

CPF: 603.213.691-49



LUIZ ALBERTO MENEZES BARRETO

DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

CPF: 264.671.275-87



RENATA BORGES RIBEIRO DE SOUZA

CONTADORA CRC-DF 019741/O-5

CPF: 782.565.771-34

Pareceres e Relatórios

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - PAR 17/074

Aos Administradores, Conselheiros e Participantes do **POSTALIS – Instituto de Previdência Complementar**

Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **POSTALIS – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR** (“Instituto” ou “Postalis”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pelo **POSTALIS**, aqui denominados de consolidado por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016, as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas atuariais dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Abstenção de opinião (consolidado e Plano BD Saldado)

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do **POSTALIS** e sobre as demonstrações individuais do **Plano de Benefício Definido Saldado** (“plano BD Saldado”), pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião (Consolidado e Plano BD Saldado)”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Opinião com ressalva (Plano Postalprev)

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e/ou possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva (Plano Postalprev)”, as demonstrações contábeis relativas ao **Plano Postalprev** apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual do plano em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho individual de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Opinião (Plano PGA)

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis relativas ao **Plano de Gestão Administrativa – PGA** apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual do plano em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho individual de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para abstenção de opinião (consolidado e Plano BD Saldado)

- I. Conforme mencionado na nota explicativa número 6.4, o plano BD Saldado possui aplicações em Certificados de Créditos Imobiliários (CCI's) que estão lastreados em contratos de financiamento habitacional do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), administrado pela Caixa Econômica Federal (CEF), cujo saldo, em 31 de dezembro de 2016, corresponde ao montante de R\$ 136.065 mil (2,54% do patrimônio líquido do plano), conforme posição do custodiante BNY Mellon. O Instituto requereu, judicialmente, que o administrador do FCVS proceda ao resarcimento destas CCI's com base na rentabilidade dos contratos do FCVS, o que será apurado por meio de perícia judicial. Ademais, não nos foram apresentadas as demonstrações contábeis auditadas das empresas emitentes das CCI's, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Consequentemente, em razão do andamento da citada ação judicial, que resultou na impossibilidade de confirmação direta do referido saldo do administrador do FCVS, bem como pela não disponibilização das demonstrações contábeis auditadas das empresas emitentes das CCI's, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os saldos apresentados pelo Instituto e sobre a eventual necessidade de ajuste desses valores naquela data.
- II. Conforme mencionado na nota explicativa número 4.3.2.(I) (Item D – Fundos de Investimentos – Dívida Externa), o plano BD Saldado possui recursos aplicados no fundo de investimento exclusivo BNY Mellon Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Dívida Externa, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2016, corresponde a R\$ 101.265 mil (1,89% do patrimônio líquido do fundo). Este investimento apresentou desvalorização no exercício de 2016, resultando em perdas ao Instituto no montante de, aproximadamente, R\$ 39.885 mil. A carteira deste fundo é composta unicamente por cotas do fundo Brasil Sovereign II Fundo de Investimento em Dívida Externa, cujas demonstrações contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram por nós auditadas. Como procedimento alternativo, analisamos o relatório de auditoria emitido em 15 de março de 2017 por outros auditores independentes, que conteve as seguintes qualificações (ressalvas):
 - a) ausência de confirmação externa dos emissores das notas promissórias estruturadas quanto aos termos e respectivas taxas contratuais, necessários para determinação do valor justo destes papéis, não tendo sido possível, em função disso, determinar a necessidade ou não de eventuais ajustes no valor destes ativos, bem como os respectivos reflexos no resultado do exercício. O saldo destes papéis, em 31 de dezembro de 2016, corresponde ao montante de R\$ 26.309 mil (26,19% do patrimônio líquido do fundo);
 - b) não disponibilização de informações para determinação do valor justo das notas promissórias emitidas pelo Standard Bank PLC, no montante de R\$ 53.748 mil (53,51% do patrimônio líquido do fundo), referentes a créditos emitidos pela companhia Raymond Holdings C.V., não tendo sido possível determinar a necessidade de ajustes do valor do investimento, bem como ao resultado gerado durante o exercício. Além disso, em virtude da inadimplência da companhia emitente dos créditos, foi constituída provisão para desvalorização correspondente a 100% do valor do ativo, que foi integralmente registrada no exercício de 2016, não tendo sido possível, em virtude da não disponibilização do estudo elaborado pela Administradora, concluir sobre a existência de efeitos dessa provisão sobre os exercícios anteriores; e
 - c) registro, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de ajuste negativo, no montante de R\$ 4.782 mil, decorrente da mudança de metodologia adotada pela Administradora para apuração do valor justo das notas promissórias, sem que tenha havido a reapresentação de saldos anteriores, não tendo sido possível avaliar os eventuais efeitos desse ajuste em exercícios anteriores.

Dessa forma, não foi possível concluirmos sobre a existência ou não de efeitos sobre as demonstrações contábeis do plano BD Saldado, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, decorrentes dos assuntos acima mencionados.

- III. Conforme mencionado nas notas explicativas números 4.3.2.(I) (Item D – Fundos de Investimentos – Direitos Creditórios) e 7.1, o plano BD Saldado possui, em 31 de dezembro de 2016, recursos

aplicados nos fundos exclusivos Postalis Distressed Cadence – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Fechado – FIDC NP (R\$ 355.047 mil), Postalis Distressed Inx – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Fechado – FIDC NP (R\$ 376.611 mil) e Postalis Distressed Novero – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados – FIDC NP (R\$ 117.644 mil), que em conjunto representam 15,84% do patrimônio líquido do plano. As demonstrações contábeis destes fundos, relativas ao período findo em 31 de março de 2017, foram por nós examinadas e nossos relatórios de auditoria foram emitidos com abstenção de opinião, tendo em vista limitação de escopo para validação dos critérios e metodologia de apuração do valor justo das aplicações em direitos creditórios, representados por ações judiciais, constantes das carteiras dos fundos, em virtude de ausência de opinião independente sobre a metodologia adotada. O Conselho Deliberativo do Instituto formulou, em 27 de junho de 2017, consulta à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, com o objetivo de obter manifestação formal acerca do tratamento contábil relativo à reprecificação das cotas dos fundos. Até o término de nossos trabalhos, não houve manifestação por parte da Previc sobre este assunto. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias atuais, concluir acerca dos eventuais reflexos sobre as demonstrações contábeis do plano BD Saldado decorrentes da avaliação a valor justo dos ativos, bem como quanto à contabilização da reprecificação das cotas dos fundos.

IV. Conforme mencionado na nota explicativa número 4.3.1.(I), o plano BD Saldado possui, em 31 de dezembro de 2016, aplicações em fundos de investimentos, no montante de R\$ 2.596.996 mil, em créditos privados e depósitos em companhias fechadas e sociedades limitadas, nos montantes de, respectivamente, R\$ 359.346 mil e R\$ 30.536 mil, bem como em ações de sociedades de propósito específico, no montante de R\$ 167.017 mil. As demonstrações contábeis destes investimentos, correspondentes aos exercícios findos até a data de emissão de nosso relatório, não foram por nós auditadas. Como procedimento alternativo, analisamos os relatórios de auditoria emitidos pelos auditores independentes destes investimentos, por meio do qual constatamos a existência de situações que podem indicar a perda do valor recuperável destes ativos, quais sejam: (i) fundos com relatório de auditoria com abstenção de opinião dos auditores independentes (R\$ 68.450 mil – 1,28% do patrimônio líquido do plano); (ii) fundos com menção de parágrafo de ênfase de continuidade na opinião dos auditores independentes (R\$ 279.620 mil – 5,21% do patrimônio líquido do plano). Além disso, existem fundos e empresas para os quais não nos foram apresentadas as demonstrações financeiras auditadas (R\$ 1.164.569 mil – 21,71% do patrimônio líquido do plano). O Postalis não possui procedimentos de avaliação, mensuração e reconhecimento de perda do valor recuperável (*impairment*) para estes investimentos. Dessa forma, não nos foi possível avaliar, nas condições atuais, os eventuais efeitos sobre estes ativos, bem como sobre os valores registrados no resultado do exercício, decorrentes da adoção dos procedimentos de avaliação da perda do valor recuperável em 31 de dezembro de 2016.

Base para opinião com ressalva (Plano Postalprev)

I. Conforme mencionado nas notas explicativas números 4.3.2.(II) (Item D – Fundos de Investimentos – Direitos Creditórios) e 7.1, o plano Postalprev possui, em 31 de dezembro de 2016, recursos aplicados no fundo exclusivo Postalis Distressed Cadence II – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Fechado – FIDC NP, no montante de R\$ 265.030 mil (5,74% do patrimônio líquido do plano). As demonstrações contábeis deste fundo, relativas ao período findo em 31 de março de 2017, foram por nós examinadas e nossos relatórios de auditoria foram emitidos com abstenção de opinião, tendo em vista limitação de escopo para validação dos critérios e metodologia de apuração do valor justo das aplicações em direitos creditórios, representados por ações judiciais, constantes das carteiras dos fundos, em virtude de ausência de opinião independente sobre a metodologia adotada. O Conselho Deliberativo do Instituto formulou, em 27 de junho de 2017, consulta à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, com o objetivo de obter manifestação formal acerca do tratamento contábil relativo à reprecificação das cotas do fundo. Até o término de nossos trabalhos, não houve manifestação por parte da Previc sobre este assunto. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias atuais, concluir acerca dos

eventuais reflexos sobre as demonstrações contábeis do plano Postalprev decorrentes da avaliação a valor justo dos ativos, bem como quanto à contabilização da reprecificação das cotas do fundo.

- II. Conforme mencionado na nota explicativa número 4.3.2.(II), o plano Postalprev possui, em 31 de dezembro de 2016, aplicações em fundos de investimentos, no montante de R\$ 779.886 mil, em créditos privados e depósitos em companhias fechadas e sociedades limitadas, nos montantes de, respectivamente, R\$ 75.120 mil e R\$ 4.541 mil, bem como em ações de sociedades de propósito específico, no montante de R\$ 385.288 mil. As demonstrações contábeis destes investimentos correspondentes aos exercícios findos até a data de emissão de nosso relatório, não foram por nós auditadas. Como procedimento alternativo, analisamos os relatórios de auditoria emitidos pelos auditores independentes destes investimentos, por meio do qual constatamos a existência de situações que podem indicar a perda do valor recuperável destes ativos, quais sejam: (i) fundos e empresas com relatório de auditoria com abstenção de opinião dos auditores independentes (R\$ 106.141 mil – 2,30% do patrimônio líquido do plano); (ii) fundos com menção de parágrafo de ênfase de continuidade na opinião dos auditores independentes (R\$ 66.053 mil – 1,43% do patrimônio líquido do plano). Além disso, existem fundos e empresas para os quais não nos foram apresentadas as demonstrações financeiras auditadas (R\$ 146.023 mil – 3,16% do patrimônio líquido do plano). O Postalis não possui procedimentos de avaliação, mensuração e reconhecimento de perda do valor recuperável (*impairment*) para estes investimentos. Dessa forma, não nos foi possível avaliar, nas condições atuais, os eventuais efeitos sobre estes ativos, bem como sobre os valores registrados no resultado do exercício, decorrentes da adoção dos procedimentos de avaliação da perda do valor recuperável em 31 de dezembro de 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa abstenção de opinião para as demonstrações consolidadas e do plano BD Saldado, com ressalva para as demonstrações individuais do plano Postalprev e sem ressalva para as demonstrações individuais do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Ênfases

- I. Conforme mencionado na nota explicativa número 4.3.6.(I), a rentabilidade dos investimentos do plano BD Saldado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, ficou abaixo das metas atuariais estabelecidas. Este fato, juntamente com a constituição das provisões matemáticas, contribuiu para que fosse apurado, em 31 de dezembro de 2016, déficit total de R\$ 7.372.525 mil (R\$ 6.770.514 mil em 31 de dezembro de 2015), dos quais, R\$ 6.262.210 mil (R\$ 5.253.254 mil em 31 de dezembro de 2015) foram equacionados pelo Instituto. Conforme mencionado na nota explicativa número 5.3.1.(III), foram instituídas cobranças extraordinárias dos patrocinadores, participantes e assistidos para equacionamento dos déficits apurados, de acordo com o disposto na Resolução CNPC no. 22, cujo fluxo de recebimentos futuros é fundamental para cumprimento do custeio aprovado e, consequentemente, a continuidade do plano BD Saldado. Conforme comentado na nota explicativa número 1.1.(I), foi elaborado relatório de avaliação da capacidade da continuidade operacional do Plano BD Saldado, aprovado pela Diretoria Executiva do Instituto, o qual prevê a viabilidade financeira do plano BD Saldado para honrar seus compromissos financeiros pelo prazo de 20 anos, aproximadamente. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.
- II. Chamamos a atenção para o assunto mencionado na nota explicativa número 5.3.1.(III), que trata do equacionamento do déficit do plano BD Saldado relativo ao exercício de 2015, no montante

de R\$ 761.309 mil, o qual foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do Instituto, conforme determina a Resolução CNPC no. 22. A cobrança das contribuições extraordinárias instituídas por este equacionamento aguarda manifestação prévia da patrocinadora ECT e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), vinculada ao Ministério do Planejamento. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

- III. O compromisso referente ao serviço passado, apurado por ocasião da adequação da Reserva de Tempo de Serviço Anterior – RTSA, apresentou, em 31 de dezembro de 2016, saldo atualizado de R\$ 1.454.238 mil. Esta reserva reflete o montante atribuído ao tempo de serviço anterior à data de criação do plano de Benefício Definido. A Administração do Instituto recebeu do patrocinador (ECT) correspondência informando que foi aprovada em reunião extraordinária do seu Conselho de Administração a suspensão dos pagamentos dos valores relativos à RTSA, conforme orientação do Ofício nº 23/2014/SSPG/SE-MC, do Ministério das Comunicações. Diante disso, este montante foi incluído no total do déficit técnico equacionado em 2015, tendo em vista que não haverá integralização da parcela das provisões matemáticas a constituir pelo patrocinador, devendo ser coberta pelo aumento das contribuições extraordinárias dos participantes. Conforme mencionado na nota explicativa número 6.2, a Administração do Instituto impetrou ação contra a patrocinadora ECT para cobrança da dívida, a qual encontra-se em andamento, sem decisão final. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.
- IV. A Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e da manipulação da gestão dos fundos de previdência complementar de empresas estatais, apresentou, em 14 de abril de 2016, relatório final sobre as investigações e levantamentos realizados, no qual constam operações e ex-dirigentes do Instituto Postalis, que também vêm sendo investigados no âmbito da denominada “Operação Lava Jato”. O citado relatório concluiu pelo encaminhamento ao Ministério Público Federal dos fatos investigados para a adoção das medidas cabíveis no intuito de se responsabilizar os agentes envolvidos nas denúncias e promover o resarcimento dos prejuízos causados. Além disso, conforme citado no referido relatório, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM também instaurou procedimentos administrativos para apurar a prática de irregularidades de investimentos realizados com recursos do Instituto. Conforme citado nas notas explicativas números 6.1 e 7.2, a Administração do Postalis impetrou ação judicial contra as empresas BNY Mellon Administração de Ativos e BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda., cujo objetivo é receber a multa contratual decorrente do inadimplemento dos réus, bem como recuperar os prejuízos causados, incluindo danos emergentes e lucros cessantes, em virtude dessas operações. Em função do estágio preliminar em que se encontram as medidas e ações adotadas, a mensuração dos possíveis efeitos não pode ser estimada. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

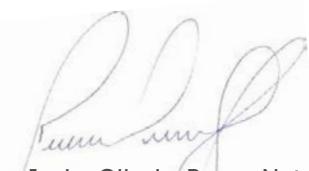
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tornadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo ao longo da auditoria. Além disso:

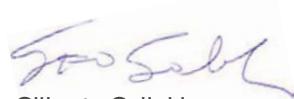
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 26 de julho de 2017.



Josias Oliveira Barros Neto
Contador – CRC/DF 009386/O-1
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC/MG 005455/O-1



Gilberto Galinkin
Contador – CRC/MG 35718/O-8
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC/MG 005455/O-1

Parecer Atuarial

Avaliação Atuarial de 2016

PLANO POSTALPREV

CNPB 2002.0047-65

Parecer Atuarial 125/17

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano POSTALPREV**, administrado e executado pelo **POSTALIS – Instituto de Previdência Complementar** e tendo como patrocinadores a **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT** e o próprio **POSTALIS**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração dos custos dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio.

O **Plano POSTALPREV** está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº **2002.0047-65**, possuindo benefícios de risco estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD) e benefícios programados com características de Contribuição Variável (CV). Portanto, conforme a Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, o Plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV).

A Avaliação Atuarial anual de 2016 contempla o Regulamento vigente na data da Avaliação do **Plano POSTALPREV**. Ressalta-se que o Plano encontra-se em **manutenção normal**.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, na **Data Base de 31/12/2016**, a partir dos dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pelo Instituto, vinculados às Patrocinadoras do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais disponibilizadas pelo **POSTALIS**.

As Provisões Matemáticas, bem como os resultados constantes deste Parecer, estão posicionadas em **31/12/2016**, considerando as informações contábeis e patrimoniais do Plano posicionadas na mesma data.

Ressalta-se que, para o **Plano POSTALPREV**, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de "POSTALPREV", o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Adicionalmente, e em face de o **POSTALIS não ter informado nenhum fato relevante** para este plano, em conformidade com a correspondência **GAMA 135 - CT 468/16** de solicitação de dados, consideramos, portanto, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação aos planos administrados pelo Instituto.

2. RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Os benefícios de risco assegurados pelo **Plano POSTALPREV** são os de Benefício Mínimo, Aposentadoria por Invalidez, Auxílio Doença, Pecúlio por Morte e Pensão por Morte. Todos esses benefícios estão estruturados na modalidade de Benefício Definido, sendo que o Auxílio Doença e o Pecúlio por Morte adotam o regime de Repartição Simples, enquanto que os demais são avaliados sob o regime de Repartição de Capitais de Cobertura.

O benefício programado, qual seja, Renda de Aposentadoria, está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo avaliado através do Regime de Capitalização e pelo método de Capitalização Financeira.

O custo normal total do Plano, apurado de acordo com as disposições regulamentares, em **31/12/2016**, foi de **10,9936%** da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo, referente ao custo dos benefícios previdenciais assegurados pelo Plano, sendo **1,0514%** relativo aos benefícios de risco e **9,9422%** aos benefícios programados. Comparativamente ao exercício de 2015, houve uma redução do custo do Plano de **1,3399** pontos percentuais, motivada pela redução das contribuições básicas e regulares, bem como da redução do custo dos benefícios de risco motivada pelo aumento do Fundo de Cobertura dos Benefícios de Risco e da redução da expectativa de pagamento de saldo projetado decorrente das mudanças cadastrais e das hipóteses de mortalidade geral e entrada em invalidez.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As *Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC*, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do **Plano POSTALPREV**, disponibilizadas pelo **POSTALIS**, foram determinadas em observância à metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial, e montam **R\$245.901.715,92**, sendo **R\$18.365.511,92** estruturados na modalidade de Contribuição Definida e **R\$227.536.204,00** estruturados na modalidade de Benefício Definido.

Já as *Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC*, fixadas com base nas informações individuais dos Participantess Ativos do **Plano POSTALPREV** disponibilizadas pelo **POSTALIS**, foram determinadas em observância à metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial, e montam **R\$3.886.716.024,55**, sendo sua totalidade referente aos benefícios programados estruturados, na fase de acumulação, na modalidade de Contribuição Definida.

Não foram apuradas *Provisões Matemáticas a Constituir*, em **31/12/2016**, para o **Plano POSTALPREV**.

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas do **POSTALIS** com o Plano representam o montante total de **R\$4.132.617.740,47**, em **31/12/2016**.

Comparativamente às Demonstrações Atuariais de encerramento de exercício de 2015, posicionadas em 31/12/2015, a variação nominal das Provisões Matemáticas do **Plano POSTALPREV** foi **positiva em 26,23%**, tendo sido registrado o montante de **R\$3.273.956.750,30** em **31/12/2015**.

A redução de **8,95%** nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos deve-se, em especial, a adequação de metodologia de cálculo das obrigações de Aposentadoria Normal, uma vez que, em 2015, conforme se pôde verificar a partir de informações provenientes do Instituto, foram considerados os Assistidos que recebem benefícios em forma de percentual de saldo como estando em

renda vitalícia. Além desse fato, as demais variações são justificadas pela movimentação da massa de Assistidos existente nas datas bases das Avaliações Atuariais, a qual pode ser expressa pelo aumento da folha anual de benefícios que registrou uma elevação de 11,65%, além de alterações de hipóteses atuariais, conforme será detalhado adiante.

Por estar estruturado majoritariamente na modalidade de Contribuição Definida, sendo a representatividade da parcela em Benefício Definido de 5,51% das Provisões Matemáticas Totais, as variações nas Obrigações Matemáticas do Plano são justificadas, na maior parte, pelas variações nos Saldo de Contas existentes.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge, especialmente, pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios. Para o **Plano POSTALPREV**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2016 do **Plano POSTALPREV**, foram aprovadas pelo **POSTALIS**, sendo que o Instituto estava subsidiado pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **GAMA 135 - RE 087/17**, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Instrução Previc nº **23/2015**.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

○ **Plano POSTALPREV** não apresentou insuficiência de cobertura na data da Avaliação Atuarial de 2016, a que se refere este Parecer.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pelo **POSTALIS**, posicionada em **31/12/2016**, foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados para fins da Avaliação Atuarial anual.

Cumpre-nos esclarecer que a análise efetuada pela Mercer GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o Instituto a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016, o Plano tem constituído o **Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar e Outros Fundos Previstos em Nota Técnica**.

O **Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar** é constituído com as contribuições específicas para cobertura dos benefícios de risco (alíneas "b" e "c" dos artigos 27 e 37 do Regulamento), acrescido dos saldos remanescentes da Conta de Contribuições do Patrocinador no caso de resgate e das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, no caso de Aposentadoria por Invalidez em que o Participante retorno à Atividade. Este Fundo é destinado ao pagamento das despesas com Auxílio-Doença, Pecúlio por Morte e Garantias Mínimas de Pensão por Morte de Participante e Aposentadoria por Invalidez. Em 31/12/2016, montava **R\$255.125.668,22**.

O Fundo Previdencial - **Outros Fundos Previstos em Nota Técnica** é constituído mensalmente pela Provisão Matemática de Participantes e Assistidos falecidos cujos benefícios de auxílio-doença ou de aposentadoria não se transformem em Pensão; pela Provisão Matemática de Pensionistas cuja Pensão se extinga pela desabilitação de todos os Beneficiários; e, quando determinado no Plano de Custo, parcela das Contribuições Específicas destinadas a segurar o Plano quanto ao esperado desagravamento da taxa de mortalidade. Além desses recursos, anualmente, o Fundo Previdencial agrega o resultado do acompanhamento das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos ora corrigidas pela rentabilidade do Plano ora atualizadas pela variação nominal do INPC acrescidos da taxa de juros de 5,5% ao ano. O Fundo será utilizado para auxiliar a não contaminação dos resultados do Plano quando da insuficiência de cobertura das Provisões geradas pelas perdas atuariais (hipóteses atuariais não realizadas). Em 31/12/2016, montavam **R\$42.815.925,72**.

2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das **Provisões Matemáticas** de **R\$4.132.617.740,47**, em relação aos benefícios concedidos e a conceder, com o valor do **Patrimônio de Cobertura do Plano**, correspondente ao montante de **R\$4.217.346.195,44**, verifica-se um **superávit técnico acumulado** no montante de **R\$84.728.454,97**, em 31/12/2016, que representou um aumento de 1.115,01% comparativamente ao resultado observado em 31/12/2015, quando se verificou um superávit de **R\$ 6.973.472,81**.

O aumento do superávit se deve, principalmente, pela adequação de metodologia de cálculo das obrigações de Aposentadoria Normal, uma vez que, em 2015, conforme se pôde verificar a partir de informações provenientes do Instituto, foram considerados os Assistidos que recebem benefícios em forma de percentual de saldo como estando em renda vitalícia.

No período compreendido entre janeiro/2016 e dezembro/2016, a meta atuarial do Plano foi de 12,44%, composta pelo INPC de 6,58% mais taxa de juros de 5,50%, enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período foi de 18,22%, conforme informação repassada pelo **POSTALIS**, representando um ganho atuarial de 5,14%, que também contribuiu para o aumento do superávit do Plano.

Em atendimento à Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, apurou-se o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 19/2015, o ajuste de precificação apurado pelo **POSTALIS** foi de **R\$15.152.068,31**, em 31 de dezembro de 2016. Assim, o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano é superavitário, no montante de **R\$99.880.523,28**. Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual destinação de superávit.

2.2.4 NATUREZA DO RESULTADO

O resultado superavitário do Plano apresenta características **estruturais e conjunturais**, sendo oriundo, dentre outras causas, de adequação de metodologia de cálculo procedida nesta Avaliação Atuarial de 2016, bem como da superação meta atuarial pelas rentabilidade do Plano e de outras variações estatísticas em torno das premissas atuariais adotadas.

Da totalidade do superávit técnico apurado em 31/12/2016, ou seja, **R\$84.728.454,97**, que representa 37,24% das Provisões Matemáticas estruturadas em Benefício Definido, foi alocado **R\$56.884.051,00** em **Reserva de Contingência**, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29/09/2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 22, de 25/11/2015, a qual dispõe que o limite máximo da Reserva de Contingência será de 25,00% das Provisões em Benefício Definido, em razão da Duração do Passivo do Plano ter sido de 17,67 anos, em dezembro de 2016, e **R\$27.844.403,97** foi alocado na Reserva Especial para Revisão do Plano.

Considerando que este é o primeiro ano que foi observado a existência de Reserva Especial para Revisão do Plano, não há obrigatoriedade de destinação de superávit nesta Avaliação.

2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

○ **Plano POSTALPREV** não apresentou Déficit Técnico na data da Avaliação Atuarial de 2016.

2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios programados, o regime de Capitalização conjugado com o método de Capitalização Financeira. Para os benefícios não programados, estruturados em benefício definido utiliza-se o Regime de Repartição Simples para o benefício de Auxílio Doença e, para os demais benefícios, é utilizado o regime de Repartição de Capitais de Cobertura.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

- 1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em **31/12/2016**, os valores de patrimônio, ativos de investimentos, fundos dos investimento e administrativo, e exigíveis do Plano utilizados foram os informados pelo **POSTALIS**, através do Balancete Contábil do referido mês, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade do Instituto, e considerados, para fins da avaliação, que tais valores refletem a realidade dos fatos;
- 2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pelo Instituto, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que, para tal, a Fundação deverá atestar a possibilidade de manutenção destes até os seus respectivos vencimentos com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores;
- 3) Os **Fundos** do Plano montavam, em **31/12/2016**, a quantia de **R\$402.099.336,40**, sendo **R\$297.941.593,44** referentes a **Fundos Previdenciais**, **R\$102.052.318,14** referentes ao **Fundo Administrativo** e **R\$2.105.424,82** referentes ao **Fundo dos Investimentos**;

- 4) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2016, comparativamente às adotadas para o exercício de 2015, procederam-se às seguintes alterações:
- I. **Crescimento Salarial:** 2,20% a.a. em substituição a 3,46% para os cargos Nível Superior e 3,03% para os cargos Nível Médio;
 - II. **Rotatividade:** Experiência POSTALPREV 2013-2015 em substituição a Taxa média de 2,81% até 48 anos, acima 0,00%;
 - III. **Composição Familiar:** Benefícios a Conceder: Família Padrão e Benefícios Concedidos: Família Real, em substituição à utilização da Função "Hx";
 - IV. **Fator de Capacidade:** 0,9801 em substituição a 0,9780;
 - V. **Mortalidade Geral:** AT 2000 M&F em substituição a AT 2000 Basic M&F;
 - VI. **Mortalidade de Inválidos:** RP 2000 DISABLED M&F em substituição a AT 49 (agravada em 50%); e,
 - VII. **Entrada em Invalidez:** LIGHT MÉDIA D60% em substituição a ALVARO VINDAS.

3. PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o exercício de 2017, com início de vigência até 1º de agosto de 2017, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo do **POSTALIS** e pelas Patrocinadoras antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo ao **POSTALIS** zelar pela sua fruição:

PLANO DE CUSTEIO		
PARTICIPANTES		
CONTRIBUIÇÃO NORMAL		
PARTICIPANTES	Contribuição Básica	Parcela P - Entre 1,00% e 4,00%
	Contribuição Voluntária	Parcela K - Entre 0% e 8% aplicado sobre o Salário de Contribuição excedente a 11 (onze) Unidades Previdenciárias
	Contribuição Extraordinária	Mínimo de 1 Unidade Previdenciária
	Contribuição Específica*	0,5257%
PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS	Contribuição Básica	Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora
	Contribuição Específica	1,0514%
ASSISTIDOS		0,00%
PATROCINADORAS		
CONTRIBUIÇÃO NORMAL		
Contribuição Regular		100% da Contribuição Básica dos não elegíveis
Contribuição Específica		Paritária a dos Participantes
CUSTEIO ADMINISTRATIVO**		
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre as Contribuições Básicas dos Participantes		7,00%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre as Contribuições Regulares das Patrocinadoras		7,00%
c) Taxa de Carregamento aplicável sobre o benefício de renda mensal dos Assistidos		0,384%
d) Participantes que optaram pelo Instituto Benefício Proporcional Diferido e cancelados que não optam por um instituto (sobre o último Salário de Contribuição).		0,768%
f) Taxa de Carregamento, referente aos Participantes Vinculados pelo Instituto de Autopatrocínio, incidentes sobre as Contribuições Básicas e Regulares.		7,00%

*Redução motivada pelo aumento do Fundo Coletivo de Cobertura dos Benefícios de risco em 2016, bem como as mudanças cadastrais e das hipóteses de mortalidade geral e entrada em invalidez;

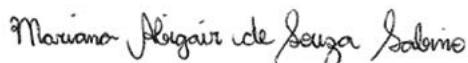
** Alíquotas apuradas pelo Postalis e informadas à Mercer Gama.

4. CONCLUSÃO

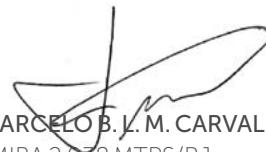
Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do **Plano POSTALPREV**, em **31/12/2016**, é superavitária em **R\$84.728.454,97**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo que o montante de **R\$56.884.051,00** foi alocado em **Reserva de Contingência** e o restante do superávit foi alocado em **Reserva Especial para Revisão do Plano**, no valor de **R\$27.844.403,97**, tendo esse montante sido constituído no exercício de 2016, motivo pelo qual não há obrigatoriedade quanto à destinação da Reserva Especial em 2017, visto que é o primeiro ano de apuração dessa reserva.

Este é o Parecer.

Brasília, 09 de maio de 2017.



MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO
Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ
SUPERVISORA ATUARIAL



JOÃO MARCELO B. L. M. CARVALHO
Atuário MIBA 2.058 MTPS/RJ
DIRETOR DE OPERAÇÕES E PREVIDÊNCIA

Pareceres Atuariais

Avaliação Atuarial de 2016
PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO
CNPB 1981.0004-29
Parecer Atuarial 126/17

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano de Benefício Definido**, administrado e executado pelo **POSTALIS – Instituto de Previdência Complementar** e tendo como patrocinadoras a **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos** e o próprio **POSTALIS**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração dos custos dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio.

O **Plano de Benefício Definido - PBD** é um Plano Saldado e fechado a novas adesões, ou seja, em extinção, estando registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº **1981.0004-29**, possuindo benefícios de risco e benefícios programados estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD). Portanto, conforme a Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, o Plano está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD).

A Avaliação Atuarial anual de 2016 contempla o Regulamento vigente na data da Avaliação do **Plano de Benefício Definido**.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, na **Data Base de 31/12/2016**, a partir dos dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pela Entidade, bem como das informações contábeis e patrimoniais disponibilizadas pela Entidade.

As Provisões Matemáticas, assim como os resultados constantes deste Parecer, estão posicionadas em **31/12/2016**, considerando as informações contábeis e patrimoniais do Plano posicionadas na mesma data.

Ressalta-se que, para o **Plano de Benefício Definido**, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de "**PBD**", o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Adicionalmente, e em face de o **POSTALIS não ter informado nenhum fato relevante** para este Plano, exceto pelo do processo de alteração regulamentar em andamento do **Plano De Benefício Definido**, cujos reflexos não afetam esta Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016, em conformidade com a correspondência **GAMA 135 - CT 468/16** de solicitação de dados, consideramos, portanto, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação aos planos administrados pelo Instituto.

2. RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Tendo em vista que o **Plano de Benefício Definido** é um **plano saldado**, o custo normal deste Plano apresenta-se nulo, de acordo com os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios por este assegurados, nesta Avaliação Atuarial Anual de 2016.

Adicionalmente, ressalta-se que, conforme previsto no Regulamento do Plano, os Aposentados que percebem Abono realizam contribuição, líquida de carregamento administrativo, equivalente a **8,10% do Benefício**, limitado ao valor do Abono. Por sua vez, a Patrocinadora contribuirá paritariamente com a contribuição do Aposentado.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do **Plano de Benefício Definido**, disponibilizadas pelo **POSTALIS**, foram determinadas em observância à metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial, e montam **R\$7.061.742.092,00**, sendo sua totalidade estruturada na modalidade de Benefício Definido (BD), segregados em **R\$5.619.432.995,00**, referentes aos benefícios programados, e **R\$1.442.309.097,00**, referentes aos benefícios não programados.

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC**, fixadas com base nas informações individuais dos Participantes do **Plano de Benefício Definido** disponibilizadas pelo **POSTALIS**, foram determinadas em observância à metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial, e montam **R\$5.658.924.160,30**, sendo **R\$4.902.945.673,30**, referentes aos benefícios programados, e **R\$755.978.487,00**, referente aos benefícios não programados, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

As **Provisões Matemáticas a Constituir** montam, em **31/12/2016**, **R\$6.262.210.396,93**, e referem-se, integralmente, a equacionamentos de déficits, sendo **R\$1.201.088.959,46** referentes ao déficit registrado no exercício de 2012, **R\$4.299.812.687,85** referentes ao déficit registrado no exercício de 2014 e **R\$761.308.749,62** referentes ao equacionamento do déficit registrado no exercício de 2015.

Dessa forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas do **POSTALIS** com o Plano representam o montante total de **R\$6.458.455,37**, em **31/12/2016**.

Comparativamente às Demonstrações Atuariais de encerramento de exercício de 2015, posicionadas em 31/12/2015, a variação nominal das Provisões Matemáticas do **Plano de Benefício Definido** foi **negativa em 1,85%**, tendo sido registrado o montante de **R\$6.579.910.262,05** em **31/12/2015**.

O aumento de **16,33%** nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos deve-se, sobretudo, às mudanças nas hipóteses atuariais, quais sejam, tábua de mortalidade geral, fator de capacidade e taxa de juros. Além desses fatos, as demais variações são justificadas por movimentações na massa de assistidos, ocorridas nas datas bases das Avaliações Atuariais, dentro do que se destaca o aumento da folha anual de benefícios, que registrou uma elevação de **11,00%**.

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder apresentou uma redução de **1,81%**, devido, especialmente, à redução do número de Participantes (por aposentadorias, falecimentos e saídas do

Plano) e pela alteração das hipóteses de rotatividade e entrada em invalidez, sendo atenuada essa redução pela alteração das demais hipóteses atuariais realizadas neste exercício.

Por fim, o aumento das Provisões Matemáticas a Constituir se deve especialmente, pelo equacionamento do déficit do exercício de 2015, realizado no exercício de 2016, no montante de **R\$761.308.749,62**.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge, especialmente, pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios. Para o **Plano de Benefício Definido**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2016 do **Plano de Benefício Definido** foram aprovadas pelo **POSTALIS**, sendo que o Instituto estava subsidiado pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **GAMA 135 - RE 087/17**, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Instrução Previc nº 23/2015.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 4 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade montava **R\$54.657.083,88**, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$1.055.658.202,38**.

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício, de 15,53 anos, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2016 seria de **R\$744.659.960,12** (11,53% das Provisões Matemáticas). Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação superior ao limite em **R\$310.998.242,26**, haverá necessidade de equacionamento obrigatório da parcela que excede ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2017, podendo, nos termos da Instrução Previc nº 32/2016, ser utilizado como fonte alternativa de recursos para o equacionamento do déficit eventuais resultados líquidos positivos obtidos entre a data de apuração do valor a ser equacionado e a data de aprovação do plano de equacionamento, desde que sejam derivados exclusivamente de excedente de rentabilidade financeira em relação à meta atuarial adotada na avaliação atuarial em que se apurou o valor do déficit a ser equacionado.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pelo **POSTALIS**, posicionada em **31/12/2016**, foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações do Instituto, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados para fins da Avaliação Atuarial anual.

Cumpre-nos esclarecer que a análise efetuada pela Mercer GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o Instituto a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016, o PBD não possuía fundos previdenciais.

2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das **Provisões Matemáticas** de **R\$6.458.455.855,37**, em relação aos benefícios concedidos e a conceder, deduzidas das provisões a constituir no montante de R\$6.262.210.396,93, com o valor do **Patrimônio de Cobertura do Plano**, correspondente ao montante de **R\$5.348.140.569,11**, verifica-se um **déficit técnico acumulado** no montante de **R\$1.110.315.286,26, em 31/12/2016, que representou uma redução de 26,82%, comparativamente ao resultado observado em 31/12/2015, de R\$1.517.260.011,24**.

A redução do déficit se deve, principalmente, ao plano de equacionamento do déficit de 2015, que fez com que fossem transferidos R\$761.308.749,62 do Equilíbrio Técnico para as Provisões Matemáticas a Constituir.

No período compreendido entre janeiro/2016 e dezembro/2016, a meta atuarial do Plano foi de 12,39%, composta pelo INPC de 6,58% mais taxa de juros de 5,45% a.a., enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período foi de **10,50%**, conforme informação repassada pelo **POSTALIS**, representando uma perda atuarial de 1,68%.

Em atendimento à Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, apurou-se Equilíbrio Técnico Ajustado. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 19/2015, o ajuste de precificação apurado pelo **POSTALIS** foi de **R\$54.657.083,88**, em 31 de dezembro de 2016. Assim, o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano é deficitário em **R\$1.055.658.202,38**.

2.2.4 NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2016, observa-se que o Plano apresentou déficit técnico, o qual foi resultante de causas **conjunturais e estruturais**, sendo oriundo, sobretudo, das alterações de hipóteses e oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano, bem como do não atingimento da meta atuarial.

Importante mencionar que a situação deficitária do Plano faz com que esse déficit seja atualizado para o ano seguinte, atualizado pela meta atuarial do Plano, de modo que, para evitar que o déficit do Plano se avolume, ano a ano, se faz necessária uma superação, com margem relevante, da meta atuarial pela rentabilidade do Plano ou outro fator que acarrete um ganho atuarial.

2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

Em conformidade com os ditames da Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, deverá ser elaborado plano de equacionamento caso o déficit observado no encerramento do exercício seja, no caso **Plano de Benefícios Definido**, superior a 11,53% das Provisões Matemáticas, sendo, portanto, necessária a adoção de solução de equacionamento de déficit, uma vez que este monta **16,35%** das Provisões Matemáticas no encerramento do exercício de 2016.

Conforme itens anteriores, o montante mínimo a ser equacionado até o final do exercício de 2017 foi apurado em **R\$310.998.242,26**.

Cumpre-nos esclarecer que os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são mandatórios. O Instituto, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Observado que o Plano se encontra saldado e em extinção e, conforme verificado no estudo de aderência de hipóteses, consolidado no Relatório **GAMA 135 - RE 087/17**, entendemos que os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

1. Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em **31/12/2016**, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimento e administrativo, e exigíveis do Plano utilizados, foram os informados pelo **POSTALIS**, através do Balancete Contábil do referido mês, **sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade do Instituto** e considerados para fins da avaliação que tais valores refletem a realidade dos fatos;
2. Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pelo Instituto, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que, para tal, a Fundação deverá atestar a possibilidade de manutenção destes até os seus respectivos vencimentos com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores;
3. Os Fundos do Plano montavam a quantia de **R\$15.188.183,87**, sendo o montante de **R\$11.226.018,09** referentes ao Fundo dos Investimentos e **R\$3.962.165,78** referentes ao Fundo Administrativo, tendo ambos a respectiva cobertura patrimonial, cuja determinação é de responsabilidade do Instituto. No exercício de 2016 o **Plano PBD** não registrou Fundo Previdencial em seu Balancete, posicionado em **31/12/2016**;
4. Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2016, comparativamente às adotadas para o exercício de 2015, procederam-se às seguintes alterações:
 - v. **Entrada em Aposentadoria:** 24 meses em substituição a 36 meses;
 - vi. **Rotatividade:** EXP. GAMA ROT 2016 (taxa média de 0,71% até a aposentadoria e nula após essa idade) em substituição à Taxa média de 0,8% até 48 anos, acima 0,00%;
 - vii. **Composição Familiar:** Benefícios a Conceder: Família Padrão e Benefícios Concedidos: Família Real em substituição à Função "Hx";
 - viii. **Fator de Capacidade:** 0,9796 em substituição a 0,9780;

- ix. Mortalidade Geral: AT 2000 M&F em substituição a AT 2000 Basic M&F;
- x. Entrada em Invalidez: LIGHT FRACA em substituição à ALVARO VINDAS;
- xi. Taxa de Juros: 5,35% em substituição a 5,45%.

3. PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o exercício de 2017, com início de vigência até 1º de agosto de 2017, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo do **POSTALIS** e pelas Patrocinadoras antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo ao **POSTALIS** zelar pela sua fruição:

PLANO DE CUSTEIO					
PARTICIPANTES					
CONTRIBUIÇÃO NORMAL					
Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano saldado, ou seja, houve a interrupção definitiva do pagamento das contribuições normais futuras a serem vertidas ao plano, o custeio normal de responsabilidade dos Participantes é nulo.					
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT					
a) Compromissos com déficits equacionados ⁽¹⁾ :					
Descrição	Déficit Remanescente	% (percentual do BPS)	Prazo Remanescente (em meses)		
Déficit Equacionado 2012	R\$161.281.860,00	3,94%	267		
Déficit Equacionado 2014	R\$572.881.296,12	13,98%	271		
Déficit Equacionado 2015	R\$185.385.672,37	2,73%	270		
⁽¹⁾ Valores posicionados em 31/12/2016, sendo este valor atualizado mensalmente conforme informações do Instituto POSTALIS.					
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – JOIA					
Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano saldado e fechado a novas adesões, não há contribuições de joia a serem vertidas ao plano.					
PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS e VINCULADOS					
CONTRIBUIÇÃO NORMAL					
Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano saldado, ou seja, houve a interrupção definitiva do pagamento das contribuições normais futuras a serem vertidas ao plano, o custeio normal de responsabilidade dos Participantes Autopatrocinados e Vinculados é nulo.					
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT					
Compromissos com déficits equacionados ⁽²⁾ :					
Descrição	% (percentual do BPS)	Prazo Remanescente (em meses)			
Déficit Equacionado 2012	7,88%	267			
Déficit Equacionado 2014	27,96%	271			
Déficit Equacionado 2015	5,46%	270			
⁽²⁾ Os Participantes Autopatrocinados e Vinculados contribuem com o dobro dos percentuais referente às contribuições extraordinárias dos Participantes.					
PATROCINADORAS					
CONTRIBUIÇÃO NORMAL					
Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano saldado, ou seja, houve a interrupção definitiva do pagamento das contribuições normais futuras a serem vertidas ao plano, o custeio normal de responsabilidade da Patrocinadora é nulo.					
A Patrocinadora contribuirá com o montante equivalente à soma das Contribuições devidas pelos Assistidos vinculados ao Patrocinador.					
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT					
b) Compromissos com déficits equacionados ⁽¹⁾ :					
Descrição	Déficit Remanescente	Parcela	Prazo Remanescente (em meses)		
Déficit Equacionado 2012	R\$600.579.474,19	R\$7.345.442,41	267		
Déficit Equacionado 2014	R\$2.149.953.895,39	R\$18.717.827,87	271		
Déficit Equacionado 2015	R\$380.654.374,81	R\$2.420.492,24	270		

PLANO DE CUSTEIO

¹¹ Valores contratados firmados entre a Patrocinadora e o Instituto, posicionados em 31/12/2016, sendo este valor atualizado mensalmente conforme informações do Instituto POSTALIS.

ASSISTIDOS

CONTRIBUIÇÃO NORMAL

APOSENTADOS	Percentual sobre o valor do benefício mensal da renda continuada percebido pelos Aposentados que recebem Abono, limitado ao valor do Abono, na forma prevista nos ditames regulamentares.	8,10%
PENSIONISTAS	Não Aplicável	0,00%

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT

c) Compromissos com déficits equacionados ¹¹:

Descrição	Déficit Remanescente	% (percentual do BPS)	Prazo Remanescente (em meses)
Déficit Equacionado 2012	R\$439.227.625,27	3,94%	267
Déficit Equacionado 2014	R\$1.576.977.496,34	13,98%	271
Déficit Equacionado 2015	R\$195.268.702,44	2,73%	270

¹¹ Valores posicionados em 31/12/2016, sendo este valor atualizado mensalmente conforme informações do Instituto POSTALIS.

CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Em conformidade com a definição do Instituto acerca do Custeio Administrativo do Plano de Benefício Definido, seguem a seguir:

a) Taxa de Carregamento aplicável sobre os benefícios dos Assistidos que vertem Contribuições Normais de responsabilidade da Patrocinadora	0,600%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre os benefícios dos Assistidos que vertem Contribuições Normais	0,600%
c) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,072%

Ressalta-se que o Plano de Custeio Administrativo deverá ser objeto de deliberação pela Entidade.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do **Plano de Benefício Definido**, em **31/12/2016** é deficitária em **R\$1.110.315.286,26**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

Levando-se em consideração o ajuste de precificação, o Plano apresenta **Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário** de **R\$1.055.658.202,38**, o que representa 16,35% das Provisões Matemáticas, ficando, desta forma, acima do limite máximo definido conforme Resolução MPS/CNPC nº 22/2015, de **R\$744.659.960,12**, ou 11,53% das Provisões Matemáticas. Há, portanto, no exercício de 2017, a obrigatoriedade da realização e aprovação de plano de equacionamento de déficit.

Este é o Parecer.

Brasília, 05 de junho de 2017.

Mariana Abigair de Souza Sabino

MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO
Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ
SUPERVISORA ATUARIAL

JOÃO MARCELO BARROS. L. M. CARVALHO
Atuário MIBA 2.038 MTPS/RJ
DIRETOR DE OPERAÇÕES E PREVIDÊNCIA

ANEXO I – EVOLUÇÃO DO RESULTADO

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Equilíbrio Técnico (Déficit)/Superávit em 31/12/2015	(1.517.260.011,24)
Déficit equacionado 2015	761.308.749,62
Alterações da base cadastral ⁽¹⁾	731.901.438,05
Atualização do Déficit acumulado em 2015 ⁽²⁾	(187.988.515,39)
Perda decorrente da rentabilidade abaixo da meta atuarial ⁽³⁾	(96.722.714,53)
Alteração Hipótese Atuariais	(955.290.281,08)
Fator de Capacidade ⁽⁴⁾	(20.559.991,92)
Taxa de Juros ⁽⁵⁾	(149.065.305,72)
Rotatividade ⁽⁶⁾	105.772.206,18
Entrada em Aposentadoria ⁽⁷⁾	(272.087.722,02)
Mortalidade Geral ⁽⁸⁾	(176.227.967,22)
Entrada em Invalidez ⁽⁹⁾	20.029.421,62
Composição Familiar ⁽¹⁰⁾	(463.150.922,00)
Outras Causas ⁽¹¹⁾	(153.736.048,31)
Equilíbrio Técnico – (Déficit)/Superávit em 31/12/2016	(1.110.315.286,26)

- (1) Considera o impacto da saída de Participantes ou Assistidos que não requereram benefícios de Aposentadoria ou geraram Pensões no Plano, bem como variações dos benefícios saldados e do INSS utilizados;
- (2) Representa a aplicação da meta atuarial (12,39%) sobre o déficit remanescente no final do exercício de 2015 e que não foi equacionado;
- (3) A rentabilidade do Plano BD no exercício de 2016 foi de 10,50%, inferior à meta atuarial (12,39%), gerando uma perda técnico-atuarial de 1,68% das Provisões Matemáticas;
- (4) Aumento da hipótese de 97,80% para 97,96%, 0,16 ponto percentual;
- (5) Redução de 0,10 ponto percentual na taxa de juros, sendo adotada a taxa de juros real de 5,35% ao ano em substituição a taxa de 5,45% ao ano;
- (6) Mudança da premissa de Taxa média de 0,8% até 48 anos e 0% após essa idade, para a hipótese EXP. GAMA ROT 2016, criada com base nos dados de desligamentos de Participantes do Plano nos últimos 8 anos, que possui uma média de 0,71% até a data de aposentadoria;
- (7) Alteração da hipótese de postergação da aposentadoria de 36 meses para 24 meses;
- (8) Adoção da Tábua de Mortalidade AT-2000, segregada por sexo, em substituição da Tábua AT-2000 Basic M&F;
- (9) Mudança da hipótese de entrada em invalidez para a Tábua LIGHT FRACA em detrimento da Tábua ÁLVARO VINDAS, adotada até a Avaliação de 2015;
- (10) Para cálculo do custo de pensão, substituição da Função "Hx" para Composição Familiar real dos Assistidos e Família Padrão para os Participantes Ativos. A Família Padrão utilizada para os benefícios a conceder foi constituída considerando a família média dos Participantes e Assistidos do Plano BD apurada em virtude da atualização cadastral realizada em 2016;
- (11) Variação decorrente de mudança de software/metodologias atuariais, em virtude da troca da empresa atuarial responsável pelo Plano de Benefícios.

Parecer nº 05/2017 do Conselho Fiscal do Postalis

Sobre as demonstrações contábeis de 2016.

O Conselho Fiscal do POSTALIS - Instituto de Previdência Complementar, em conformidade com o Art. 28, Inciso II do Estatuto do POSTALIS – Instituto de Previdência Complementar, consoante ao que estabelece a letra "j", do item 17, do Anexo "C", da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 08, de 31 de outubro de 2011, este Conselho apreciou as Demonstrações Contábeis de 2016, Consolidadas: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e as Individuais por Plano de Benefícios Saldado e Postalprev: Demonstração do Ativo Líquido do Plano (DAL), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) e a Demonstração das Provisões Técnicas (DPT), consubstanciado pelos Pareceres Atuariais da Empresa MERCER GAMA, responsável técnica pelos Planos de Benefícios do POSTALIS, assim como pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela Empresa BAKER TILLY BRASIL Auditores e Consultores. Diante das análises efetuadas, este Conselho conclui que não é possível assegurar que as referidas Demonstrações refletem efetivamente a situação patrimonial e financeira de seus Planos de Benefícios, principalmente em decorrência da Abstenção de Opinião e Ressalva apresentadas no Parecer da Auditoria Independente. Assim, este Conselho não recomenda as suas aprovações, principalmente pelos seguintes destaques:

- a. Abstenção de Opinião, Ressalva e Ênfases contidas nos Relatório/Parecer da Auditoria Independente em função da sua consistência técnica.
- b. No Relatório/Parecer dos Auditores identificamos que 44,04% dos investimentos em fundos e créditos privados do Plano Saldado possui risco de incerteza com relação à confirmação das consistências dos saldos registrados contabilmente. No caso do Plano POSTALPREV essa incerteza é de 12,63%, e no Consolidado de 29,50%.
- c. No Plano Saldado e Postalprev o resultado apresentado está impactado pela contabilização do resultado positivo da reprecificação dos Defaults alocados nos Fundos de Direitos Creditórios (FIDC) Não Padronizados, sem que houvesse a manifestação da PREVIC sobre a forma de registro contábil a ser adotada no caso específico. Assim, ao se excluir os valores contabilizados os resultados dos Planos seriam os seguintes: Plano Saldado Déficit Acumulado de R\$ 1.944.617 mil ao invés de R\$ 1.110.315 mil. Plano Postalprev Déficit Acumulado de R\$ 180.302 mil ao invés de Superávit Acumulado de R\$ 84.728 mil.
- d. Indefinição em relação ao pagamento da RTSA.
- e. O Plano de Equacionamento do Déficit Acumulado de 2016 do Plano Saldado deverá ser reavaliado, em função do citado anteriormente.
- f. Situação de continuidade do Plano Saldado decorre diretamente dos fluxos de pagamentos da Patrocinadora ECT, dos Participantes e dos Assistidos, referentes aos valores dos equacionamentos dos déficits em andamento.

Brasília/DF, 9 de agosto de 2017.


REGINALDO CHAVES DE ALCANTARA
Presidente do Conselho Fiscal


JULIANO ARMSTRONG ARNSTI
Membro Efetivo

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício de 2016

O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência Complementar - Postalis registra as seguintes informações relativas às Contas Gerais - Exercício de 2016 que considera importantes:

I - PBD Saldado

Considerando a abstenção da Auditoria Independente, a manifestação do Conselho Fiscal, bem como as informações prestadas pela Diretoria Executiva, Auditoria Independente e Consultoria Atuarial, verifica-se a necessidade de obtenção de parecer sobre as contas do Plano referenciado, uma vez que, pela abstenção apesentada pela Auditoria Independente, não há condições de estabelecimento do valor real do patrimônio líquido do Plano PBD. Assim sendo, determina-se à Diretoria Executiva a implementação imediata de novo plano de ação, específico, para o referido Plano de Benefícios, no tocante aos pontos elencados no Parecer da Auditoria Independente, a ser apresentado no prazo máximo de 40 dias corridos; reunião urgente com a PREVIC para tratar das ações a serem adotadas, como forma de apoio e subsídios, no que couber. Tais determinações tornam-se necessárias para viabilizar uma nova avaliação pelos órgãos estatutários com relação ao Plano PBD Saldado.

II - POSTALPREV

Considerando a opinião com ressalvas do Plano POSTALPREV, tendo em vista que o resultado apresentado está impactado pela contabilização do resultado positivo da reprecificação dos ativos em *default*, alocados nos Fundos de Direitos Creditórios Não Precificados - FIDC-NP, bem como pelo Postalis não possuir procedimentos de avaliação, mensuração e reconhecimento de perda do valor recuperado para alguns Fundos de Investimentos (*impairment*), também é determinado a implementação de plano de ação, a ser apresentado no prazo máximo de 40 dias corridos, para correção das ressalvas registradas pela Auditoria Independente.

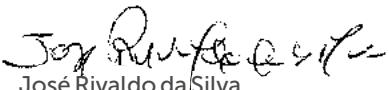
III - PGA

Considerando a opinião favorável da Auditoria Independente, de que as Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual de suas operações.

Decisão: Após votação, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência Complementar - Postalis, em cumprimento ao disposto no artigo 24, inciso V do Estatuto da entidade, regista, por unanimidade, sua manifestação com relação às CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016, a saber: a) Plano PBD Saldado: não aprovação, pelos motivos descritos no item I desta Ata; b) Plano POSTALPREV: aprovado, com as ressalvas apresentadas pela Auditoria Independente; e c) PGA: aprovado, sem ressalvas.

Brasília, 10 de agosto de 2017.


Máximo Joaquim Calvo Villar Junior
Conselheiro Efetivo / Presidente Suplente


José Rivaldo da Silva
Conselheiro Efetivo


Ângela Rosa da Silva
Conselheira Suplente


Sergio Maurício Bleasby Rodrigues
Conselheiro Efetivo

Expediente

DIRETORIA EXECUTIVA

Responsável pela administração do POSTALIS, de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, a Diretoria-Executiva é integrada por quatro membros, sendo 2 indicados pelos Correios (Presidente e Diretor de Investimentos) e 2 eleitos pelos participantes (Diretor Administrativo-Financeiro e o Diretor de Benefícios), nomeados pelo Conselho Deliberativo, para um mandato de três anos.



PRESIDENTE
**André Luiz Carvalho
da Motta e Silva**

André Motta é natural do Rio de Janeiro e formado em Direito e Economia pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/RIO. Ocupou diversos cargos de gestão junto ao Governo do Distrito Federal, entre os anos de 1999 e 2011, dentre eles o de Chefe da Coordenadoria de Planejamento e Modernização da TERRACAP (Companhia Imobiliária de Brasília), onde foi responsável por inovações como a implantação do sistema de gestão empresarial e a certificação ISO, tornando a TERRACAP a primeira empresa certificada do GDF. André Motta foi Secretário-Adjunto de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico, da Agência de Desenvolvimento Econômico e Comércio Exterior e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo

do Distrito Federal, tendo inclusive respondido como titular desta última em 2006. Na CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal foi Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor de Parcerias e Projetos Estratégicos, tendo sido responsável pela contratação da primeira Parceria Público-Privada no âmbito do Governo do Distrito Federal. Ocupou ainda o cargo de Presidente da empresa entre 2009 e 2010. No período de junho de 2010 a janeiro de 2011, Motta exerceu o cargo de Diretor Administrativo do Banco de Brasília e foi Presidente do Conselho Fiscal da empresa Cartão BRB/SA. Nos últimos três anos, atuou como Diretor de Seguridade e Diretor de Investimentos do Postalis – Instituto de Previdência Complementar.



DIRETOR DE INVESTIMENTOS
Christian Perillier Schneider

Christian Perillier Schneider é natural do Rio de Janeiro e formado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB, em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília – UNICEUB, Pós-Graduado “Latu-Sensu” em Política e Estratégia, e é Mestre em Economia. Christian Schneider é certificado, com foco em investimentos, pelo ICSS – INSTITUTO DE CERTIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURIDADE SOCIAL. Ocupou diversos cargos junto ao Ministério da Integração Nacional, entre os anos de 2007 e 2009, dentre eles o de Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Secretário Substituto de Desenvolvimento do Centro-Oeste, onde foi responsável pela coordenação de todas as atividades necessárias à criação e implantação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO e do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste – BDCO. Schneider foi Assessor Especial da Sub-Chefia de Assuntos Parlamentares, da Secretaria de Relações Institucionais da Presi-

dência da República, tendo prestado assessoria orçamentária e financeira referente às Emendas Parlamentares e Programas Ministeriais. No período de abril de 2010 a janeiro de 2011, ele exerceu o cargo de Diretor de Controle do Banco Regional de Brasília – BRB, responsável por toda área de Controles Internos e Conformidade, Riscos de Mercado e Liquidez, Riscos Operacionais e Institucionais, Controladoria e Contabilidade, Planejamento Estratégico e Orçamento do Conglomerado BRB. Foi também Presidente do Conselho de Administração do Cartão BRB, empresa do conglomerado responsável por toda administração e gestão operacional dos cartões de crédito e débito do banco, e controladora das Empresas Ativos S.A e Corretora de Seguros BRB. Nos últimos três anos ele atuou como presidente da Sercomtel S.A. Telecomunicações, sociedade de economia mista que possui composição acionária de 55% do Município de Londrina e 45% da Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL.



DIRETOR DE BENEFÍCIOS
Paulo Fernando Moura de Sá

Paulo Sá é cearense de Fortaleza, radicado em Brasília e economista formado pelo *Uni-CEUB*. Concluiu o MBA em Finanças e Investimentos pela London Business School (Inglaterra) e especializou-se em Private Equity, no Venture Capital Institute (Atlanta, EUA). Possui 25 anos de experiência no mercado financeiro, nas áreas de Previdência e Investimentos. Desempenhou funções estratégicas, ocupando posições seniores, em algumas das mais importantes

organizações do mercado nacional e internacional, como na CENTRUS - Fundação Banco Central de Previdência Privada, Banco Bozano Simonsen, Citibank e Brasil Telecom S/A.

Ele é certificado pelo ICSS para gerência e/ou direção em entidades de previdência. Além disso, é credenciado pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários como Administrador de Carteiras, Títulos e Valores Mobiliários.



DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
Luiz Alberto Menezes Barreto

Bacharel em Ciências Contábeis com especialização em Administração Financeira, Luiz Alberto também estudou Filosofia, Economia e Jornalismo. Luiz já trabalhou com rádio, televisão jornal, e, como empresário, atuou nos ramos de farmácia, comércio de veículos, e treinamento e desenvolvimento profissional. Também foi assessor da presidência na Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI e Assessor de Planejamento do SESI/PI.

No ano de 2000, ingressou nos Correios através de concurso público. Nos Correios, assumiu as mais diversas funções, entre elas: Coordenador de Atendimento, Chefe de Seção Administrativa, Gerente de Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas, Gerente de Grandes Clientes e Gerente Regional (REOP e REVEN) de Uberlândia e da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Nos últimos anos, Luiz Menezes presidiu nacionalmente a entidade representativa de participantes ADCAP - Associação dos Profissionais dos Correios.

Conselho Deliberativo

É o órgão máximo do Instituto, responsável pela definição de sua política geral de administração e de seus planos de benefícios, integrado por seis membros efetivos e respectivos suplentes, sendo três nomeados pela patrocinadora e três eleitos pelos participantes, para um mandato de quatro anos.

ELEITOS PELOS PARTICIPANTES 2012		ELEITOS PELOS PARTICIPANTES 2014	
TITULARES		TITULAR	
José Rivaldo da Silva		Sérgio Maurício Bleasby Rodrigues	
Manoel Almeida Santana			
SUPLENTE			
Marcos da Matta Silveira		Vinicius Moreno	
PATROCINADORA			
TITULARES		SUPLENTE	
Areovaldo Alves de Figueiredo (Presidente)		Angela Rosa da Silva	
Máximo Joaquim Calvo Villar Júnior		Hudson Alves da Silva	
Manoel dos Santos Cantoara		José Alberto Brito	

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno da instituição, composto por quatro membros efetivos e respectivos suplentes - dois dos quais indicados pela patrocinadora e dois eleitos pelos participantes com mandato de quatro anos.

ELEITOS PELOS PARTICIPANTES	
TITULARES	SUPLENTE
Reginaldo Chaves de Alcantara (Presidente)	Carlos Roberto Paulin
Angelo Saraiva Donga	Amanda Corcino Garcia
ELEITOS PELA PATROCINADORA	
Juliano Armstrong Arnosti	Cicero Ricardo de Santa Rosa
Júlio Vicente Lopes	Júlio César Oliveira



Setor Comercial Sul, Quadra 3
Bloco A, nº 119, Edifício Postalis
Brasília - DF, 70300-903